



distribuição

Índice

6	Mensagem do Presidente
8	Principais Indicadores da Atividade
10	Órgãos Sociais
11	Organigrama
12	Visão da EDP Distribuição
13	Enquadramento do negócio da EDP Distribuição
14	Enquadramento Legislativo e Regulatório
15	Factos Relevantes na Vida da Empresa
16	Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício
17	Riscos e Incertezas Associadas à Atividade
18	Atividade Operacional e Comercial
28	Investimentos
34	Qualidade do Serviço
38	Pessoas
42	Análise Económica e Financeira
48	Considerações Finais
52	Anexos



mensagem do presidente

O valor do TIEPI alcançou em 2011 o melhor valor desde sempre, fruto também das novas ações desenvolvidas na conservação e automação da operacionalidade dos ativos da rede. Também os níveis de qualidade alcançados nos serviços prestados ao cliente, demonstram a adequação das iniciativas tomadas.

A EDP Distribuição definiu, no passado recente, a aspiração de ser uma referência internacional entre os operadores de rede em termos de eficiência, sempre na vanguarda da utilização de novas soluções e tecnologias.

A atividade e os desafios, desde então, têm sido intensos, porém motivadores. As mudanças na cultura organizacional e na operação em todas as áreas de atividade foram muitas e, graças ao total e constante empenhamento dos colaboradores aliados ao seu saber e experiência, os resultados alcançados têm sido excelentes, apesar do contexto envolvente caracterizado por grandes dificuldades sociais e econômicas.

Em termos de eficiência, ultrapassámos os objetivos estabelecidos para a redução de custos e definimos novas medidas para que essa redução se continue a processar. O investimento na Rede continua controlado e concretizado segundo um planeamento cuidado e objetivo, sendo visíveis os resultados atingidos na excelente qualidade de serviço registada nos últimos anos. O valor do TIEPI alcançou em 2011 o melhor valor desde sempre, fruto também das novas ações desenvolvidas na conservação e automação da operacionalidade dos ativos da rede. Também os níveis de qualidade alcançados nos serviços prestados ao cliente, demonstram a adequação das iniciativas tomadas.



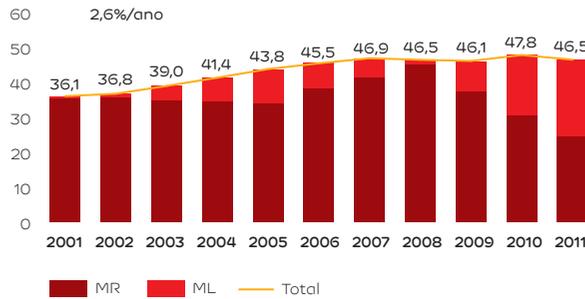
O reconhecimento internacional alcançado com as soluções adotadas, e já aplicadas, na modernização da rede de distribuição no caminho para as chamadas “Redes Inteligentes” e para a “Mobilidade Elétrica”, demonstram o sucesso da aposta na inovação. Paralelamente as iniciativas lançadas no âmbito de programas transversais a toda a Empresa como o do controlo do risco, a qualidade de serviço, a gestão de ativos, e da cultura organizacional, têm dado um contributo incedível para a transformação da Empresa no caminho do sucesso.

Mais uma vez o dever foi cumprido com reconhecida qualidade e cumprimento das metas estabelecidas. Em 2012 o desafio continua, agravado com as dificuldades nacionais e internacionais conhecidas, mas estamos convictos que, mantendo a mesma determinação e envolvimento demonstrados nos últimos anos, no final do ano estaremos aqui a mostrar a mesma satisfação e orgulho do dever cumprido e da concretização de todos os objetivos coletivos e individuais.

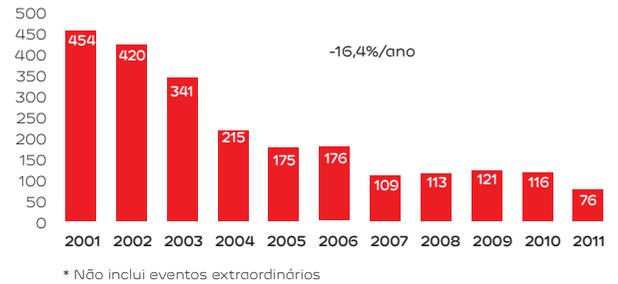
João José Saraiva Torres
Presidente do Conselho de Administração

principais indicadores da atividade

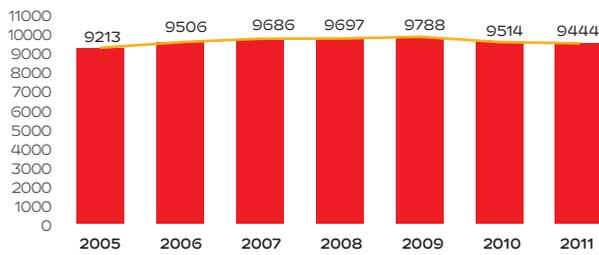
EVOLUÇÃO DA ENERGIA DISTRIBUÍDA (TWh)



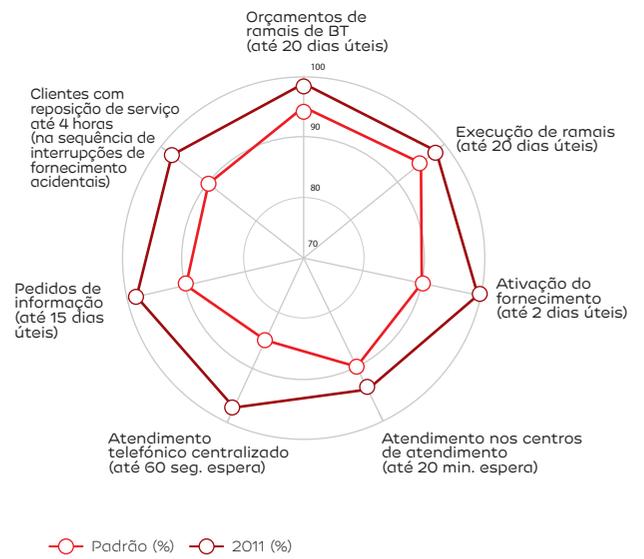
TEMPO DE INTERRUÇÃO EQUIVALENTE DA POTÊNCIA INSTALADA EM MÉDIA TENSÃO - TIEPI (Minutos)



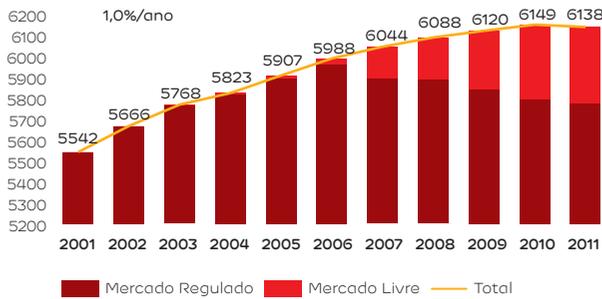
EVOLUÇÃO DA PONTA SÍNCRONA (MW)



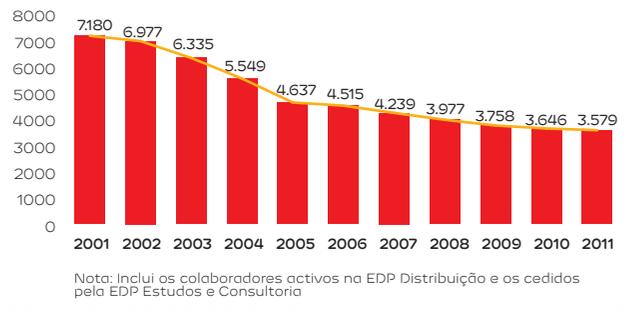
INDICADORES GERAIS DE QUALIDADE DE SERVIÇO COMERCIAL



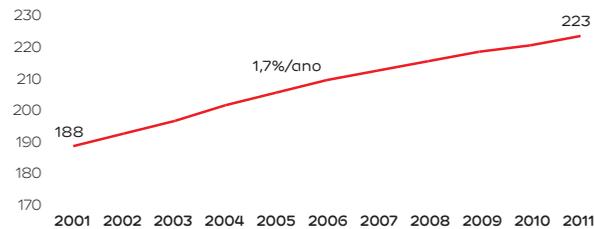
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES (Milhares)



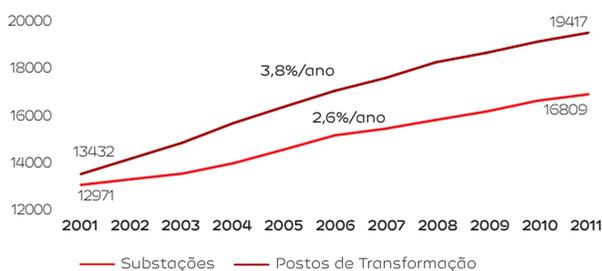
COLABORADORES NO ACTIVO



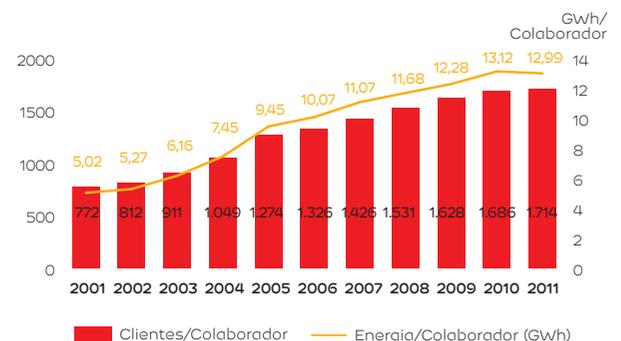
EVOLUÇÃO DAS LINHAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO (Mil Km)



EVOLUÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA EM SUBESTAÇÕES E POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO (MVA)



CLIENTES/COLABORADOR. ENERGIA/COLABORADOR



dos nossos números

PRINCIPAIS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

RUBRICAS	Unidades	2010	2011
Energia Elétrica Entrada na Rede de Distribuição (MR + ML)	Gwh	51 614	49 972
Energia Elétrica Distribuída (MR + ML)	Gwh	47 836	46 508
Perdas na Rede de Distribuição (MR + ML)	Gwh	3 778	3 464
Instalações em Serviço (Final do Ano)			
Subestações-Potência de transformação	MVA	16 538	16 809
Linhas de Distribuição	km	219 525	222 627
Postos de Transformação-Potência instalada	MVA	19 075	19 417
Número de Clientes (final do ano)		6 149 046	6 137 676
Nº Trabalhadores (final do ano) ^{a)}		3 646	3 579

a) Inclui os colaboradores ativos da EDP Distribuição e outros colaboradores cedidos pela EDP Estudos e Consultoria

BALANÇO

Milhões de Euros	2010	2011	%Δ
ATIVO			
Ativos tangíveis e intangíveis	2 469	2 411	-2,4%
Investimentos financeiros	105	105	0,1%
Impostos diferidos activos	389	361	-7,3%
Clientes	717	659	-8,0%
Devedores e outros ativos	451	1 169	158,9%
Inventários	17	24	39,6%
Caixa e equivalentes de caixa	1	0	-85,2%
Total	4 149	4 729	14,0%
CAPITAL PRÓPRIO	486	609	25,3%
PASSIVO			
Empréstimos (MLP+CP)	1 435	2 041	42,2%
Benefícios aos empregados	1 333	1 227	-7,9%
Provisões para riscos e encargos	57	59	3,9%
Credores e outros Passivos (líquido)	838	793	-5,4%
Total Capital Próprio + Passivo	4 149	4 729	14,0%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Milhões de Euros	2010	2011	ΔValor	%Δ
Margem Bruta	1 225	1 182	3,0	0,2%
Fornecimentos e serviços externos	229	234	4,1	1,8%
Custos com Pessoal e Benefícios Sociais	170	127	6,5	2,9%
Rendas das concessões	238	242	-1,2	-0,5%
Outros custos/proveitos operacionais (líquidos)	- 29	- 61	4,6	-13,8%
Custos Operacionais	608	541	14,0	2,1%
Resultado Operacional Bruto	617	641	-11,0	-1,9%
Provisões para riscos e encargos	5	3	-1,5	-24,1%
Depreciações e Amortizações Líquidas	243	245	1,2	0,5%
Resultados Operacionais	369	393	-10,7	-3,4%
Resultados Financeiros	- 93	- 124	25,1	-42,5%
Resultados antes de impostos	276	270	14,4	5,5%
IRC e Impostos diferidos	- 34	- 47	16,0	-32,4%
Resultado Líquido do Exercício	243	222	30,4	14,4%

órgãos sociais

órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral

Dr. Nuno Pedro Collares Pereira Galvão Teles

Presidente

Dra. Maria Teresa Isabel Pereira

Secretário

Conselho de Administração

Engº João José Saraiva Torres

Presidente

Engº Ângelo Manuel de Melo Sarmento

Administrador

Dr. Carlos Alves Pereira (a partir de 20 de fevereiro de 2012)

Administrador

Engº Miguel Stilwell (até 20 de fevereiro de 2012)

Administrador

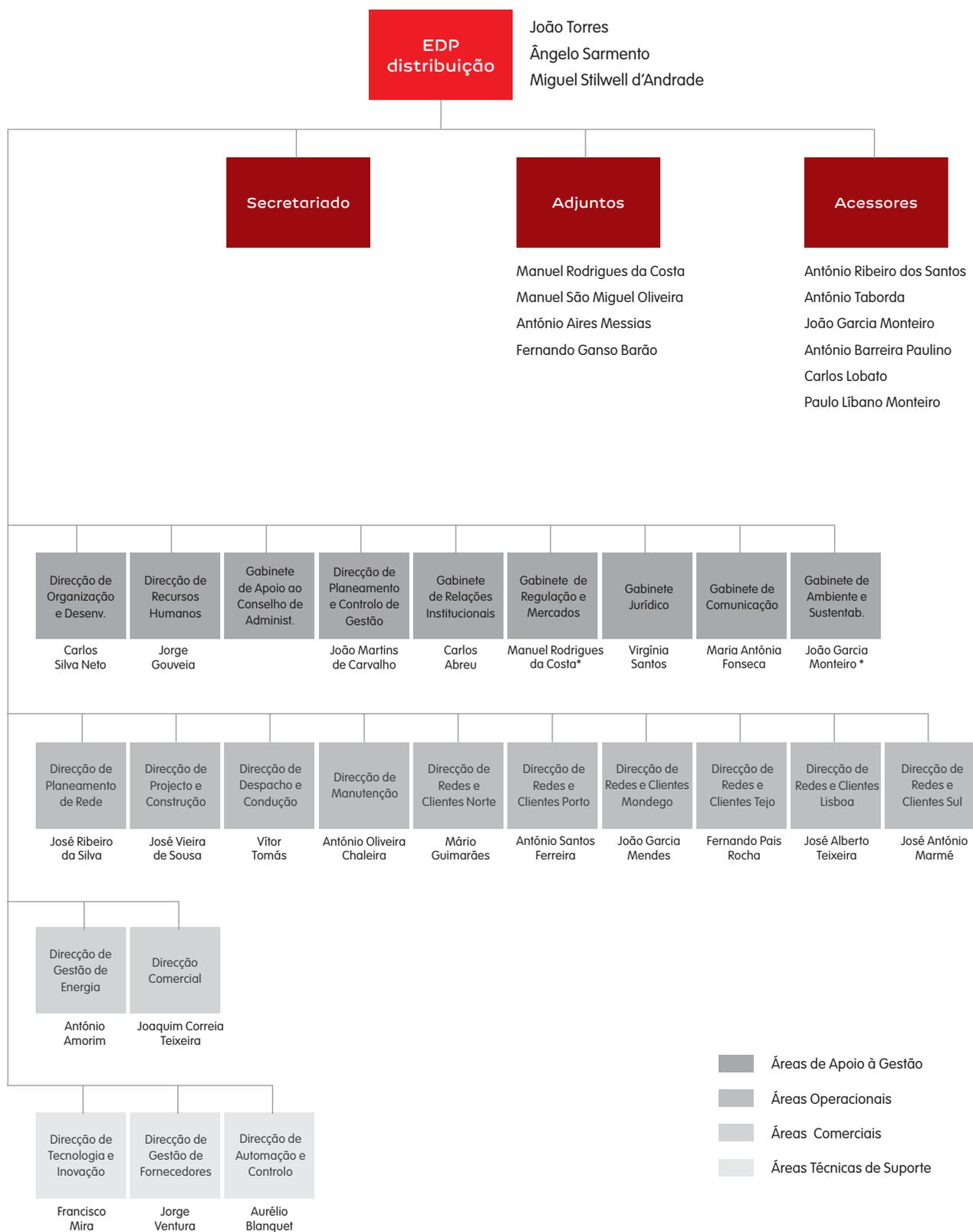
Órgão de Fiscalização

ROC Efetivo: KPMG & Associados – SROC, S.A., representada por

Dr. Jean-éric Gaign

ROC Suplente: **Dr. Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho**

organigrama



* Avocado

visão da edp distribuição

Acionista

Pela sua capacidade de gerar um retorno atrativo do investimento a riscos controlados

Clientes

Pela excelência da sua Qualidade de Serviço e da sua capacidade de relacionamento com os clientes

Ser o operador líder de redes de distribuição de eletricidade a nível ibérico e uma referência a nível europeu, reconhecido:

Meio Envolvente

Pelas suas políticas transparentes de sustentabilidade e responsabilidade social

Colaboradores

Pela elevada competência e nível de motivação das suas pessoas

enquadramento do negócio da edp distribuição

O setor elétrico em Portugal pode ser dividido em quatro atividades principais: Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização. A Produção e a Comercialização operam em regime de mercado, mantendo-se apenas a figura de comercializador regulado para os clientes de Baixa Tensão Normal (BTN). O Transporte e a Distribuição são operados num regime de concessões. A concessão de Transporte (Muito Alta Tensão) é explorada pela REN. A EDP Distribuição é a empresa responsável pela distribuição de eletricidade em Portugal, fazendo a ponte entre a REN e os comercializadores. Para exercer a sua atividade a EDP Distribuição detém:

- Concessão nacional da distribuição de eletricidade em AT/MT, renovada por 35 anos em 2009;
- Concessões para distribuição de eletricidade em Baixa Tensão. Atribuídas por cada município, com duração de aproximadamente 20 anos, mas com momentos de renovação diversos.

O negócio de distribuição de energia elétrica contempla essencialmente três tipos de atividades:

- Garantir o abastecimento de eletricidade: escoar a energia dos produtores e abastecer os clientes do comercializador, cumprindo os objetivos regulatórios em termos de qualidade de energia, número e duração das interrupções de energia; repor o fornecimento em caso de avarias na rede;
- Garantir a expansão e a fiabilidade da rede: planear, desenvolver, operar e manter a rede de distribuição; efetuar ligações à rede de distribuição de clientes e de produtores;
- Fornecer serviços aos comercializadores: mudanças de comercializador (switching), cortes, alterações de potência, leituras, entre outros.

A remuneração da atividade de distribuição é definida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) para períodos regulatórios de 3 anos. De forma simplificada, a remuneração da EDP Distribuição pode ser dividida em 3 parcelas:

- Recuperação de custos não controláveis: custos não passíveis de ser alterados por intervenção da EDP Distribuição;
- Recuperação de custos controláveis: custos em relação aos quais o Regulador entende existir alguma possibilidade de otimização por parte da EDP Distribuição e que podem ou não ser aceites na totalidade pelo regulador;
- Amortização e Remuneração do ativo regulatório: compensação pelo investimento realizado em ativos regulatórios.

O valor resultante da soma destas parcelas representa a totalidade de proveitos da EDP Distribuição, que é posteriormente convertido numa tarifa de uso de redes de distribuição (URD).

O ano de 2011 foi marcado pela definição de parâmetros para um novo período regulatório, 2012-2014, com a introdução de algumas alterações ao modelo de remuneração da atividade de distribuição de energia. A atividade de distribuição foi, desde o início da regulação, uma atividade regulada por price-cap com uma evolução indexada à taxa de inflação adicionada dos ganhos de eficiência previstos para o período de regulação. A ERSE alterou esta metodologia, procurando garantir a eficiência da base de custos, sem prejudicar o necessário investimento. Assim, a metodologia tipo price-cap passa a ser aplicada apenas à base de custos, sendo o Investimento analisado separadamente, o que implica remunerar os investimentos aceites ao custo de capital da empresa, integrando as respetivas amortizações nos proveitos permitidos.

Esta nova metodologia implica ainda que a empresa fique vinculada ao nível de investimento que se propôs realizar no período regulatório e que deverá refletir a evolução da atividade.

Adicionalmente à remuneração da sua operação, a EDP Distribuição pode também ser alvo de incentivos ou penalizações, em função do seu desempenho a nível de disponibilidade da rede e perdas.

Para além de desempenhar as suas obrigações com excelência, a EDP Distribuição também reconhece o seu papel como agente facilitador do desenvolvimento do setor elétrico e da relação dos clientes com o consumo de energia. Nesse sentido, a Empresa tem sido o promotor (ou participante ativo) de várias iniciativas, como p.ex.: a implementação na rede de carregamento de veículos elétricos, a implementação de redes inteligentes em Évora e a promoção de pilotos de eficiência energética na iluminação pública, entre outros.

enquadramento legislativo e regulatório

O ano de 2011 foi marcado pela publicação de diversa legislação e regulamentação com impacte directo na atividade exercida pela EDP Distribuição.

A ERSE procedeu em 2011 à revisão dos regulamentos do setor elétrico, tendo sido publicados, em agosto, os novos Regulamento Tarifário (RT), Regulamento de Acesso às Redes e Interligações (RARI) e Regulamento das Relações Comerciais (RRC). Foi igualmente publicado o Regulamento da Mobilidade Elétrica bem como um novo Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados.

Destacam-se em seguida os temas cujas alterações têm impacte mais significativo.

Medição e Leitura

No que respeita à medição de energia elétrica, até 31 de dezembro de 2012 o Operador da Rede de Distribuição (ORD) está obrigado a instalar equipamentos de medição nos circuitos de iluminação pública e na fronteira da Rede de Distribuição MT com a Rede de Distribuição BT (postos de transformação) de acordo com um plano apresentado à ERSE, e à instalação de equipamento de telecontagem em todos os clientes com a tarifa de Baixa Tensão Especial.

A periodicidade de leitura dos equipamentos de medição instalados nos circuitos de IP foi alterada de seis para três meses.

Mudança de Comercializador

Deixou de existir uma limitação ao número máximo de mudanças de comercializador, anteriormente no número de quatro, e ficou estabelecido o princípio da indicação, pelo comercializador, da data preferencial para a transferência da responsabilidade pelo fornecimento de energia.

Durante o ano prosseguiram os trabalhos de adequação da plataforma informática para a mudança de comercializador, de forma a que a mesma passe a suportar a troca de mensagens relativas à mudança para o mercado de instalações “eventuais” e “provisórias”.

Tarifa Social de Eletricidade

Foi introduzido o conceito de “cliente vulnerável”, aplicável a pessoas singulares que se encontrem em situações de carência sócio-económica comprovada pelo sistema de segurança social, para o que se criou o apoio social extraordinário aos consumidores de energia (ASECE) e a consequente tarifa social de eletricidade.

Dados de Consumo

Foi concedido aos consumidores o direito ao acesso aos seus próprios dados de consumo e de acesso gratuito aos mesmos a qualquer comercializador. É de referir a consagração legal do conceito de “sistemas inteligentes”, entendendo-se por tal os sistemas destinados à medição da energia elétrica e gestão da informação que favoreçam a participação ativa do consumidor.

factos relevantes na vida da empresa

Programa Distribuição 2012

O ano de 2011 foi o segundo ano de atuação do Programa Distribuição 2012. É um Programa que tem o foco na mobilização da Empresa para enfrentar os importantes desafios que se perspetivam até 2012 e assenta em cinco eixos estratégicos: Risco Controlado, Rentabilidade Superior, Excelente Qualidade de Serviço, Inovação Constante e Cultura Organizacional e num modo de atuação suportado nos conceitos Execução, Envolvimento, Simplicidade e Inovação.

A atividade no âmbito deste Programa foi intensa, envolvendo um número muito grande de colaboradores de todas as áreas da Empresa na análise de necessidades e na definição de objetivos e compromissos, na definição de modos de atuar e na identificação de comportamentos e atitudes.

Projeto InovGrid

O Projeto InovGrid é a resposta do Grupo EDP à necessidade de modernização da Rede de Distribuição de eletricidade, necessária para alcançar os objetivos Europeus de eficiência energética e dotá-la de valências que permitam a crescente integração das energias renováveis e da produção distribuída, com um controlo eficiente dos trânsitos de energia com segurança, qualidade de serviço e redução de custos operacionais.

O ano de 2011 foi um marco importante no desenvolvimento deste Projeto com a conclusão da instalação do piloto InovCity em Évora, que já está operacional e que permite aferir os bons resultados e a boa receção por parte dos clientes que as soluções adotadas estão a proporcionar.

Mobilidade Eléctrica

A EDP Distribuição, através da sua participada EDP MOP, continuou a sua atividade no âmbito da mobilidade eléctrica, dando cumprimento ao objetivo estabelecido para 2011, no Dec-Lei 39/2010, de instalação de 1 026 pontos de carregamento de veículos elétricos inseridos na rede piloto nacional de abastecimento deste tipo de veículos.

Controlo dos Custos Operacionais

No âmbito do controlo dos custos operacionais, para o que foi criado o Programa OPEX, prosseguiram os trabalhos com o lançamento da fase do Programa OPEX III no seguimento natural dos excelentes resultados obtidos com a fase anterior, cujo objetivo de poupança para 2012 foi largamente atingido já em 2010.

Foi apresentado um conjunto de 18 iniciativas, com uma poupança de 25,2 milhões de euros prevista para o último ano do Programa, e os resultados obtidos no ano mantiveram o bom nível evidenciado nas fases anteriores.

Qualidade de Serviço

A evolução dos índices que medem a qualidade de serviço técnica tem tido excelentes resultados nos últimos anos, fruto das ações específicas desenvolvidas nas áreas de planeamento, investimento e manutenção da rede, culminando este ano com os melhores resultados já obtidos traduzidos principalmente pelo indicador Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada (TIEPI), cujo valor registou 75,5 minutos contra 116 minutos em 2010. Este resultado foi acompanhado pelos registos verificados nos restantes indicadores, nomeadamente aqueles que medem a duração e a frequência das interrupções de serviço.

As políticas de investimento e de manutenção implementadas nos últimos anos, na sua componente de controlo e melhoria da qualidade de serviço técnica, têm incidido essencialmente na eliminação das discrepâncias regionais que ainda existem e na automatização da operação da rede.

Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição (PDIRD) 2012-2016

Foi elaborado e entregue à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição (PDIRD) 2012 – 2016, o qual descreve a política de investimentos para o período. Neste Plano, paralelamente com o desenvolvimento natural da rede, estabeleceu-se uma estratégia para a melhoria da qualidade de serviço técnica que passa pela redução das assimetrias entre regiões promovendo o seu alinhamento a curto/médio prazo com os valores de referência definidos pelo indicador TIEPI. Confere-se ainda especial atenção à melhoria da eficiência da rede, nomeadamente com a criação de um programa específico para a redução complementar da energia de perdas na Rede de Distribuição.

Produção Distribuída. Produção em Regime Especial

Manteve-se durante o ano a forte adesão de novos clientes à produção distribuída no âmbito da legislação específica, paralelamente com um aumento, também significativo, de ligação de novos Produtores em Regime Especial (PRE). Os níveis de potência instalada nestas instalações são no entanto inferiores, devido aos tipos de produção predominantes que se caracterizam por potências instaladas mais baixas. Verificou-se também a ligação dos primeiros Miniprodutores, no número de dois, enquadrados na Resolução do Conselho de Ministros nº 54/2010.

A rede de distribuição apresenta na generalidade capacidade de ligação suficiente para satisfazer a maioria dos pedidos conhecidos.

factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício, não estão identificadas ocorrências com repercussão relevante nos resultados ou na posição financeira da Empresa com referência a 31 de dezembro de 2011, ou que requeiram divulgação.

riscos e incertezas associadas à atividade

A atividade de distribuição de energia elétrica e, conseqüentemente, os proveitos dela resultante, é naturalmente afetada pelo desempenho da atividade econômica do país, pelo que o atual clima de diminuição desta atividade e de incerteza quanto à sua evolução futura, tem repercussões nos resultados da Empresa, associados ao maior ou menor volume da energia distribuída, difíceis de prever e quantificar com uma aproximação confortável.

Um desvio de 1% nas quantidades totais de energia distribuída e no número de clientes, tem um impacto próximo de 1,6 e de 1,3 milhões de euros respetivamente nos proveitos resultantes desta atividade, podendo variar em função da estrutura da energia entregue por nível de tensão.

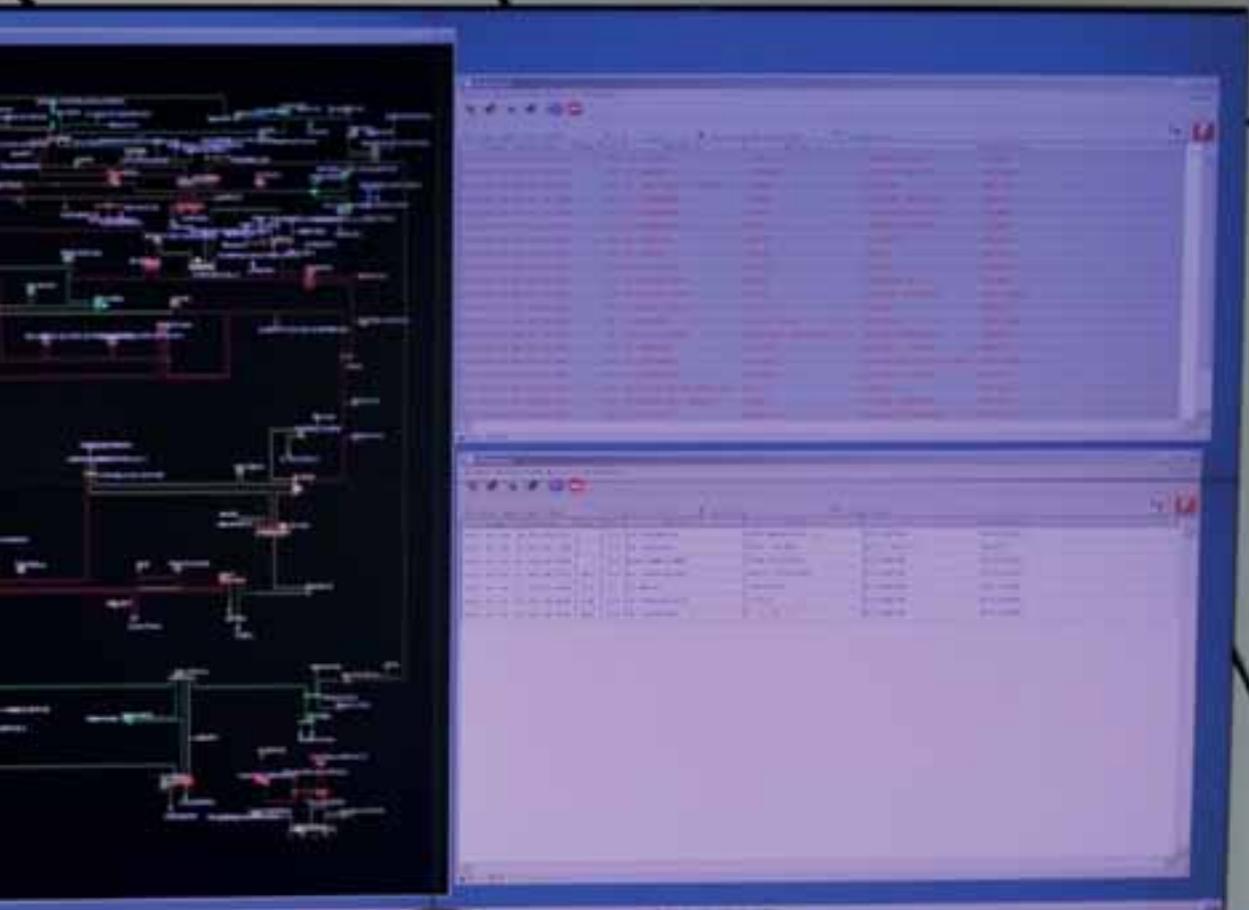
Apesar do ativo corrente ser inferior ao passivo corrente, o Conselho de Administração considerou não existir um efetivo risco de liquidez na empresa, derivado do facto desta estar inserida no Grupo EDP tendo, por esse meio, suporte do seu acionista e acesso a fontes de financiamento para suprir as suas necessidades correntes se tal se revelar necessário.

atividade operacional e comercial

20 Energia Distribuída

23 Clientes

24 Processos, Gestão, Inovação



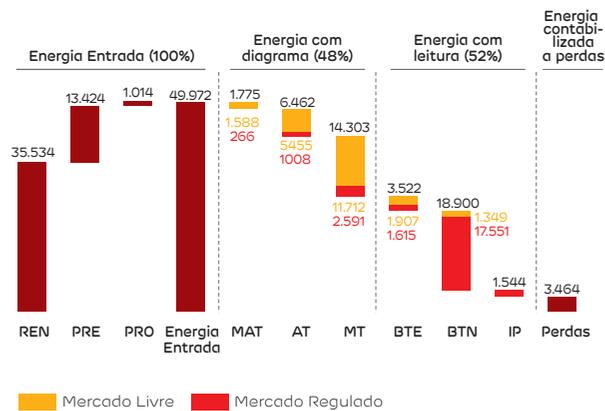
atividade operacional e comercial

Energia Distribuída

Energia Entrada

A energia entrada na Rede de Distribuição no ano de 2011 para satisfação da procura de eletricidade nos Mercados Regulado (MR) e Mercado Liberalizado (ML), registou um decréscimo de 3,2% relativamente ao ano de 2010. Para esta evolução, contribuiu fortemente o nível da procura nos últimos meses do ano.

BALANÇO ENERGÉTICO ACUMULADO A DEZEMBRO DE 2011 (Gwh)



Nota: Energia com diagrama e Energia com leitura não inclui perdas

Ao longo do ano, verifica-se que o consumo revela uma amplitude de aproximadamente 23%. No primeiro trimestre o consumo pode superar a média mensal em aproximadamente 15%.

ENERGIA DISTRIBUÍDA MENSAL

Base 100 = média mensal



A parcela da energia entrada correspondente à produção dos Produtores em Regime Especial (PRE), à semelhança dos últimos anos, regista um aumento, sustentado na legislação aplicável a este tipo de produtores de energia elétrica.

Energia Saída

A energia saída da rede para alimentação dos consumos dos clientes, no valor de 46,5 TWh, teve um decréscimo de 2,8% relativamente ao ano anterior. A contribuição para esta evolução reside essencialmente nos segmentos do nível de Baixa Tensão (BT) Baixa Tensão Normal (BTN), Baixa Tensão Especial (BTE) e Iluminação Pública (IP), que, em conjunto, representam 52% do total da energia distribuída e em que se verificou uma redução na procura de 5,3%. Nos restantes níveis de tensão, predominantemente consumos

de clientes industriais, a evolução foi heterogênea, verificando-se reduções na Alta Tensão (AT) e na Média Tensão (MT) e um acréscimo na Muito Alta Tensão (MAT).

Perdas

As perdas de distribuição, em percentagem da energia saída excluindo a Muito Alta Tensão (MAT), foram de 7,75%, inferiores em 8,3% às registadas em 2010.

BALANÇO DE ENERGIA ELÉCTRICA

Gwh	2010	2011	Var.
Energia Entrada na Rede de Distribuição (1)	51.614	49.972	-3,2%
Energia Saída da Rede de Distribuição	47.836	46.508	-2,8%
Perdas da Distribuição	3.778	3.464	-8,3%
Distribuição de Energia (2)	47.836	46.508	-2,8%
Muito Alta Tensão	1.524	1.775	16,5%
Alta Tensão	6.482	6.462	-0,3%
Média Tensão	14.525	14.305	-1,5%
Baixa Tensão Especial	3.726	3.522	-5,5%
Baixa Tensão	20.051	18.900	-5,7%
Iluminação Pública	1.528	1.544	1,1%

(1) Inclui consumos MAT
(2) Inclui perdas

A distribuição de energia pelo Mercado Regulado (MR) e pelo Mercado Livre (ML) é a seguinte:

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Gwh	2010	2011	Var.
Distribuição de Energia ao Mercado Regulado	30.581	24.579	-19,6%
Muito Alta Tensão	1.012	266	-73,7%
Alta Tensão	2.095	1.008	-51,9%
Média Tensão	4.795	2.595	-45,9%
Baixa Tensão Especial	2.498	1.615	-35,4%
Baixa Tensão	18.653	17.551	-5,9%
Iluminação Pública	1.528	1.544	1,1%
Distribuição de Energia ao Mercado Livre	17.255	21.930	27,1%
Muito Alta Tensão	512	1.508	194,6%
Alta Tensão	4.387	5.455	24,3%
Média Tensão	9.730	11.711	20,4%
Baixa Tensão Especial	1.228	1.907	55,3%
Baixa Tensão	1.398	1.349	-3,5%

Uma análise mais pormenorizada da evolução dos consumos por nível de tensão, mostra um acréscimo de 16,5% na Muito Alta Tensão (MAT), influenciada pela paragem para testes do cliente Siderurgia Nacional nos primeiros meses de 2010. Corrigindo o efeito desta paragem, a evolução verificada manter-se-ia positiva no valor de aproximadamente 11,4%.

Na Alta Tensão (AT), constata-se uma quebra na procura de 0,3%. Esta quebra de consumo está influenciada pela troca de dois clientes, com consumos significativos, entre este nível de tensão e o nível de Média Tensão. Corrigindo este efeito, o consumo em AT sofreria um decréscimo de 1,5% no ano.

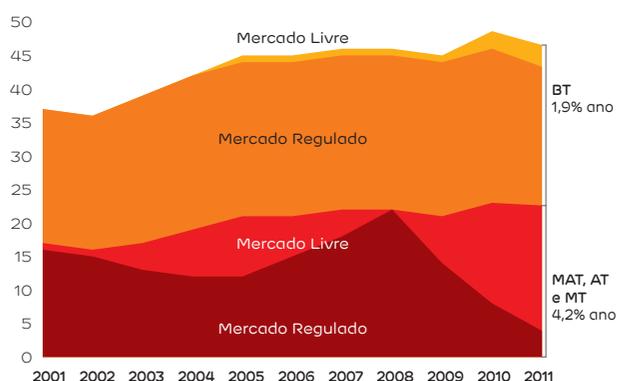
O consumo verificado na Média Tensão (MT) registou um decréscimo de 1,5%, que, corrigido das já referidas trocas entre os níveis de tensão AT e MT, seria de 1,0%. O efeito de temperatura e do número de dias úteis no ano comparativamente com o ano anterior, teve

neste nível de tensão um efeito no sentido de mitigar o decréscimo verificado. Na ausência destes efeitos, estima-se que o consumo em MT teria decrescido aproximadamente 1,9%.

Na Baixa Tensão Especial (BTE) o decréscimo de consumo foi de 5,5%, em Baixa Tensão Normal (BTN) foi de 5,7%.

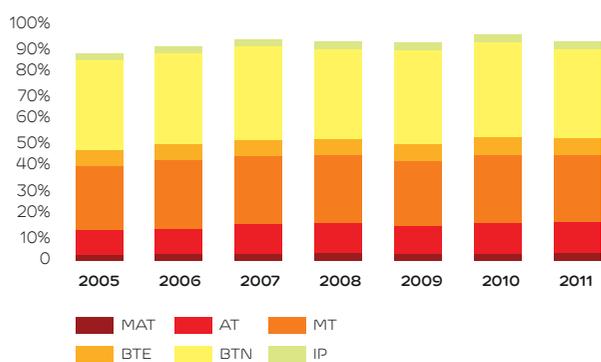
Mantém-se o movimento de migração de consumos do Mercado Regulado para o Mercado Liberalizado, reiniciada em 2009. No final do ano, a energia distribuída a clientes do Mercado Liberalizado representava 47% (36% em 2010) do total da energia distribuída pela EDP Distribuição.

EVOLUÇÃO DA ENERGIA DISTRIBUÍDA (Mil GWh)



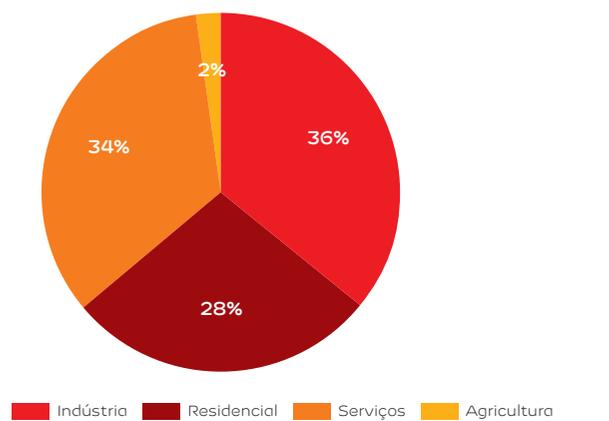
A estrutura dos consumos por nível de tensão, tem-se mantido praticamente constante ao longo dos últimos anos, sendo as entregas em Baixa Tensão Normal (BTN) predominantes com um peso de 41% do total da energia distribuída, logo seguidas das entregas em Média Tensão (MT) com um peso de 31%.

ESTRUTURA POR NÍVEIS DE TENSÃO



A repartição da energia distribuída em função do setor de atividade económica é a seguinte.

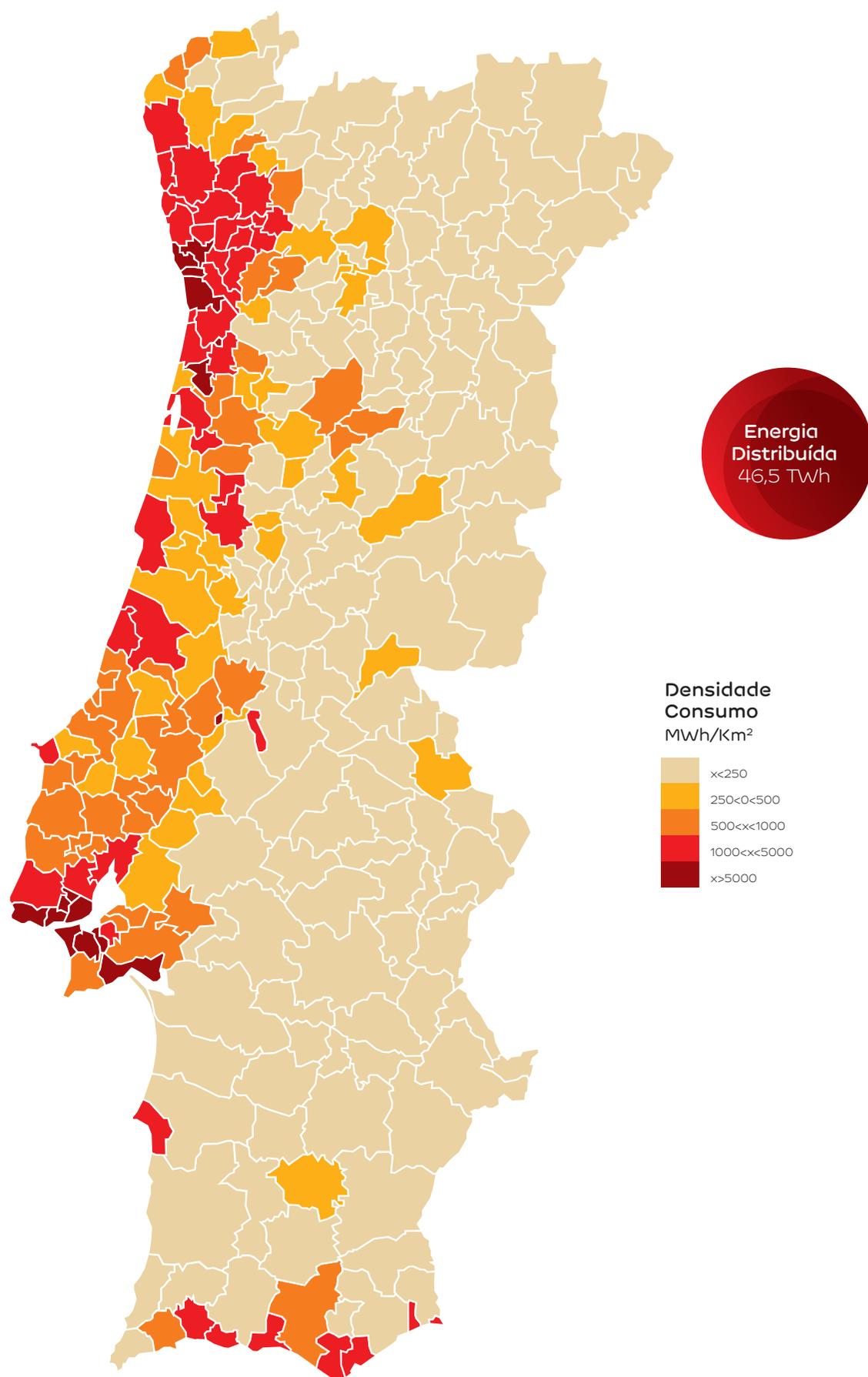
ESTRUTURA DO CONSUMO POR SECTOR EM 2011



Mantiveram-se durante o ano os procedimentos para melhoria do processo de cálculo de estimativas de consumo, quer para efeitos de faturação, quer para determinação do balanço energético e informação ao mercado de energia elétrica. Estes procedimentos têm incidido num melhor aproveitamento dos dados de telecontagem disponíveis, na afinação dos algoritmos informáticos para uma melhor deteção e correção dos casos anómalos e, no segmento dos clientes de Baixa Tensão Normal (BTN), na revisão dos perfis de consumos deste tipo de clientes, para o que se definiu uma base amostral e instalação de contadores com capacidade de registo de diagrama de cargas e de comunicação remota.

A distribuição regional em Portugal Continental dos níveis da procura de energia elétrica está representada no mapa seguinte, mantendo-se a grande concentração dos consumos no litoral do País e nas periferias das grandes cidades.

DENSIDADE DO CONSUMO DE ENERGIA



Clientes

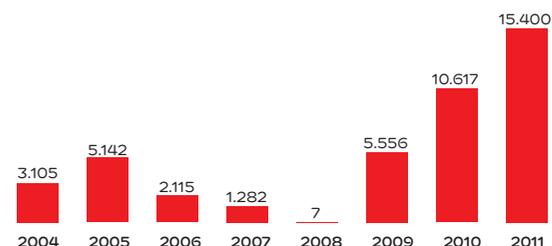
A evolução do número de clientes em 2011, com uma redução de 0,18% comparativamente com 2010, vem contrariar a tendência crescente verificada nos últimos anos. Esta redução tem origem nos clientes do segmento Baixa Tensão Normal (BTN), na sua maioria clientes domésticos, em que se verifica uma diminuição de 0,22%. Nos restantes níveis de tensão, verifica-se um crescimento de 0,93%.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES (MERCADO REGULADO + MERCADO LIVRE)

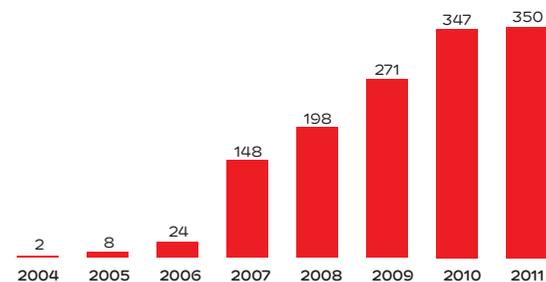


O movimento de migração de clientes do Mercado Regulado (MR) para o Mercado Liberalizado (ML) têm-se mantido regular nos últimos anos, essencialmente fruto da passagem para este Mercado dos clientes ligados à rede de Baixa Tensão. Para os clientes ligados às redes de Muito Alta, Alta e Média Tensão, este movimento reflete o início do processo de passagem para este Mercado de todos os clientes deste setor, no seguimento do fim da tarifa regulada para estes níveis de tensão estabelecido pela Entidade Reguladora do Setor Energético (ERSE), com início marcado para 2011.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE CLIENTES - ML MAT / AT / MT (Milhares)



EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE CLIENTES - ML BT (Milhares)



NÚMERO DE CLIENTES NO FINAL DO ANO

	MR	ML	Total
MAT (Muito Alta Tensão)	12	53	65
AT (Alta Tensão)	86	185	271
MT (Média Tensão)	8 339	15 162	23 501
BTE (Baixa Tensão Especial)	17 473	16 361	33 834
BTN (Baixa Tensão Normal)	5 692 425	334 015	6 026 440
IP (Iluminação Pública)	53 565	0	53 565
Total	5 771 900	365 776	6 137 676

No relacionamento com o cliente, a EDP Distribuição considera de extrema importância privilegiar o contacto regular e presencial com o cliente, prestando um melhor serviço e potenciando os laços de afetividade e reconhecimento entre partes. O cumprimento deste objetivo pressupõe um esforço interno de divulgação de informação, de preparação dos colaboradores e de adaptação de métodos e processos para fazer face às alterações decorrentes das revisões regulamentares que se têm verificado. Como contributo importante para a partilha e divulgação de informação no âmbito da atividade comercial, foi criado o Portal DCM no sentido de ser um veículo de comunicação com as várias áreas da empresa.

A concretização deste objetivo, que tem demonstrado muito bons resultados, traduziu-se pela manutenção das visitas a clientes de Muito Alta, Alta e Média Tensão, simultaneamente com alguns com a tarifa de Baixa Tensão Especial (BTE), assim como a entidades representativas de empresas e clientes.

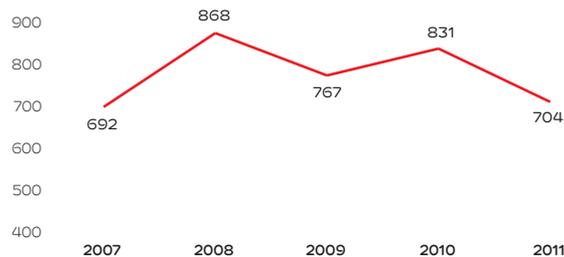
Nestes contactos com as diversas empresas e entidades que operam nos setores industrial, comercial e de serviços, é também preocupação a promoção e a dinamização de práticas de eficiência energética e de qualidade ambiental. Neste âmbito insere-se o Prémio EDP – Energia Elétrica e Ambiente, concurso instituído pela EDP Distribuição e que se destina a distinguir as empresas utilizadoras da rede de distribuição, com potência contratada igual ou superior a 50 kVA, que demonstrem ter conseguido otimizar a eficiência de energia elétrica no respeito pelos valores do ambiente. Participaram um total de 213 empresas.

A atividade operacional de recolha de informação de consumos, através da leitura presencial de contadores, na sua quase maioria em clientes de Baixa Tensão, conjuntamente com as operações de novas ligações, de corte e religação, e de resolução de incidentes diversos, mobiliza um volume significativo de recursos técnicos, humanos e financeiros, traduzidos por um número muito grande de deslocações e de aplicação de meios técnicos e de materiais por parte de prestadores de serviços e de colaboradores da Empresa.

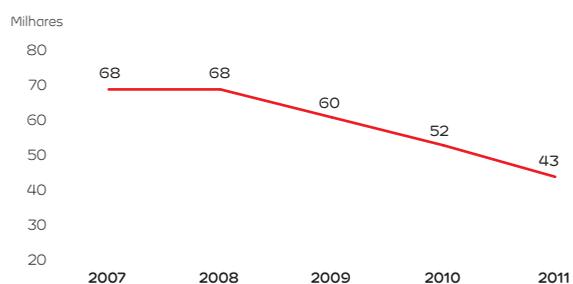
O número de novas ligações mantém-se elevado, denotando no entanto os efeitos associados às condições económicas verificadas nos últimos anos.

atividade operacional e comercial

NOVAS LIGAÇÕES MT (realizadas)



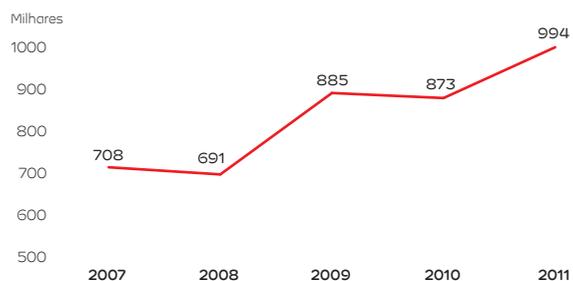
NOVAS LIGAÇÕES BT (realizadas)



Em sentido inverso, mas pela mesma razão, verifica-se um incremento no número de intervenções para corte e religação de instalações.

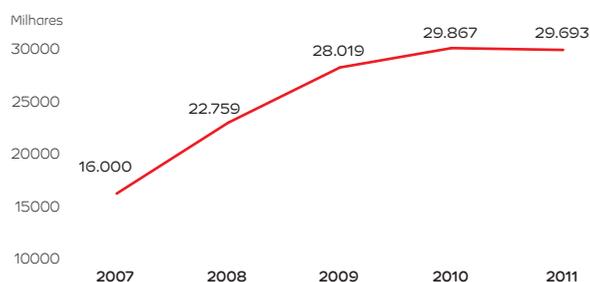
O incremento que se verifica no número de leituras está associado às novas determinações regulamentares que alteram a periodicidade de leitura dos equipamentos de medida nos circuitos de iluminação pública de 6 para 3 meses e dos clientes de Baixa Tensão Normal (BTN) também para 3 meses.

ORDENS DE SERVIÇO DE CORTE* (realizadas)



*Inclui cortes e religações e revisões de corte

TOTAL DE LEITURAS*



*Inclui Leituras da empresa e do cliente e de todos os níveis de tensão

O número de Ordens de Serviço realizadas, representam um esforço significativo a realizar pelos colaboradores da EDP Distribuição e pelos Prestadores de Serviços (PSE) envolvendo meios financeiros

também consideráveis. São também, no entanto, uma fonte importante para garantir a obtenção de mais e melhor informação para a Empresa.

Processos, Gestão e Inovação

Programa Distribuição 2012

É um programa que visa promover o foco na Execução, no maior Envolvimento dos colaboradores, e a promoção da Simplicidade e Inovação. O Programa assenta em cinco eixos estratégicos: Risco Controlado, Rentabilidade Superior, Excelente Qualidade de Serviço, Inovação Constante e, finalmente, Cultura Organizacional.

Eixo Risco Controlado

O Eixo Estratégico Risco Controlado surge enquadrado na estratégia do Grupo EDP de atuação com um baixo perfil de risco, nomeadamente pela gestão sustentada dos desafios regulatórios e do capital humano, em articulação com o modelo de outsourcing, conseguindo assegurar bons sistemas, processos e informação de apoio à gestão, promovendo uma cultura de Ambiente e Sustentabilidade em todas as atividades. O ano de 2011 foi marcado por evolução significativa das várias iniciativas elencadas neste eixo, com especial destaque para:

Modelo Regulatório

O ano 2011 foi marcado pela definição do próximo período regulatório 2012-2014 pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Assim, seguindo a sua estratégia de sustentado perfil de baixo risco, foram preparadas diversas análises aos temas críticos para a EDP Distribuição, para discussão transparente com o Regulador, nomeadamente os Planos de Investimentos propostos, as eficiências operacionais conseguidas e projetadas e a evolução da sua base de ativos.

Ferramentas de Controlo de Gestão

Promover o diálogo entre a macroestrutura da empresa em torno dos KPIs e consequente mobilização em torno dos objetivos da empresa, apoiando a gestão operacional do dia-a-dia de forma alinhada, são alguns dos principais objetivos desta iniciativa.

Durante o ano de 2011 foram aprofundadas um conjunto de ferramentas de gestão, tendo como objetivo fomentar a partilha de melhores práticas de gestão na organização e melhorar o conhecimento do negócio aos vários níveis da organização.

Retenção e desenvolvimento de conhecimento interno

Sendo a EDP Distribuição reconhecida pelo seu saber fazer próprio, e uma procura constante de eficiência operacional a todos os níveis da organização, esta iniciativa tem como objetivo reter as capacidades e recursos mais importantes que a distinguem de outras empresas similares, fomentar o trabalho em equipa e viabilizar a troca de experiências, partilha de informação, conhecimento e soluções.

O ano de 2011 foi marcado (i) pela construção de uma matriz de atividades "core", com indicação das atividades em que cada Direção está envolvida, e respetivos colaboradores especialistas nas respetivas atividades; (ii) pela construção de matriz de estratégias de retenção de conhecimento, com indicação de melhores práticas e definição de estratégias de retenção e difusão do conhecimento na empresa; (iii) pela implementação de ações para gestão e transmissão do conhecimento crítico, tendo ocorrido 24 workshops sobre diversas temáticas, que envolveram 565 participantes; (iv) foi ainda criado um repositório do Conhecimento disponível na intranet da empresa.

Gestão do Risco

Esta iniciativa visa promover a aplicação de uma política de Gestão de Risco na EDP Distribuição em toda a sua transversalidade, e identificar as questões estratégicas e áreas de risco associadas; definir os limites de aceitação de risco e das políticas de mitigação, em linha com as expectativas dos acionistas e com a dinâmica dos mercados; promover a adoção da Matriz de Risco como ferramenta base para a implementação da Gestão do Risco na EDP Distribuição, integrando toda a organização e apoiando na tomada de decisão.

O ano 2011 foi marcado pela realização de várias sub-iniciativas com o objetivo de fomentar a discussão sobre a gestão de risco/ controlo de risco, sua abrangência e identificação de políticas para a sua mitigação nas várias áreas, garantir a sensibilização de toda a empresa para os mais importantes fatores de risco.

Eixo Rentabilidade Superior

Neste segundo ano de atuação do Eixo Estratégico Rentabilidade Superior, as iniciativas alcançaram resultados importantes, sempre com o objetivo de contribuir para o aumento da eficiência da EDP Distribuição. As orientações estratégicas continuam a ser potenciar a capacidade da empresa fazer investimentos criteriosos que permitam um rápido retorno do capital investido, minimizar custos e otimizar os processos “core” de negócio.

Dos principais resultados deste Eixo Estratégico, destacam-se:

Gestão de Ativos

A EDP Distribuição considera necessário evoluir o seu Modelo de Gestão de Ativos para acompanhar de forma ótima o ciclo de vida dos ativos técnicos, num contexto de distribuição com requisitos adicionais de controlo de risco, otimização de performance e eficiência de custos. Assume pois especial importância a formalização de processos de mitigação de risco suportados por sistemas que permitam melhorar a operação da rede.

Em 2011, o trabalho foi de identificação e análise de modos de falha no piloto PAS-55 para a região da Área Operacional de Setúbal, continuação da especificação da arquitetura de sistemas, e análise de dados dos ativos técnicos e contabilísticos.

Para 2012, pretende-se definir e implementar a estratégia de redução de risco através de ações no terreno (Piloto PAS-55), e a implementação do Sistema de Gestão da Condição dos Ativos que permita formalizar os contributos do piloto no resto do país.

Projeto Opex II

O Projeto OPEX visa “Tornar a EDP numa empresa mais eficiente, através da racionalização dos custos e redução do desperdício. Envolver e mobilizar todos os colaboradores numa cultura de poupança na empresa, onde cada colaborador da EDP Distribuição sinta que pode dar o seu contributo para o sucesso da equipa e do projeto.”

Em 2011, foi lançado o programa Opex III, que tem como objetivo a poupança de mais de 18 milhões de euros até 2015 na EDP Distribuição.

Continuando os bons resultados dos últimos anos, durante 2011 obteve-se uma poupança de 12 milhões de euros, o que superou em quase 40% o objetivo e expectativas iniciais que apontavam para uma poupança de 8,6 milhões de euros.

Lean

“Promover uma cultura de melhoria contínua participada por todos através da implementação da abordagem Lean, visando a mobilização e um efetivo envolvimento dos colaboradores na resolução dos problemas no dia-a-dia das suas atividades”.

Em 2011, utilizando a abordagem Lean nos processos de negócio da EDP Distribuição, foi concluído o desenho, documentação e identificação de KPI's de 24 processos, completando assim o “Mapa de Processos da Distribuição”.

No âmbito das atividades realizadas pelo Lean Office, destacam-se a Certificação “LEAN Expert” dos elementos do Lean Office, a realização de 3 Workshops LEAN “Kaizen um contributo para a rentabilidade superior”, envolvendo 130 Colaboradores da Empresa e a partilha de experiências LEAN com outras empresas do Grupo EDP.

Gestão de Investimento

Esta iniciativa visa uma melhoria do processo de gestão de obras de investimento e a otimização da gestão das necessidades de materiais. Para além disso, permitirá uma melhor utilização dos recursos aproximando a Execução ao Planeamento, quer na vertente de prazos, quer das obras aprovadas.

Dentro da iniciativa “articulação de informação entre sistemas”, foram identificadas mais de 20 medidas de otimização, tendo sido classificadas por níveis de prioridade. O início da implementação das medidas de prioridade 1 deverá acontecer já em 2012.

Na iniciativa “melhoria do processo de identificação de necessidades de materiais”, foram analisados os principais constrangimentos e foi adaptado o processo e os sistemas de suporte, para permitir um melhor planeamento das obras.

Eixo Excelente Qualidade de Serviço

Em 2011 desenvolveram-se um conjunto de projetos integrados nas seis iniciativas que compõem este eixo do Programa Distribuição 2012. Estes projetos perseguem o objetivo de melhoria da qualidade de serviço técnica promovendo a redução de assimetrias entre regiões e de melhoria da qualidade de serviço comercial simplificando processos e valorizando o cliente.

Automação da Rede MT

Esta iniciativa considera projetos que permitam sustentar a qualidade de serviço através da expansão do telecomando da Rede MT, minimizando os tempos de atuação na deteção e reposição do serviço, capacidade incrementada de forma muito significativa durante o ano.

A instalação de 347 Orgãos de Corte e Reposição (OCR) e de 336 telecomandos de Postos de Seccionamento e Transformação da rede subterrânea, corresponderam a uma concretização equivalente ao total dos últimos 3 anos.

Planos especiais de melhoria QST da rede MT

Consideram-se dois projetos, “Planos Especiais de Redução de Assimetrias em Áreas Operacionais (AO)” que consistiu de forma significativa no desenvolvimento de rede estruturante (subestações, rede AT, rede MT e telecomando da rede MT), e “Uniformização Regimes de Neutro” que consistiu na instalação e entrada em serviço de reatâncias de neutro em 28 subestações.

atividade operacional e comercial

Serviço ao Cliente

Pretende-se atingir um nível superior de reconhecimento por parte dos clientes, melhorando a qualidade do serviço, simplificando processos e valorizando o cliente.

Na área de ligação de clientes, lançou-se e divulgou-se o Manual de Ligação, implementou-se o Orçamento na Hora, alteraram-se as regras de orçamento e aprovou-se o tratamento nos sistemas de tudo o que se relaciona com urbanizações e Iluminação Pública.

No que se refere à resolução de reclamações, reorganizou-se o respetivo processo entre intervenientes e criaram-se relatórios específicos operacionais e de gestão suportados no sistema de informação.

Finalmente, no âmbito da reposição de serviço, fez-se o levantamento e identificação das causas de todos os casos com reposição acima de 240 minutos em todos os níveis de tensão.

Gestão de crises

Possibilitar às unidades organizativas (UO) responsáveis pela assistência à rede, em situações de regime perturbado ou de emergência, responder com a eficácia adequada ao número elevado de avarias ocorridas na rede ou a incidentes de grande impacto, de forma a garantir uma melhor operacionalização entre as Unidades Organizativas intervenientes, com impacto nos tempos de reposição de serviço e no relacionamento ao nível interno e externo.

Gestão da Iluminação Pública

Esta iniciativa teve o seu arranque só em 2011 e tem como objetivo melhorar o serviço de Iluminação Pública e a resposta às reclamações deste âmbito.

Os principais temas abordados foram o estudo das soluções de eficiência energética e de otimização e eficácia das operações no terreno, a normalização técnica incluindo o alargamento do catálogo, e a parceria com as Agências de Energia, nomeadamente na colaboração para a elaboração das candidaturas ao QREN.

Eixo Inovação Constante

O eixo Inovação Constante tem como objetivo contribuir para a evolução do negócio do Operador de Rede para paradigma das Redes Inteligentes e a promoção de uma cultura de inovação, acompanhando, analisando e implementando novas tecnologias, modelos de negócio e processos.

inovd

O ano de 2011 foi o ano de implementação do Modelo de Governo para a Inovação, criado em 2010, com a dinamização de 3 sessões temáticas, nomeadamente sobre iluminação pública, redes elétricas e linhas de Alta e Média Tensão, e o arranque de 8 projetos I&D, envolvendo o conjunto das áreas técnicas da Empresa, dos quais se concluíram seis.

Pretende-se continuar a promoção deste tipo de iniciativas, com reforço da ligação a universidades e procurando alargar o debate de ideias a prestadores de serviços e outras entidades externas.

Redes Inteligentes

Com o propósito de se criar um portfólio de soluções e tecnologias capazes de alavancar a visão de Rede Inteligente da EDP Distribuição, foi efetuado um levantamento de projetos e iniciativas

com carácter inovador em curso na Empresa e noutras "utilities", universidades e fornecedores.

Após a definição dos critérios de avaliação do impacto e viabilidade da implementação dessas iniciativas, que serviram para eleger as mais relevantes para o negócio, e após a seleção dos projetos mais importantes, construíram-se os respetivos "roadmap" de implementação em articulação com os Planos de Atividade em preparação na Empresa.

Mobilidade Elétrica

No âmbito da mobilidade elétrica, a EDP MOP continuou a sua atividade em estreita colaboração com os Municípios, Ministério de Economia e construtores de veículos elétricos, tendo concretizado o objetivo estabelecido para 2011 de instalação de 1 026 pontos de carregamento da rede piloto nacional de abastecimento deste tipo de veículos.

Eixo Cultura Organizacional

Com base nas reflexões efetuadas no âmbito do Programa Ágora, foram identificados e discutidos os principais desafios da EDP Distribuição num horizonte até 2015 e definidos os eixos e as prioridades estratégicas para o período 2010-2012, resultando a necessidade de conhecer, trabalhar e desenvolver um conjunto de temas relacionados com a cultura organizacional.

Na sequência do Diagnóstico Organizacional entretanto realizado, o qual permitiu conhecer as opiniões e perceções de cerca de 700 quadros superiores da Empresa, identificar os pontos fortes da nossa cultura que queremos consolidar e as dimensões onde necessitamos melhorar, realizaram-se seis "workshops" envolvendo 180 quadros superiores de todas as áreas da Empresa com o objetivo de identificar e sistematizar os comportamentos e atitudes que permitam uma aproximação à cultura alvo.

Estes "workshops" abrangeram os temas Onde estamos bem, Objetivos, Prazos e Resultados, Liderança e Gestão de Equipas, Prestadores de Serviço Externo, Relacionamento entre Unidades Organizativas e Equilíbrio entre a vida privada e profissional.

Os resultados obtidos com os "workshops", permitiram a elaboração de um conjunto de 36 compromissos os quais foram levados à reflexão e votação ao Encontro da EDP Distribuição. Os 12 Compromissos mais votados integram a Carta de Compromissos para 2012.

Projeto InovGrid

O Projeto InovGrid é a resposta do Grupo EDP à necessidade de modernização da rede de distribuição de eletricidade, necessária para alcançar os objetivos Europeus de eficiência energética e integração de energia renováveis. É uma plataforma tecnológica aberta e integrada na rede, sobre a qual podem ser desenvolvidos um conjunto de novos produtos e serviços que permitirão uma gestão mais eficiente da operação da rede e uma participação mais ativa do cliente na promoção da eficiência energética.

Este Projeto distingue-se pelo seu carácter pioneiro, em matéria de inovação tecnológica e serviços disponibilizados, permitindo dotar a rede elétrica de maior inteligência de modo a controlar e automatizar a gestão da energia, a melhorar a qualidade de serviço e a segurança da distribuição, reduzindo os custos de operação. Potencia a inovação e o conhecimento, e permite o desenvolvimento de novos modelos de negócio ligados à mobilidade, à microgeração e a outros serviços de energia. Será possível monitorizar em tempo real a rede elétrica, detetar avarias de forma automática, e prestar mais informação, novos produtos e serviços aos clientes aumentando a transparência do mercado.

O InovGrid coloca Portugal e a EDP na vanguarda em matéria de inovação tecnológica, eficiência e sustentabilidade. O reconhecimento dos méritos do Projeto tem-se alargado bem para lá das fronteiras nacionais e mesmo Europeias, com numerosas visitas de comitivas de mais de 30 nacionalidades, algumas integradas em conferências. Em maio de 2011 foi selecionado pela Comissão Europeia e pela Euroelectric como o case-study Europeu para desenvolvimento de metodologia e ferramentas de avaliação de custos e benefícios de smart grids, tendo inclusivamente sido apresentado no Department of Energy em Washington como exemplo, num workshop promovido pela Comissão Europeia e congéneres Norte-Americanas.

Lançado pela EDP Distribuição em 2007, o Projeto atingiu em 2011 um marco importante com a conclusão da instalação da EDP BOX em mais de 32 mil clientes, dos quais 30 mil na InovCity Évora. Os clientes englobados neste piloto já recebem faturas com base nos consumos reais efetuados e conseguem aceder remotamente à informação sobre consumo, o que lhes permite uma melhor gestão da utilização da energia e conseqüente redução de custos. Estão ainda instalados 388 DTC, 379 dos quais em postos de transformação, alguns dos quais dispõem de funcionalidade de monitorização da qualidade da onda de tensão e de telecomando na rede de média tensão.

Mobilidade Elétrica

A eletrificação do transporte é hoje uma tendência evidente e justificada por razões de redução da dependência de energia primária fóssil, de emissão de gases de efeitos de estufa e do aumento da eficiência da utilização da energia, bem como da redução de poluição ambiental e sonora nas cidades.

Através do Decreto-Lei n.º 39/2010, foram estabelecidas as bases do modelo da mobilidade elétrica em Portugal. Para dar maior impulso ao desenvolvimento de uma rede pública de abastecimento, foi lançado um ambicioso projeto-piloto, que visa a implementação de 1 350 pontos de carregamento até dezembro 2012.

A EDP tem tido um papel fundamental na implementação da rede piloto, nomeadamente através da EDP Distribuição e suas participadas EDP MOP e SGORME.

Na qualidade de operador da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão de cada município, foi atribuída à EDP Distribuição, através de sociedade por si participada, a responsabilidade da atividade de operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica. Para este efeito, a EDP Distribuição constitui a EDP MOP, por si participada a 100%, tendo-se estabelecido como Operador de Pontos de Carregamento visando a instalação técnica, operação e manutenção dos pontos de carregamento de acesso público integrados na rede piloto da mobilidade.

Neste âmbito, a EDP MOP continuou a sua atividade em estreita colaboração com os Municípios, Ministério da Economia, fornecedores de equipamentos e outras entidades, tendo concretizado o objetivo estabelecido para 2011 de instalação de 1 026 pontos de carregamento lento da rede piloto nacional de abastecimento deste tipo de veículos. Procedeu-se ainda à implementação do 1º ponto de carregamento rápido. A experiência acumulada na implementação do piloto permitiu à EDP MOP a sua consolidação como centro de competências na operação da mobilidade elétrica.

A atividade de gestão de operação da rede de mobilidade elétrica é exercida pela SGORME, sociedade cujo capital social é detido a 91% pela EDP Distribuição, na qualidade de entidade concessionária da rede nacional de distribuição de eletricidade. Compete à SGORME

a implementação dos sistemas de informação para gestão do funcionamento da rede.

A SGORME iniciou a sua atividade operacional em maio de 2011 tendo ao longo do ano efetuado a gestão da rede de pontos de carregamento utilizando para o efeito os sistemas de Informação disponibilizados pelas empresas do consórcio Mobi.E. A SGORME manteve uma relação estreita com as empresas do Consórcio no sentido de corrigir os problemas de infância dos sistemas e assegurar o seu desenvolvimento. A SGORME manteve, nesta atividade, relações operacionais com os Operadores de Pontos de Carregamento. Atuou também no sentido de informar os potenciais Comercializadores de Mobilidade elétrica sobre a utilização da rede pelos seus Clientes, para o que emitiu durante o ano três relatórios. Foi também produzida documentação de esclarecimento ao utilizador sobre formas de carregamento de veículos elétricos, a qual foi distribuída às empresas que vendem automóveis elétricos no mercado português.

A SGORME tem em operação uma linha telefónica e e-mail de apoio aos utilizadores através dos quais respondeu, durante o ano, a 700 chamadas e tratou 200 assuntos via e-mail.

Gestão de Fornecedores

No âmbito da gestão de fornecedores, destaca-se a entrada em funcionamento dos novos contratos de Montagem Elétrica e de Construção Civil de Subestações segundo o modelo de Empreitada Contínua. Com estes contratos, passou-se a garantir a quase totalidade dos trabalhos da EDP Distribuição em regime de empreitada contínua, reduzindo significativamente o número de concursos e, conseqüentemente, todos os recursos necessários à sua elaboração, nomeadamente cadernos de encargos, consulta, negociação e adjudicação.

Também durante o ano foi alcançado um marco histórico na gestão das tradicionais empreitadas contínuas, com a aplicação efetiva dos resultados do sistema de incentivos, bonificações e penalizações, relativos ao ano de 2010. Este facto só foi possível devido ao comprometimento da gestão de topo de ambas as partes, empresa e adjudicatários, ao estabelecimento da metodologia de monitorização permanente do desempenho e a um envolvimento contínuo de todos os adjudicatários. A aplicação de incentivos contribui decididamente para alavancar o processo de melhoria contínua da qualidade de serviço, situação que se consolidou durante o ano 2011 com a generalidade dos contratos a ultrapassarem os objetivos estabelecidos e a obter níveis históricos de excelente qualidade de serviço.

No âmbito dos materiais, foram introduzidas várias alterações, nomeadamente no processo das entregas urgentes e na criação de bolsas de materiais para avarias, ao abrigo do Plano Operacional de Atuação em Crise (POAC). Estas modificações conduziram a uma redução do tempo de disponibilização dos materiais para avarias e obras, e à redução significativa dos custos dos transportes urgentes.

investimentos

30 Ativos da rede

32 Microprodução

32 Ligação de produtores em regime especial



investimentos

A política de investimentos desenvolvida e seguida pela EDP Distribuição, tem como principal objetivo assegurar a alimentação das cargas e a ligação de produtores, tendo em vista a satisfação dos consumos previstos em condições técnicas e ambientais adequadas e de acordo com as exigências regulamentares, nomeadamente em termos de qualidade de serviço, procurando simultaneamente o aumento da eficiência da rede e o retorno dos investimentos.

De acordo com a sua motivação principal e oportunidade para a sua realização, as obras de investimento podem classificar-se em:

- Investimento Obrigatório que engloba obras inerentes à ligação de novos clientes e produtores e à criação de condições na rede para alimentação dos consumos e receção da energia produzida, juntamente com as relacionadas com o cumprimento das obrigações estabelecidas nos contratos de concessão com os municípios.
- Investimento da Iniciativa da Empresa que engloba as obras inerentes à manutenção e melhoria das condições de funcionamento da rede. Neste âmbito, incluem-se os aumentos de capacidade existente, a reabilitação de instalações que se encontram desadaptadas face às exigências técnicas atuais, a montagem de equipamentos de telecomando da rede e a substituição dos equipamentos que, devido ao envelhecimento natural, já não satisfazem as especificações para que foram concebidos.

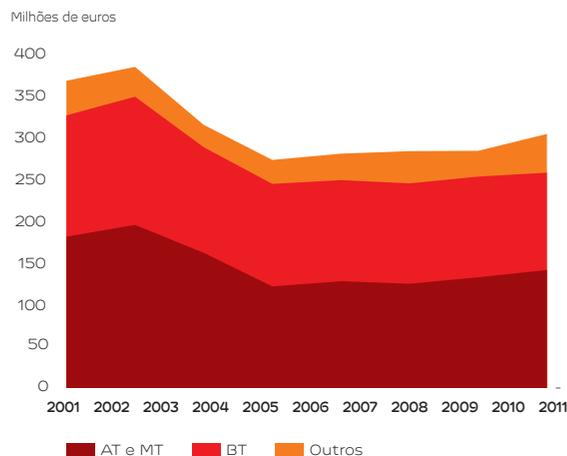
Em 2011, a Empresa elaborou o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição (PDIRD) 2012 – 2016, o qual descreve a política de investimentos para este período, o qual foi entregue à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG).

Neste Plano, estabeleceu-se uma estratégia para a melhoria da qualidade de serviço técnica que passa pela redução das assimetrias, neste âmbito, entre regiões, promovendo o seu alinhamento a curto e médio prazo com os valores de referência definidos pelos indicadores de qualidade de serviço. Confere-se também especial atenção à melhoria da eficiência da rede, nomeadamente com a criação de um programa específico para a redução da energia de perdas.

As metas de produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis ou de cogeração, apontam para uma previsão de crescimento acelerado e portanto do aumento de ligação de Produtores em Regime Especial (PRE) à rede nos próximos anos. As redes de distribuição apresentam, no geral, capacidade de ligação suficiente e, nos casos em que não dispõe dessa capacidade, estão previstos os projetos necessários para permitir essas ligações. A existência desta capacidade não invalida, no entanto, a necessidade de análise individual da ligação de eletroprodutores.

A análise do Quadro seguinte permite observar os resultados da política de otimização na selecção de investimentos.

INVESTIMENTO A CUSTOS TÉCNICOS (preços correntes)



Ativos da Rede

O Quadro seguinte dá-nos a indicação da dimensão dos ativos em serviço no final do ano.

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EM SERVIÇO

RUBRICA	Unid	2011
		No Final do Ano
Subestações		
Unidades	nº	411
Transformadores	nº	721
Potência instalada	MVA	16 809
Linhas (inclui ramais)		
		km
Aéreas		km
AT (60/132 kV)		8 592
MT (6/10/15/30 kV)		58 133
Cabos Subterrâneos		km
AT (60/132 kV)		522
MT (6/10/15/30 kV)		16 009
Postos de Transformação		
Unidades	nº	64 458
Potência instalada	MVA	19 417
Redes BT (km)		139 371
Aéreas		km
Aéreas		106 744
Subterrâneas		km
Subterrâneas		32 627

O esforço de otimização da rede de distribuição nos últimos anos, através das políticas de planeamento e de investimento adotadas pela Empresa com o objetivo de garantir o abastecimento de energia elétrica com cada vez melhor qualidade de serviço, tem levado a uma evolução dos ativos consistente com a evolução da procura de energia e com as maiores ou menores necessidades que setores da rede tenham de intervenção para o cumprimento daquele objetivo, nomeadamente no que se refere ao reforço das potências instaladas em postos de transformação e em subestações nos últimos anos.

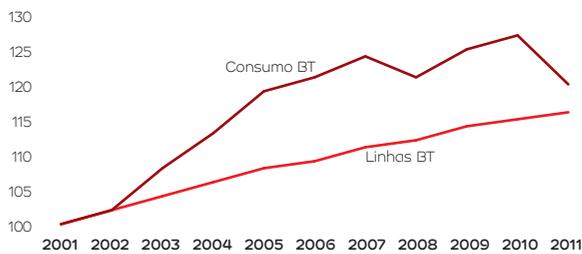
A representação gráfica seguinte mostra esta consistência, só quebrada recentemente em 2008 e 2011 devido à retração na procura de energia elétrica, verificada com especial relevância nestes dois anos, a qual não teve, naturalmente, reflexo na evolução dos ativos da rede.

EVOLUÇÃO DA ENERGIA TRANSITADA NA REDE E DOS EQUIPAMENTOS
(ÍNDICES: 2001 = 100)

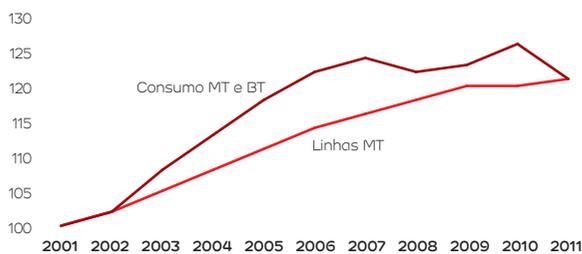
POTÊNCIA EM POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO



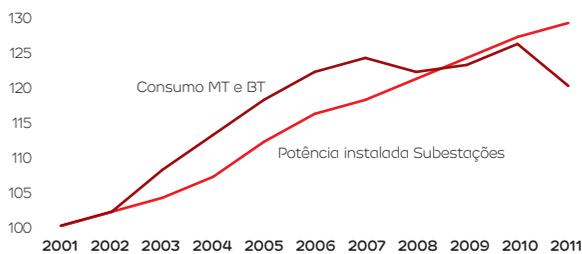
REDE DE BAIXA TENSÃO



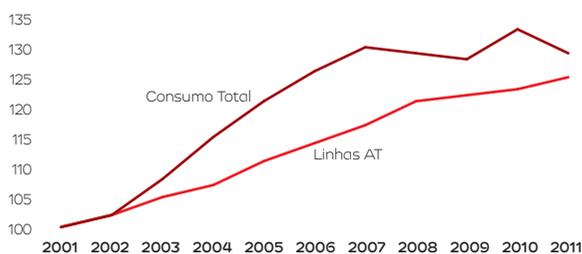
REDE DE MÉDIA TENSÃO



POTÊNCIA EM SUBESTAÇÕES

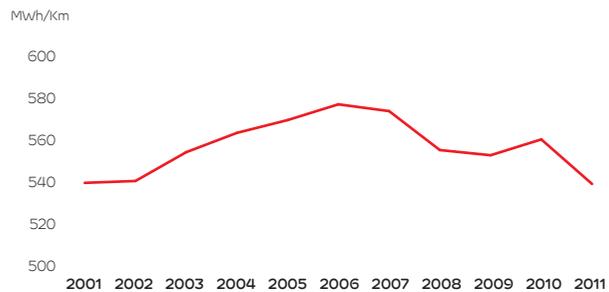


REDE DE ALTA TENSÃO

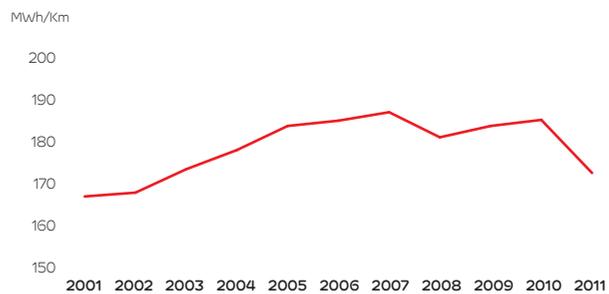


Uma análise semelhante aos indicadores que medem a utilização dos ativos da rede relativamente aos trânsitos de energia, sustenta as mesmas conclusões já referidas, sendo notório o esforço desenvolvido nos últimos anos na melhor adaptação das potências instaladas em subestações e postos de transformação às necessidades de melhoria da qualidade de serviço.

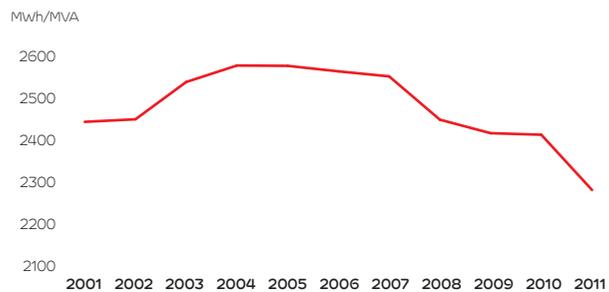
UTILIZAÇÃO DA REDE DE MT



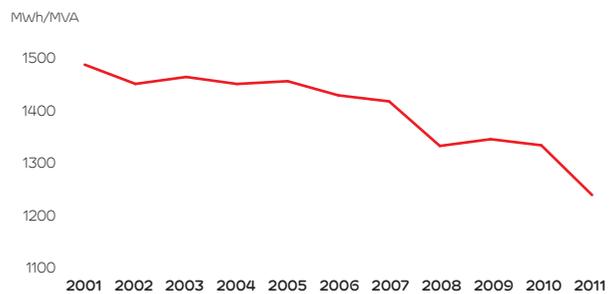
UTILIZAÇÃO DA REDE DE BT



UTILIZAÇÃO DAS SUBESTAÇÕES
(CONSUMO MT + BT / POTÊNCIA INSTALADA)



UTILIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO
(CONSUMO BT / POTÊNCIA INSTALADA)



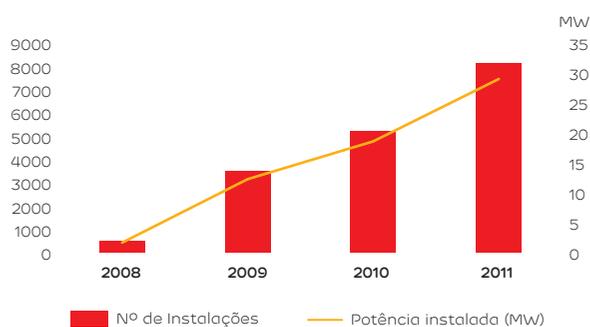
No âmbito da atividade de proteção, comando e controlo de instalações, salienta-se o investimento realizado na automação da rede, o qual se tem traduzido por um incremento da instalação de telecomandos na Rede MT, em novos sistemas de Proteção, Comando e Controlo (SPCC) em subestações e na melhoria dos sistemas de comunicação, recorrendo a novas tecnologias.

Microprodução

As instalações de microprodução, são unidades de produção de energia elétrica que se caracterizam por terem pequenas potências instaladas, serem ligadas à rede de Baixa Tensão, e cujo licenciamento e relacionamento comercial para o respetivo estabelecimento e ligação à rede foi facilitada e regulamentada pelo Decreto-Lei nº 363/2007.

Como resultado desta política, tem-se verificado nos últimos anos números crescentes de instalações deste tipo ligadas à rede. Em 2011 concretizaram-se 8 136 ligações com uma potência instalada de 28 995 MW, contra 5 235 unidades com uma potência de 18 639 MW no ano anterior. O tipo de produção predominante é o fotovoltaico, seguido do eólico.

NÚMERO DE INSTALAÇÕES DE MICROPRODUÇÃO LIGADOS POR ANO

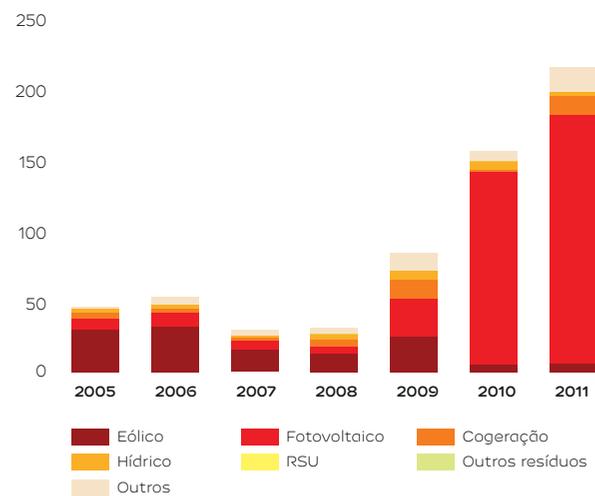


Estas ligações induzem novos desafios à operacionalidade e à gestão da rede de distribuição e a necessidade de se desenvolverem novas funcionalidades mais avançadas, suportadas essencialmente na recolha, análise e transmissão de informação, e na capacidade de monitorização e automação da operação da rede.

Ligação de Produtores em Regime Especial (PRE)

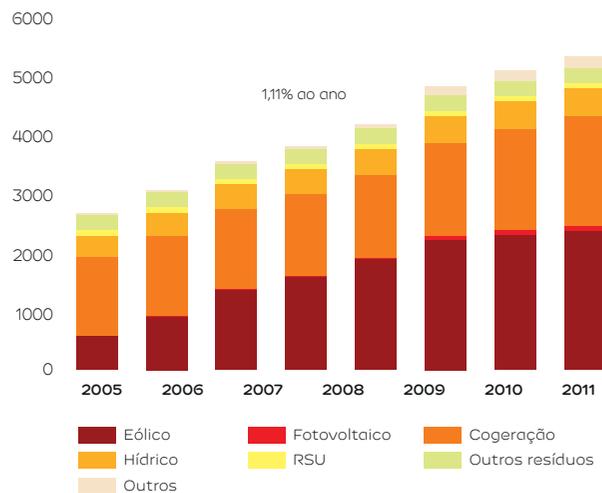
À semelhança dos anos anteriores, mantém-se elevado o número de Produtores em Regime Especial (PRE) ligados à rede em 2011.

NÚMERO DE INSTALAÇÕES DE PRE'S LIGADOS POR ANO POR TIPO DE PRODUÇÃO

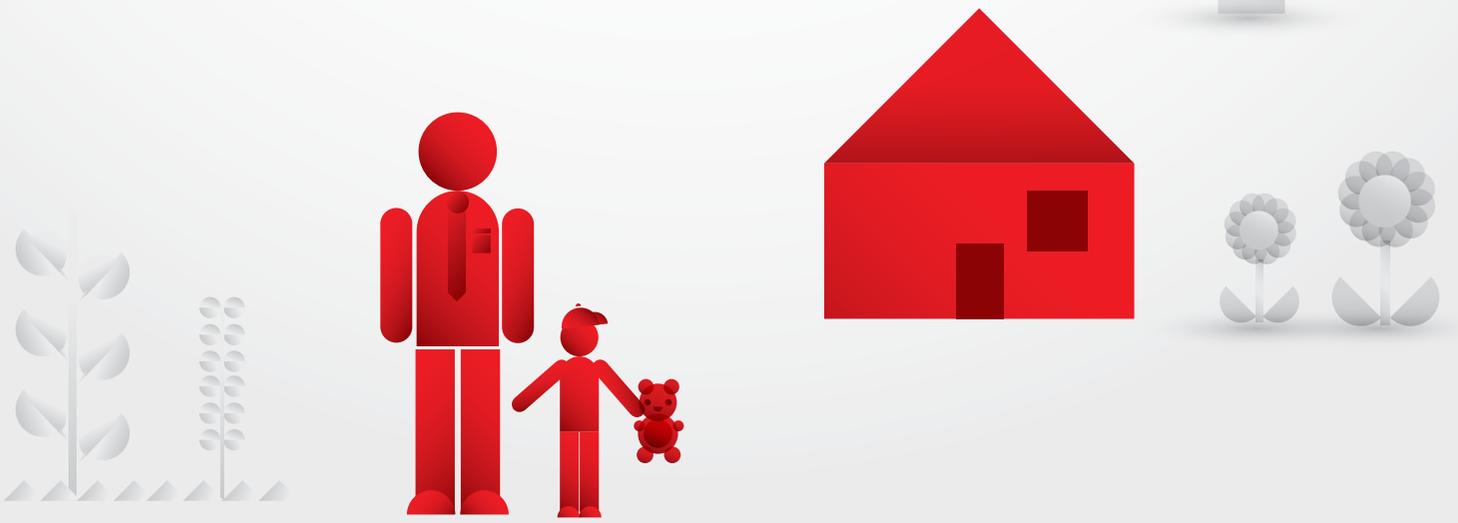


O número de novas instalações ligadas foi de 215 (156 no ano anterior), com uma potência instalada de 244,2 MVA (271,2 MVA em 2010). O tipo de produção predominante é o fotovoltaico, caracterizado por potências unitárias mais baixas. A redução da potência total instalada, explica-se pelo menor valor da média das potências unitárias das instalações com este tipo de produção ligadas no ano.

POTÊNCIA TOTAL DE PRE'S INSTALADA POR ANO (MVA) POR TIPO DE PRODUÇÃO



No final do ano, estavam ligados à rede de distribuição 956 instalações de PRE's, com 5 323 MVA de potência instalada.



qualidade do serviço

36 Qualidade de Serviço Comercial

36 Qualidade de Serviço Técnica

37 Desempenho Ambiental



Qualidade do Serviço

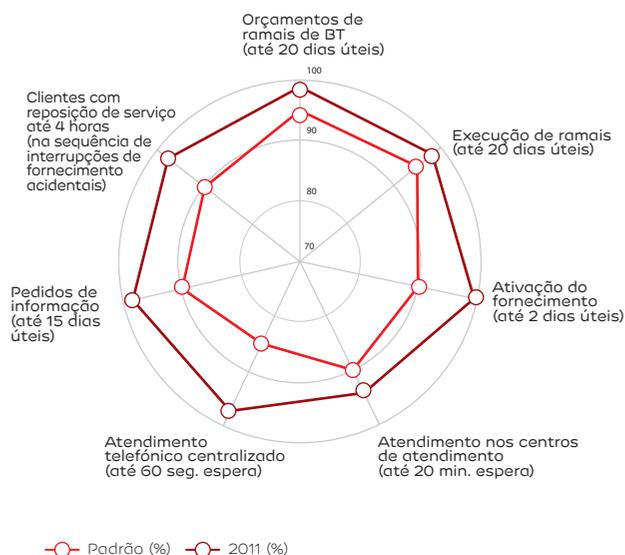
Qualidade de Serviço Comercial

A qualidade de serviço, no âmbito comercial, prestada aos utilizadores da rede de distribuição, mantém um elevado nível de desempenho traduzido pelo cumprimento dos padrões gerais de qualidade de serviço comercial estabelecidos no Regulamento de Qualidade de Serviço (RQS) para os sete indicadores gerais.

EDP DISTRIBUIÇÃO - INDICADORES GERAIS DO RELACIONAMENTO COMERCIAL

	Padrão (%)	2011(%)
Orçamentos de ramais de BT (até 20 dias úteis)	95	98,9
Execução de ramais (até 20 dias úteis)	95	98,2
Ativações do fornecimento (até 2 dias úteis)	90	99,5
Atendimento nos centros de atendimento (até 20 min. espera)	90	94,2
Atendimento telefónico centralizado (até 60 seg. espera)	85	97,3
Pedidos de informação (até 15 dias úteis)	90	98,4
Cientes com reposição de serviço até 4 horas (na sequência de interrupções de fornecimento acidentais)	90	97,7

INDICADORES GERAIS DE QUALIDADE DE SERVIÇO COMERCIAL



Os bons resultados obtidos no relacionamento com o cliente, são consequência de um conjunto de atividades na área comercial, de âmbito interno e externo, no sentido de prestar, cada vez mais, um melhor serviço e potenciar os laços de afetividade e reconhecimento entre as partes. Face às diversas alterações verificadas na regulamentação vigente, houve a necessidade de adaptar métodos e processos às novas realidades, com excelentes resultados também no desempenho operacional subjacente ao relacionamento com o cliente, visíveis através dos respetivos indicadores.

Qualidade de Serviço Técnica

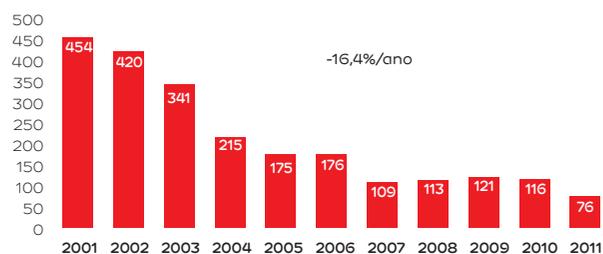
A estratégia desenvolvida nos últimos anos pela EDP Distribuição com o objetivo de melhorar de forma sustentada os níveis de qualidade de serviço das redes de distribuição, envolveu em 2011 a execução de programas específicos de melhoria da continuidade de serviço, tais como o programa de redução de assimetrias de qualidade de serviço técnica nas regiões do país com indicadores mais elevados do que a média da EDP Distribuição, o programa de telecomando da rede MT que possibilitou a instalação de cerca de 450 novos pontos na rede MT, o programa de automação da rede e o programa de manutenção sistemática dos ativos de rede.

A concretização destes programas possibilitou a obtenção de excelentes resultados na evolução dos indicadores que medem a qualidade de serviço técnica das redes de distribuição, nomeadamente no Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada (TIEPI) que registou no ano de 2011, em termos globais, 75,5 minutos o que representa uma redução de cerca de 35% comparativamente ao ano anterior. Para este resultado, além da execução dos programas já referidos, também contribuiu o facto de em 2011 não terem ocorrido eventos meteorológicos de carácter extraordinário os quais, face às características da rede, afetam negativamente o seu desempenho.

Este valor do TIEPI corresponde a uma melhoria muito expressiva face aos últimos anos, mesmo excluído o efeito dos eventos meteorológicos de carácter extraordinário que assolaram Portugal continental em 2009 e 2010, sendo comparável ao verificado em redes de outros distribuidores europeus com semelhantes estruturas de rede e de consumos.

A ocorrência de furtos e consequentes interrupções de serviço, principalmente na rede Baixa Tensão, que se tem verificado nos últimos anos, teve um incremento significativo em 2011, tendo os custos de reposição dos ativos danificados ou furtados atingido o dobro do valor verificado em 2010. No total, verificaram-se 5 294 furtos com incidência predominante ao nível das redes aéreas de baixa tensão e postos de transformação MT/BT.

TEMPO DE INTERRUPTÃO EQUIVALENTE DA POTÊNCIA INSTALADA EM MÉDIA TENSÃO - TIEPI (Minutos)



* Não inclui eventos extraordinários

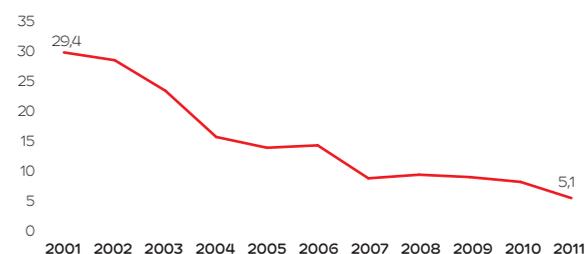
Os restantes indicadores gerais de qualidade de serviço, nomeadamente a energia não distribuída (END), a frequência média de interrupções do sistema (SAIFI), a duração média das interrupções do sistema (SAIDI) e o número de interrupções a clientes, acompanharam a evolução do TIEPI, reflectindo também, à semelhança deste, as condições atmosféricas médias dos últimos anos.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
TIEPI MT (minutos)	454	420	341	215	175	176	109	113	121	116	75
END (GWh)	29,4	28,1	23,0	15,3	13,5	13,9	8,4	9,0	8,6	7,8	5,1
SAIFI MT (n°)	9,2	9,0	7,0	4,5	3,9	4,2	3,2	3,0	3,1	3,6	2,4
SAIDI MT (minutos)	675	596	490	310	248	263	170	167	186	189	126
SAIFI BT (n°)	7,8	7,6	6,2	4,0	3,6	3,7	2,8	3,0	3,5	4,0	2,5
SAIDI BT (minutos)	588	520	448	268	222	236	144	166	238	222	134

ENERGIA NÃO DISTRIBUÍDA

END

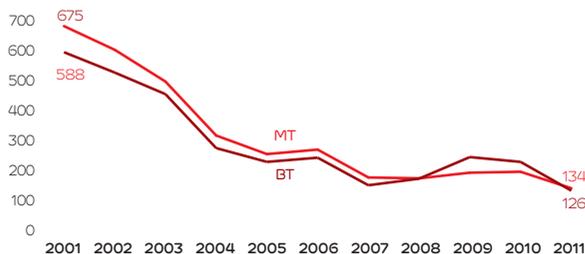
GWh



SAIDI MT E BT

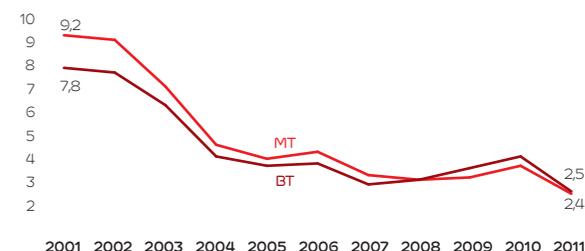
DURAÇÃO DAS INTERRUPÇÕES

minutos



SAIFI MT E BT

FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES



sensibilização e o envolvimento de cada vez mais colaboradores predominantemente com atividade nas áreas operacionais da Empresa. Realizou-se também um encontro sobre temas relativos ao ambiente e sustentabilidade, com a participação de entidades externas oficiais.

A ampliação da certificação do atual Sistema de Gestão Ambiental (SGA) mereceu atenção especial, tendo-se concretizado a sua extensão à totalidade das atividades de projeto e construção de subestações e linhas de alta tensão, assim como das atividades de manutenção de subestações.

Continuaram a realizar-se Auditorias Combinadas de Ambiente e Segurança assim como inspeções ambientais em obra e ações conjuntas de Segurança, Qualidade e Ambiente, indo de encontro a um desejo comum da EDP Distribuição e dos adjudicatários da Empreitada Contínua – EC 2010.

Durante o ano, decorreu o 3º e último ano de execução do Plano de Promoção de Desempenho Ambiental (PPDA) 2009 – 2011, com uma percentagem de execução próxima dos 80%, e continuaram as monitorizações efetuadas pelo Painel de Avaliação do PPDA e pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) a algumas Medidas deste Plano consideradas mais importantes.

Ainda no âmbito do PPDA destaca-se a especial atenção dada ao tema da proteção e conservação à Avifauna e Biodiversidade e da Integração Paisagística, com a aplicação de um conjunto de medidas, nomeadamente a correção de troços de linhas aéreas, a implementação de novas tecnologias anti-colisão e de proteção da cegonha branca, assim como ao tema dos Campos Elétricos e Magnéticos com a execução de uma Medida específica para o estudo de medidas de mitigação, quando necessário, e com a realização de medições avulsas.

Manteve-se ainda a atividade no âmbito da nova estratégia adotada para a gestão de resíduos, que, entre outros resultados, culminou com a finalização da 1ª qualificação de operadores de resíduos. A gestão de equipamentos com PCB avançou com a decisão de promover a substituição de equipamentos que, de acordo com a legislação atual, poderiam ficar em serviço até ao final da sua vida útil.

Desempenho Ambiental

Em matéria de ambiente, a EDP Distribuição tem tido nos últimos anos uma ação importante na promoção da cultura ambiental e na consolidação das melhores práticas neste âmbito, não descurando a sua responsabilidade social e a promoção do desenvolvimento sustentável e da formação de uma consciência objetiva que potencie mudanças comportamentais.

Em 2011, este objetivo manteve-se com o mesmo entusiasmo já demonstrado, através da realização, internamente, de ações de

pessoas

- 40 Quadro de Pessoal
- 40 Programas e Ações
- 40 Formação Profissional
- 41 Prevenção, Segurança e Sinistralidade

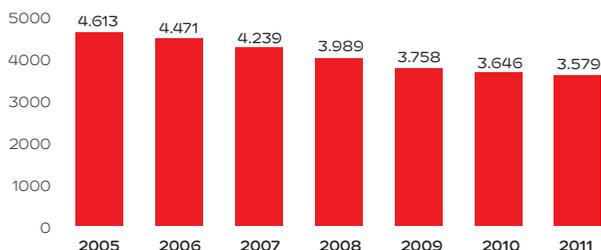


Pessoas

Quadro de Pessoal

O número de colaboradores ativos na EDP Distribuição em 31 de dezembro de 2011, era de 3 579 considerando também os que estão afectos à EDP Estudos e Consultoria.

ATIVO



	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ATIVO	4.613	4.471	4.239	3.989	3.758	3.646	3.579

Nota: Inclui os colaboradores ativos da EDP Distribuição e outros colaboradores cedidos pela EDP Estudos e Consultoria.

O saldo da movimentação líquida ocorrida em 2011 dos colaboradores da EDP Distribuição, foi de menos 87 do que os existentes em dezembro de 2010, correspondente a 108 saídas e a 21 entradas.

Verificaram-se alterações de nível de qualificação em 116 colaboradores e promoveram-se, com o objetivo de concentração geográfica de recursos, 96 movimentações com alteração de local de trabalho, estando associadas a 25 delas a atribuição de montante de compensação.

Programas e Ações

À semelhança do ano anterior, no ano de 2011 prosseguiram as seguintes ações no âmbito da gestão dos colaboradores da Empresa.

Plano de Rejuvenescimento de Quadros Superiores

REJUVENESCIMENTO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO



Enquadrado no Programa On Top, foram realizados 6 processos de recrutamento, tendo sido concretizadas 23 admissões para a EDP Estudos e Consultoria. Garantiu-se ainda o acompanhamento e integração de 31 Quadros Superiores e 9 Técnicos Estagiários.

Projeto Navegar



No âmbito do desenvolvimento das pessoas, foi implementada a 3ª edição do Projeto Navegar com o objetivo principal de promover a mobilidade e a polivalência dos quadros superiores. Até dezembro, concretizaram-se 8 rotações de colaboradores Quadros Superiores para novas áreas de atividade.

Programas Sextante e Arquimedes



Realizaram-se novas edições do Sextante, programa de Mentoring que tem como objetivo orientar e desenvolver jovens Quadros Superiores, e do Arquimedes, programa de Coaching que pretende apoiar Chefias recentes a desenvolver as suas competências de liderança. Participaram 30 Mentorados e 5 "Coachees".

Programa Valorizar a Experiência

Programa corporativo que tem como objetivo valorizar e potenciar a experiência e o saber acumulado dos colaboradores do Grupo com mais de 30 anos de antiguidade de todas as funções e geografias. Realizaram-se 6 workshops no âmbito da 1ª edição deste programa, com a participação de 82 colaboradores da empresa, e procedeu-se ao início da 2ª edição com a identificação dos colaboradores que a integrarão e a realização posterior de ações de sensibilização, onde participaram 109 colaboradores e hierarquias, e de workshops no final do ano com a participação de 101 colaboradores.

Formação Profissional

O Plano de Formação esteve aderente aos conceitos "Execução", "Simplicidade", "Envolvimento" e "Inovação", e a respetiva concretização assume o compromisso de assegurar a participação de todos no desenvolvimento pessoal, aquisição de competências e disponibilização de oportunidades e meios.

A empresa assume a responsabilidade de garantir o acesso à formação, disponibilizando o domínio e atualização dos conhecimentos e competências individuais dos colaboradores, condição primordial para a respetiva satisfação e realização profissionais, fundamental para a sustentação de uma organização inteligente, próspera e socialmente responsável.

Concretizaram-se 8 148 participações em ações de formação, que se traduziram num total de 70 786 horas de formação com uma taxa de cobertura de 63%.

A formação técnica, aquisição de valências na área de relações interpessoais eficazes e de liderança, e o desenvolvimento dos conhecimentos e competências de gestão, tiveram um papel fulcral na elaboração do Plano de Formação.

Prevenção, Segurança, e Sinistralidade

Durante o ano, desenvolveram-se iniciativas de âmbito empresarial destinadas a fazer evoluir favoravelmente a cultura de segurança, envolvendo colaboradores e parceiros. Destaca-se o desenvolvimento do projeto Ligado ao Futuro que inclui a implementação de uma nova organização de gestão da prevenção e segurança, a formação em gestão de segurança de toda a linha hierárquica, a realização de observações preventivas de segurança e o lançamento de uma campanha de sensibilização e compromisso com a segurança, sob o lema "Risque os Riscos". Realizou-se ainda o Encontro de Segurança 2011 da EDP Distribuição.

Os resultados traduzidos pelo número total de acidentes e pelos índices de sinistralidade, sustentam o reforço das práticas de gestão da prevenção e segurança seguidas pela EDP Distribuição, no sentido de eliminar os acidentes graves.

NÚMERO DE ACIDENTES. ÍNDICES DE SINISTRALIDADE



Nas atividades asseguradas por colaboradores internos, registaram-se 16 acidentes com baixa que representaram 2,67 acidentes por milhão de horas trabalhadas. Há, contudo, a lamentar uma vítima mortal no trajeto de ida para o trabalho.

Na sinistralidade com prestadores de serviços externos, há a registar a ocorrência de 30 acidentes com baixa, havendo a lamentar 3 vítimas mortais, que representaram 4,07 acidentes por milhão de horas trabalhadas.

análise económica e financeira

- 44 Análise Financeira
- 44 Financiamento
- 44 Demonstração de Resultados
- 46 Investimento



Análise Financeira

O ano de 2011 foi marcado pela envolvente macroeconómica que se fez sentir nas operações da empresa, na evolução da energia distribuída e clientes, com o respectivo impacto nos resultados da empresa.

Demonstração da Posição Financeira

No final do exercício, o ativo totalizou 4 729 milhões de euros, evidenciando um aumento de 14% face a dezembro de 2010:

Milhões de Euros	2011	2010	%Δ
ATIVO			
Ativos tangíveis e intangíveis	2 411	2 469	-2%
Investimentos financeiros	105	105	0%
Impostos diferidos activos	361	389	-7%
Clientes	659	717	-8%
Devedores e outros ativos*	1 169	451	159%
Inventários	24	17	40%
Caixa e equivalentes de caixa	0	1	-85%
Total	4 729	4 149	14%
CAPITAL PRÓPRIO			
	609	486	25%
PASSIVO			
Dívida financeira	2 041	1 435	42%
Benefícios aos empregados	1 227	1 333	-8%
Provisões para riscos e encargos	59	57	4%
Credores e outros Passivos (líquido)	793	838	-5%
Total	4 729	4 149	14%

* Inclui 600 Milhões de euros de Suprimento concedido à EDP SU (Ativo) e suprimento contraído junto da EDP S.A. (Passivo)

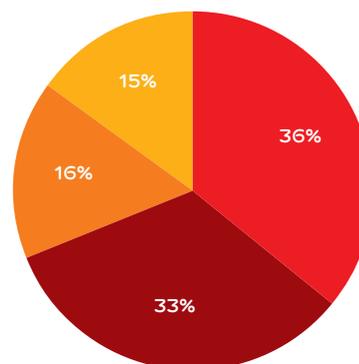
Os Ativos Tangíveis e Intangíveis, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotado pela União Europeia, apresentam-se líquidos de Participações de Clientes, e representam cerca de 50% do Ativo total.

De realçar a acentuada redução da rubrica de Clientes refletindo a adequação dos Prazos Médios de Recebimento de Clientes ao Regulamento das Relações Comerciais, que prevê 17 dias, garantindo critério igual para todos os Comercializadores.

A rubrica Devedores e Outros Ativos inclui um suprimento de 600 milhões de euros concedido à EDP Serviço Universal para fazer face às suas necessidades de financiamento, sem impacto para a EDP Distribuição, uma vez que contraiu junto da EDP SA um suprimento de igual valor.

Assinala-se um aumento de 123 milhões de euros no Capital Próprio. No gráfico seguinte, pode observar-se a composição daquele agregado que resulta do Resultado Líquido do exercício de 222 milhões de euros, uma redução de 134 milhões de euros relativa a distribuição de dividendos e reservas, entre outros.

DETALHE DO CAPITAL PRÓPRIO EM 2011



■ Resultado Líquido ■ Capital
■ Prest. Suplement. ■ Reservas e Resultados Acumulados

No Passivo, verifica-se um aumento de 580 milhões de euros que resulta maioritariamente de um novo aumento em suprimentos de longo prazo no montante de 600 milhões de euros, contraído junto da EDP, S.A. para financiar, como já foi referido, a EDP Serviço Universal. O novo suprimento contraído foi compensado parcialmente por redução no "cash-pooling" com a EDP, SA registado na rubrica credores e outros passivos. Excluindo estes efeitos de endividamento, o Passivo reduz cerca de 20 milhões de euros, que resulta principalmente de Benefícios aos empregados, por via da redução de responsabilidades com os colaboradores.

Financiamento

A evolução da dívida financeira líquida da EDP Distribuição em 2011 é evidenciada no quadro seguinte:

DÍVIDA LÍQUIDA

Milhões de euros	Saldo inicial		Saldo final	
Suprimentos (CP + MLP)	1.435	97,5%	1.441	103,7%
Conta Corrente com EDP, SA	37	2,5%	-52	-3,8%
Dívida Líquida *	1 472	100%	1 389	100%

* Dívida Líquida de 600 milhões de euros de suprimento concedido à EDP SU

Verifica-se um aumento da Dívida Líquida de 570 milhões de euros face a 2010 resultante sobretudo, da contração de novo Suprimento durante 2011 para financiar a EDP Serviço Universal.

Com referência a 31 de dezembro de 2011 a conta corrente com a EDP, SA apresenta um saldo devedor no montante de 52 milhões de euros pelo que se encontra classificada no ativo.

Demonstração de Resultados

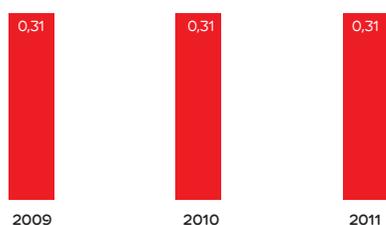
Em 2011, o Resultado Líquido alcançou os 222 milhões de euros, o que compara com 242 milhões de euros no ano anterior, como se poderá observar no quadro seguinte.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Milhões de Euros	2011	2010	ΔValor	%Δ
Margem Bruta	1.182	1.225	-43	-3%
Fornecimentos e serviços externos	234	229	6	2%
Custos com Pessoal e Benefícios Sociais	127	170	-43	-25%
Rendas das concessões	242	238	4	2%
Outros custos operacionais (líquidos)	-62	-29	-33	116%
Custos Operacionais	541	608	-67	-11%
Resultado Operacional Bruto	641	617	24	4%
Provisões para riscos e encargos	3	5	-2	-33%
Depreciações e Amortizações Líquidas	245	243	2	1%
Resultados Operacionais	393	369	24	7%
Resultados Financeiros	-124	-93	-31	32%
Resultados antes de impostos	269	276	-7	-3%
IRC e Impostos diferidos	-47	-34	-13	41%
Resultado Líquido do Exercício	222	242	-20	-8%

O Resultado líquido caiu 8,3% em consequência de (i) redução acentuada da Margem bruta, penalizada pelo decréscimo da energia distribuída em 2011 (-2,8% face a 2010), pelo efeito do deflator do PIB que afecta o Proveito Permitido unitário da EDP Distribuição, efeitos parcialmente mitigados pela especialização de incentivos de qualidade de serviço e perdas em 2011, que em 2010 haviam representado penalidade, (ii) melhoria da eficiência traduzida na contenção de custos apesar do aumento da atividade operacional, e (iii) redução dos resultados financeiros, em consequência de alteração da estrutura de dívida. As rubricas de Impostos resultaram numa contribuição negativa pelo efeito combinado de: (i) em 2010 se ter registado aumento do imposto diferido, associado ao crédito fiscal de ativos regulatórios e responsabilidades com fundo pensões, que com o aumento da taxa de imposto (de 26,5% para 29%) sofreram respetiva atualização, aumentando o valor de crédito fiscal no ano e (ii) redução do imposto corrente do ano em linha com menores resultados.

OPEX* / MARGEM BRUTA



*Nota: As componentes financeiras de "Unwinding" relativas às responsabilidades com pensões e atos médicos e outros benefícios nos montantes de 57,7 milhões de euros em 2011 e (31 de dezembro de 2010: 59,3 milhões de Euros), respetivamente, foram reclassificadas da rubrica de custos com pessoal e benefícios aos empregados para a rubrica de custos financeiros.

DETALHE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS BRUTOS EM 2011 (MILHÕES DE EUROS)



O Resultado operacional bruto aumentou 3,9% face ao período homólogo para 641 milhões de euros.

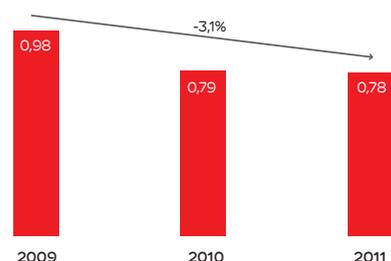
Como se pode observar pelo gráfico acima, este resultado é obtido da Margem Bruta da empresa, de 1.182 milhões de euros, -3,5% face ao período homólogo de 2010, que é absorvida por:

- 234 Milhões de euros de Fornecimentos e serviços externos, que se mantiveram globalmente em linha com 2010, sendo de destacar os seguintes efeitos: (i) aumento de serviços ao cliente, que refletem o aumento de realização de cortes de fornecimento de energia, e o acréscimo de atividade operacional, designadamente alterações contratuais: alteração de potência, alteração de tarifa, alteração de titular, entre outras; (ii) aumento de custos com transportes, em consequência do aumento significativo do preço dos combustíveis (+18% no preço unitário), efeito parcialmente compensado pela redução de km percorridos (-3%) e por uma condução mais eficiente (-1% de consumo médio); (iii) aumento de custos com comunicações, em linha com o aumento de instalações em telecontagem; (iv) redução global de serviços prestados por terceiros em linha com a recente empreitada contratada; (v) redução de serviços com tecnologias de informação refletindo maior racionalização destes serviços.
- 127 Milhões de euros de Custos com Pessoal e Benefícios Sociais, que refletem: (i) o efeito de redução de custo com colaboradores no ativo em resultado da diminuição de colaboradores nos últimos anos, (ii) atualização das responsabilidades com Fundo de Pensões e Atos Médicos inferior em 2011 face a 2010, (iii) provisão de 2,4 milhões de euros para saídas com reformas antecipadas, respeitando normativo contabilístico de reconhecimento da responsabilidade total com esses colaboradores (em 2010 havia sido de 29,4 milhões de euros).
- 180 Milhões de euros de Rendas de Concessão e Outros custos e proveitos operacionais, com a respetiva atualização do valor a pagar aos Municípios pela Concessão da rede de Baixa Tensão.

Analisando a evolução dos custos de exploração (OPEX) - definidos como o somatório do consumo de materiais, dos custos com pessoal e benefícios sociais e dos FSE, corrigido dos custos de reestruturação - por unidade de energia saída, verifica-se, a preços constantes, uma redução de cerca de 3,1% ao ano, entre 2009 e 2011, situando-se, neste último ano, em 0,78 cêntimos por kWh, a preços de 2011, facto que reflete um considerável aumento da produtividade da empresa, no período em análise.

análise económica e financeira

OPEX / ENERGIA DISTRIBUÍDA (CÊNTIMOS € / KWH) PREÇOS 2011



Investimento

O investimento realizado pela EDP Distribuição ascendeu a 272 milhões de euros em 2011, a custos totais, ou seja, um acréscimo de 13,6% face a 2010.

Apresenta-se de seguida o detalhe do investimento realizado pela EDP Distribuição nos últimos dois anos a custos totais.

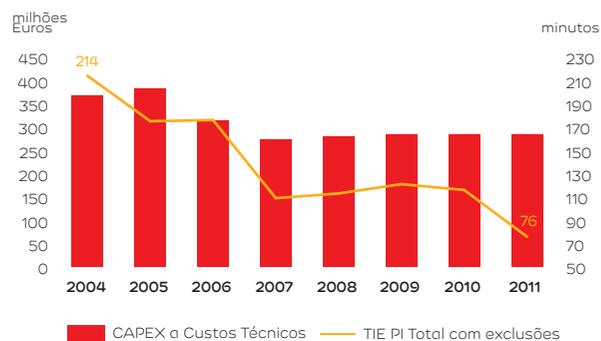
Milhões de Euros	2011	2010	%Δ
Investimento Custos Primários	225	217	3,5%
Específico	214	204	4,9%
Alta Tensão	39	43	-8,3%
Média Tensão	60	55	8,4%
Baixa Tensão	81	81	0,5%
Iluminação Pública	8	11	-30,4%
Outros	26	14	87,6%
Não específico	11	13	-17,7%
Sistemas informáticos	2	5	-65,2%
Outros	9	9	7,3%
Encargos Gestão, Estrutura e Financeiros	84	74	14,3%
Investimentos Custos Totais	309	291	6,2%
Comparticipações Financeiras	37	51	-28,0%
Investimento C.Totais Líq. Comparti. Financeiras	272	239	13,6%
Comparticipações em Espécie	36	55	-33,6%

No que concerne ao Investimento Específico, o ano de 2011 foi marcado por uma maior alocação de investimento à Média Tensão destacando-se, entre outros o aumento da automação na rede, em especial com o programa de telecomando da rede de Média Tensão, conforme descrito no capítulo de Investimento neste documento.

No Investimento Não Específico verificou-se uma diminuição de 2,3 milhões de euros face a 2010, principalmente em sistemas de informação, edifícios e viaturas.

No ano 2011 é possível observar uma diminuição no valor de Comparticipações, quer Financeiras, resultado de alteração da regra de comparticipação de clientes, e do abrandamento de investimento obrigatório associado a novas ligações.

CAPEX A CUSTOS TÉCNICOS & TIEPI MT TOTAL



Nos últimos anos a EDP Distribuição tem mantido uma forte política de investimento enforcado na melhoria da qualidade de serviço que tem verificado uma sustentada descida.



considerações finais

50 Perspetivas para 2012

50 Proposta de Aplicação de Resultados

51 Nota Final



considerações finais

Perspetivas para 2012

O mercado de energia elétrica impõe atualmente exigências grandes, ao nível de integração das energias renováveis, da mobilidade elétrica, da disponibilização de cada vez mais e melhor informação, de qualidade de serviço e de cumprimento das regras de sustentabilidade e de respeito pelo ambiente. O cumprimento destas exigências, à semelhança da prática seguida nos anos recentes, impõe a continuação da concretização dos programas específicos em curso na EDP Distribuição ao nível da operacionalidade da rede e da respetiva automação e monitorização, da constante atualização e adaptação dos métodos e processos já implementados e de consolidação e estimulação de comportamentos e atitudes.

O Programa InovGrid, após concluído o seu piloto InovCity em Évora, manterá a sua atuação com a extensão da instalação de novas EDP BOX em seis novos municípios, no âmbito de um ensaio alargado de novas tecnologias de comunicação e de integração de múltiplos sistemas e equipamentos de diferentes fornecedores. As conclusões da análise custo benefício apontam para que a tecnologia subjacente a este Programa seja altamente criadora de valor para o sistema elétrico.

A imposição do estabelecimento de equipamentos de medição em todos os circuitos de iluminação pública e em todos os postos de transformação, estabelecida pela revisão do Regulamento de Relações Comerciais do Setor Elétrico em 2011 pela ERSE, enquadra-se no objetivo da Empresa de criar condições para melhorar o serviço prestado aos clientes, nomeadamente às autarquias que passarão a ter disponível mais e melhor informação que lhes permita a prossecução dos projetos de eficiência energética. Neste âmbito, a EDP Distribuição mantém ativa a cooperação com estas entidades, quer disponibilizando informação, quer com o estudo e implementação de novas tecnologias para aplicação nos circuitos de iluminação pública.

Ainda no âmbito da medida e registo da energia, concluir-se-á a instalação de equipamentos de telecontagem em todos os clientes com tarifa de Baixa Tensão Especial (BTE), permitindo melhorias significativas na qualidade da informação recolhida e de ganhos nos custos associados aos processos de leitura.

O Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição (PDIRD) 2012 - 2016, elaborado e aprovado em 2011, é também uma ferramenta poderosa para a melhoria da eficiência da rede, em que, simultaneamente com a continuação e consolidação do Programa de Gestão de Ativos, se dará especial atenção à qualidade de serviço técnica e à redução de perdas de energia, para o que foi especificamente criado um programa, mantendo a disciplina no investimento (CAPEX).

O controlo e redução dos custos operacionais (OPEX), continua a ser objeto de muita atenção, com a manutenção dos Programas OPEX, agora na fase III após revisão das medidas implementadas nas fases anteriores com excelentes resultados.

A EDP Distribuição continua a contar com o empenho, a dedicação e motivação dos colaboradores, as quais têm sido essenciais para a concretização dos objetivos estabelecidos, fatores essenciais para que se mantenha como uma Empresa atrativa para se trabalhar e de referência no universo dos operadores de redes de distribuição.

Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando a situação económica e financeira da Sociedade, tal como descrita no presente Relatório, e a prática por ela seguida de distribuir resultados aos trabalhadores como reconhecimento pelo seu contributo para os resultados da empresa e do Grupo EDP, o Conselho de Administração considera que é de manter essa prática no que respeita ao exercício de 2011. De acordo com as normas contabilísticas em vigor, o valor a distribuir foi provisionado nas contas do exercício a que respeita, pelo que o Resultado Líquido do Exercício de 2011, no valor de 221 902 326,28 euros, já se encontra deduzido do montante de 13 940 376,99 euros, correspondente à estimativa de custo para atribuição de resultados aos trabalhadores e órgãos sociais. Assim sendo, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2011, no valor de 221 902 326,28 euros, tenha a seguinte aplicação:

Dividendos	214 500 000,00
Resultados Transitados	7 402 326,28
Resultado Líquido de 2011	221 902 326,28

nota final

O Conselho de Administração agradece a todos os colaboradores da Empresa que, com grande empenho e dedicação, permitiram que esta tivesse enfrentado com sucesso os desafios que o mercado lhe tem colocado.

O Conselho manifesta particular apreço ao Revisor Oficial de Contas pela inteira disponibilidade demonstrada.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

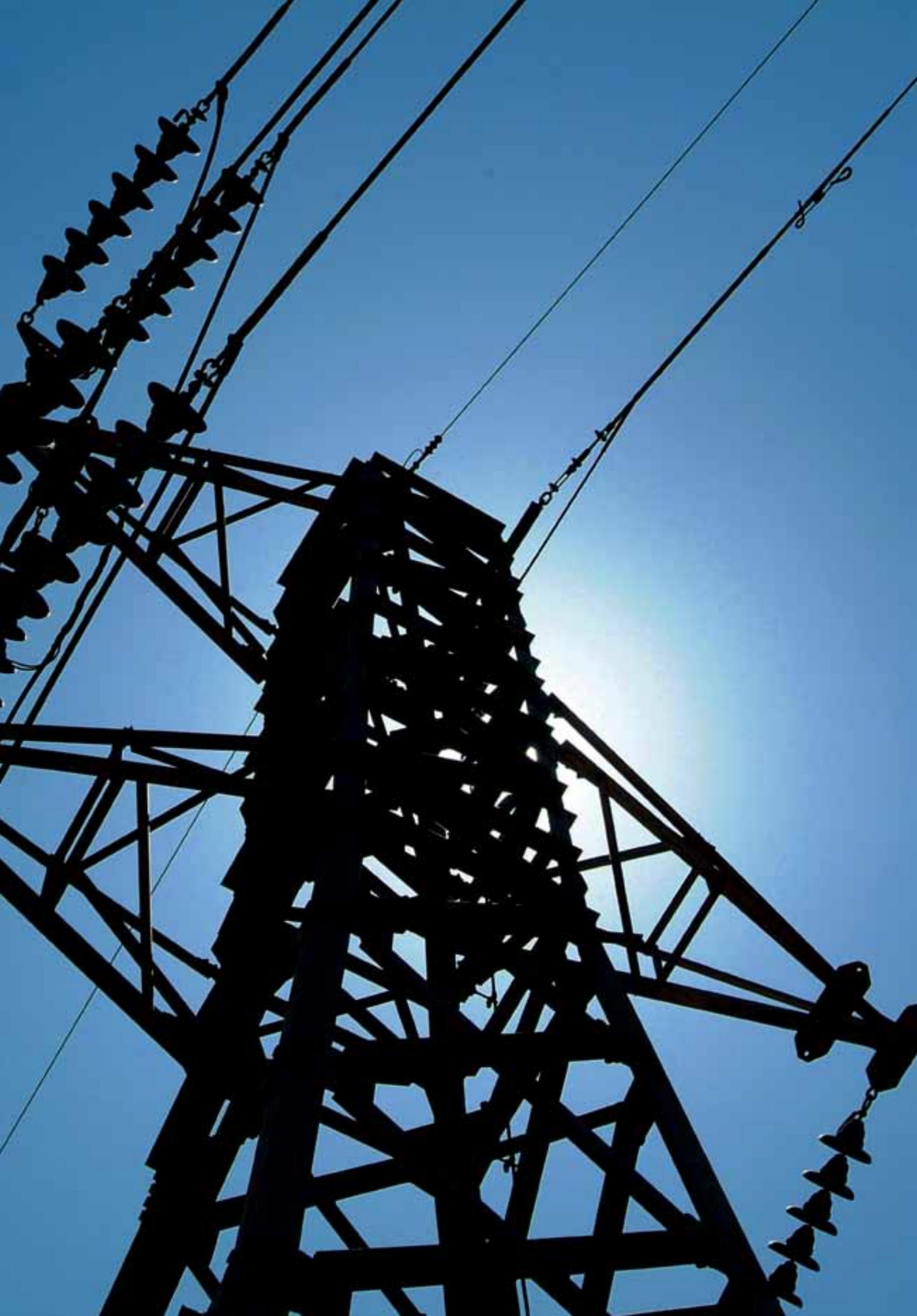
João José Saraiva Torres

Ângelo Manuel de Melo Sarmiento

Carlos Alves Pereira

anexos

- 54 Anexo ao Relatório de Gestão
- 56 Demonstrações financeiras
- 61 Notas às demonstrações financeiras
- 98 Extrato da ata da assembleia geral dos acionistas
- 99 Documentos de apreciação e certificação



anexos ao relatório de gestão

1) Artº 447º, Nº 5, do Código das Sociedades Comerciais

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP – Energias de Portugal, S.A., Holding do Grupo no qual se integra a EDP Distribuição – Energia, S.A.:

AÇÕES DA EDP DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO

Anexo referido no nº5 do Artigo 447º do CSC

	Movimentos em 2011		Preço Médio Aquisição/ Alienação	Saldo (Nº Acções) 31/12/2011	Saldo (Nº Acções) 31/12/2010
	Compras	Vendas			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
João José Saraiva Torres	7.068	- *	-	46.262	39.194
Ângelo Manuel de Melo Sarmento	10.441	- **	2.648	57.446	47.005
Carlos Alves Pereira	5.722	5.722 *	2.772	0	0

* Atribuição de parte do prémio em ações

** Atribuição de parte do prémio em ações e aquisição em bolsa

OBRIGAÇÕES DA EDP DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO

Anexo referido no nº5 do Artigo 447º do CSC

	Movimentos em 2011		Preço Médio Aquisição/ Alienação	Saldo (Nº Obrigações) 31/12/2011	Saldo (Nº Obrigações) 31/12/2010
	Compras	Vendas			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
João José Saraiva Torres	-	-	-	-	-
Ângelo Manuel de Melo Sarmento	5	-	1.000,00	5	-
Carlos Alves Pereira	-	-	-	-	-

AÇÕES DA EDP RENOVÁVEIS DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO

Anexo referido no nº5 do Artigo 447º do CSC

	Movimentos em 2011		Preço Médio Aquisição/ Alienação	Saldo (Nº Acções) 31/12/2011	Saldo (Nº Acções) 31/12/2010
	Compras	Vendas			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
João José Saraiva Torres	0	0	-	1.200	1.200
Ângelo Manuel de Melo Sarmento	0	0	-	1.200	1.200
Carlos Alves Pereira	0	0	-	0	0

2) Artº 448º, Nº 4, do Código das Sociedades Comerciais

Acionistas que, em 31 de dezembro de 2011, eram titulares do capital da EDP Distribuição – Energia, S.A.:

EDP – Energias de Portugal, S.A., com sede na Praça Marquês de Pombal, 12, Lisboa: 100% do capital social.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

João José Saraiva Torres

Ângelo Manuel de Melo Sarmento

Carlos Alves Pereira

EDP Distribuição - Energia, S.A.
 Demonstração dos Resultados
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Milhares de Euros	Notas	2011	2010*
Volume de negócios	5	3.424.642	3.254.426
Custos com acessos	5	-2.236.391	-2.022.650
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	5	-5.758	-6.833
		1.182.493	1.224.943
Rédito associado a ativos afetos a concessões	6	266.462	234.841
Encargos com ativos afetos a concessões	6	-266.462	-234.841
		-	-
Outros proveitos / (custos) de exploração			
Outros proveitos de exploração	7	73.717	45.025
Fornecimentos e serviços externos	8	-234.282	-228.690
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	9	-126.784	-169.603
Outros custos de exploração	10	-254.622	-254.643
		-541.971	-607.911
		640.522	617.032
Provisões do exercício	11	-3.061	-4.594
Amortizações do exercício	12	-244.638	-243.172
Compensações de amortizações	12	98	-
		392.921	369.266
Proveitos financeiros	13	13.899	7.666
Custos financeiros	13	-137.488	-101.015
Resultado antes de impostos		269.332	275.917
Impostos sobre lucros	14	-47.430	-33.533
Resultado líquido do exercício		221.902	242.384
Resultado por ação (Básico) - Euros	26	5,55	6,06

* Inclui a reclassificação originada pela alteração da política contabilística tal como descrito na nota 2 a).

LISBOA, 27 DE FEVEREIRO DE 2012
 O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Demonstração do Rendimento Integral
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Milhares de Euros	2011	2010
Resultado líquido do exercício	221.902	242.384
Ganhos / (perdas) atuariais	36.996	-55.814
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	-1.960	12.647
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	35.036	-43.167
Total do rendimento integral do exercício	256.938	199.217

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Demonstração da Posição Financeira
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Milhares de Euros	Notas	2011	2010
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	15	94.605	103.018
Ativos intangíveis	16	2.316.237	2.366.150
Investimentos financeiros em empresas filiais	17	105.343	105.200
Ativos financeiros disponíveis para venda	18	18	19
Ativos por impostos diferidos	19	361.117	389.171
Clientes	21	82.729	82.698
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	22	389.308	270.086
Outros devedores e outros ativos	23	602.189	2.190
Total dos Ativos Não Correntes		3.951.546	3.318.532
Inventários	20	24.255	17.370
Clientes	21	576.737	634.419
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	22	123.686	145.896
Outros devedores e outros ativos	23	52.345	26.398
Impostos a receber	24	199	5.752
Caixa e equivalentes de caixa	25	117	788
Total dos Ativos Correntes		777.339	830.623
Total do Ativo		4.728.885	4.149.155
Capitais Próprios			
Capital	26	200.000	200.000
Prestações suplementares	26	95.000	95.000
Reservas e resultados acumulados	27	92.394	63.974
Resultado líquido do exercício		221.902	242.384
Dividendos antecipados	27	-	-115.000
Total dos Capitais Próprios		609.296	486.358
Passivo			
Dívida financeira	28	2.028.325	1.428.272
Benefícios aos empregados	29	1.227.257	1.332.615
Provisões para riscos e encargos	30	59.211	56.967
Credores e outros passivos de atividades comerciais	31	2.788	64.650
Total dos Passivos Não Correntes		3.317.581	2.882.504
Dívida financeira	28	12.243	7.188
Credores e outros passivos de atividades comerciais	31	737.300	452.625
Outros credores e outros passivos	32	17.412	307.792
Impostos a pagar	33	35.053	12.688
Total dos Passivos Correntes		802.008	780.293
Total do Passivo		4.119.589	3.662.797
Total dos Capitais Próprios e Passivo		4.728.885	4.149.155

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Milhares de Euros	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prestações Suplement.	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2009	551.141	1.024.500	95.000	122.222	163.598	-854.179
Rendimento integral:						
Resultado líquido do exercício	242.384	-	-	-	-	242.384
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de imposto	-43.167	-	-	-	-43.167	-
Rendimento integral total do exercício	199.217	-	-	-	-43.167	242.384
Cobertura de resultados transitados negativos	-	-763.856	-	-	-247.255	1.011.111
Constituição de reserva para cobertura variação justo valor	-	-150.000	-	-	150.000	-
Aumento de capital	-	89.356	-	-89.356	-	-
Reforço da reserva legal	-	-	-	7.791	-	-7.791
Distribuição de dividendos	-93.000	-	-	-	-	-93.000
Dividendos antecipados	-115.000	-	-	-	-	-115.000
Distribuição de reservas	-56.000	-	-	-	-	-56.000
Saldos em 31 de dezembro de 2010	486.358	200.000	95.000	40.657	23.176	127.525
Rendimento integral:						
Resultado líquido do exercício	221.902	-	-	-	-	221.902
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de imposto	35.036	-	-	-	35.036	-
Rendimento integral total do exercício	256.938	-	-	-	35.036	221.902
Distribuição de dividendos	-127.000	-	-	-	-	-127.000
Distribuição de reservas	-7.000	-	-	-	-7.000	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	609.296	200.000	95.000	40.657	51.212	222.427

LISBOA, 27 DE FEVEREIRO DE 2012
O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	3.698.414	3.117.331
Pagamentos a fornecedores	-2.454.215	-2.166.645
Pagamentos ao pessoal	-257.791	-284.517
Pagamentos de rendas de concessão	-240.473	-239.528
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	21.553	4.200
Fluxo gerado pelas operações	767.488	430.841
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-73.429	-122.954
Fluxo das Atividades Operacionais	694.059	307.887
Atividades de Investimento		
Recebimentos:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	33.418	2.070
Comparticipações de clientes relativos a ativos intangíveis	39.640	105.861
Juros e proveitos similares	10.864	4.190
	83.922	112.121
Pagamentos:		
Ativos financeiros	-405	-100
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	-311.568	-348.832
Empréstimos concedidos	-600.000	-
	-911.973	-348.932
Fluxo das Atividades de Investimento	-828.051	-236.811
Atividades de Financiamento		
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos obtidos	510.873	65.484
Juros e custos similares	-72.552	-43.652
Dividendos pagos	-305.000	-93.000
Fluxo das Atividades de Financiamento	133.321	-71.168
Variação de caixa e seus equivalentes	-671	-92
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	788	880
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (*)	117	788

(*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 25 às Demonstrações Financeiras

1.	Atividade económica da EDP Distribuição	62
2.	Políticas contabilísticas	62
3.	Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras	67
4.	Políticas de gestão do risco financeiro	68
5.	Volume de negócios	69
6.	Rédito associado a ativos afetos a concessões	70
7.	Outros proveitos de exploração	70
8.	Fornecimentos e serviços externos	71
9.	Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	71
10.	Outros custos de exploração	72
11.	Provisões do exercício	72
12.	Amortizações do exercício	73
13.	Proveitos e Custos financeiros	73
14.	Impostos sobre os lucros	74
15.	Ativos fixos tangíveis	75
16.	Ativos Intangíveis	76
17.	Investimentos financeiros em empresas filiais	77
18.	Ativos financeiros disponíveis para venda	77
19.	Impostos diferidos ativos e passivos	78
20.	Inventários	78
21.	Clientes	79
22.	Devedores e outros ativos de atividades comerciais	80
23.	Outros devedores e outros ativos	81
24.	Impostos a receber	81
25.	Caixa e equivalentes de caixa	82
26.	Capital e Prestações suplementares	82
27.	Reservas e resultados acumulados	82
28.	Dívida financeira	83
29.	Benefícios aos empregados	83
30.	Provisões para riscos e encargos	87
31.	Credores e outros passivos de atividades comerciais	88
32.	Outros credores e outros passivos	89
33.	Impostos a pagar	89
34.	Compromissos	89
35.	Partes relacionadas	90
36.	Eventos relevantes ou subsequentes	93
37.	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	93
38.	Matérias ambientais	95

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

1. ATIVIDADE ECONÓMICA DA EDP DISTRIBUIÇÃO

a) Objeto social e detentores de capital

A EDP Distribuição - Energia, S.A. (EDP Distribuição), pessoa coletiva n.º 504394029, com sede na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 43, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o n.º 8847, foi constituída, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 4/2000, de 29/01, por fusão das sociedades distribuidoras de energia elétrica, CENEL - Eletricidade do Centro, S.A., EN - Eletricidade do Norte, S.A., LTE - Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. e SLE - Eletricidade do Sul, S.A., através da constituição de uma nova sociedade.

A EDP Distribuição tem por objeto a distribuição e venda de energia elétrica nas áreas onde se encontra legalmente autorizada. O seu capital social é de 200.000.000 Euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela EDP - Energias de Portugal, S.A.

Com a publicação do DL 29/2006, complementado pelo DL 172/2006, foram estabelecidas as novas leis de base do setor elétrico, revogando-se o regime consagrado na legislação de 1995 e, procedendo-se simultaneamente à transposição para o ordenamento jurídico português da Diretiva n.º 2003/54/CE. A figura de "Comercializador de Último Recurso" (CUR), prevista na Diretiva, foi também enquadrada na ordem jurídica interna, tendo sido atribuída à EDP Distribuição a obrigação de criar uma entidade autónoma para desempenhar aquela atividade.

Nestes termos, o Conselho de Administração da EDP Distribuição deliberou, no dia 15 de dezembro de 2006, constituir a sociedade anónima denominada EDP Serviço Universal, S.A. A partir do dia 1 de janeiro de 2007, a EDP Distribuição centrou-se na operação de redes tendo transferido a atividade de venda de eletricidade para a nova empresa EDP Serviço Universal, que passou a assegurar a continuidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores no regime de tarifa regulada.

As demonstrações financeiras da empresa são consolidadas pela EDP - Energias de Portugal, S.A., sua acionista e empresa mãe do Grupo EDP.

b) Atividade no setor energético em Portugal - eletricidade

As bases da organização e funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN), bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e a organização dos mercados, estão estabelecidas no DL 29/2006 de 15 de fevereiro, diploma que foi desenvolvido pelo DL 172/2006 de 23 de agosto. O referido DL 29/2006 foi entretanto atualizado pelo DL 104/2010 de 29 de setembro e pelo DL 78/2011 de 20 de junho, incorporando no essencial os princípios da Diretiva 2009/72/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de julho de 2009 que substituem a Diretiva 2003/54/CE.

O Sistema Elétrico Nacional integra as atividades de produção e comercialização exercidas em regime de concorrência, mediante a atribuição de licença, e as atividades de transporte e distribuição, exercidas em exclusivo mediante concessões de serviço público.

As atividades de transporte, distribuição e comercialização de último recurso estão sujeitas a regulação da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos - ERSE, a quem compete a preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas e preços respeitantes à utilização das infraestruturas - tarifas de acesso - e ao fornecimento de energia elétrica aos clientes do mercado regulado - tarifas de venda a clientes finais.

Para as atividades de transporte, distribuição e comercialização de último recurso, a lei estabelece o direito a uma remuneração fixada pela ERSE, nos termos do regulamento tarifário, que assegure o equilíbrio económico e financeiro nas condições de uma gestão eficiente.

c) Regime de preços de venda de acessos

A comercialização de eletricidade é livre, sujeita à atribuição de licença, sendo, para o efeito, assegurado aos comercializadores o direito de acesso às redes de transporte e de distribuição, mediante o pagamento de tarifas reguladas pela ERSE.

Os preços de venda de energia elétrica e acessos (tarifas) para 2011 foram fixados pelo Despacho n.º 19113 da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), de 10 de dezembro de 2010, publicado no Diário da República n.º 249 (2.ª série), de 27 de dezembro de 2010.

d) Regime de concessão da distribuição de energia elétrica

Em Alta e Média Tensão

A distribuição de eletricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões e as redes de distribuição em baixa tensão, e é exercida igualmente mediante contratos de concessão de serviço público em exclusivo. A concessão para a exploração da RND em média e alta tensões foi atribuída pelo Estado português à EDP Distribuição por um prazo de 35 anos, a partir de 25 de fevereiro de 2009.

Em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia elétrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, esse direito foi concedido à EDP Distribuição, podendo os referidos contratos cessar pelo decurso do prazo, por rescisão ou por resgate por parte do concedente, com aviso prévio de pelo menos 1 ano e mediante pagamento de indemnização à concessionária. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes.

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos Municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afetação à exploração da Empresa.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de ativos intangíveis (Nota 16), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 31), conforme referido na política contabilística definida na Nota 2 f).

e) Bens de domínio público

Em Portugal, alguns imobilizados afetos à Produção e Distribuição de energia elétrica no SEN estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes imobilizados estão afetos à atividade da EDP Distribuição que os pode administrar livremente embora, no âmbito do domínio do comércio jurídico privado, não possa dispor dos mesmos enquanto se mantiver a sua afetação ao regime de domínio público.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EDP Distribuição, agora apresentadas, refletem os resultados das suas operações e a posição financeira, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da EDP Distribuição no dia 27 de fevereiro de 2012 e são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, as demonstrações financeiras da EDP Distribuição são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da EDP Distribuição, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adoptadas pela U.E. até 31 de dezembro de 2011.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor, e que a EDP Distribuição ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 37.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

As políticas contabilísticas utilizadas pela EDP Distribuição na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2011, são consistentes com as utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2010. Não obstante, ocorreu uma alteração na política contabilística relativa aos benefícios aos empregados – pensões. Adicionalmente, e para efeitos meramente comparativos, foi efectuada a compensação dos impostos diferidos ativos e passivos, originando um decréscimo de cerca de 33.822 milhares de Euros no total do ativo e do passivo da EDP Distribuição.

Tal como descrito na Nota 37, a EDP Distribuição adotou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2011, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pela EDP Distribuição na preparação das demonstrações financeiras, descritas nessa nota, foram adotadas em conformidade. A adoção destas normas e interpretações em 2011 não teve um impacto significativo nas contas da Empresa.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

Com o objetivo de melhorar a apresentação dos ativos e passivos, a Empresa decidiu divulgar na Demonstração da Posição Financeira de 2011 e respetivos comparativos de 2010, as rubricas de "Devedores e outros ativos" e "Credores e outros passivos" de acordo com a atividade principal da Empresa.

Alteração de política contabilística

Nos termos da atual IAS 19, a contabilização nas rubricas da demonstração dos resultados dos custos do exercício com planos de benefícios definidos, constitui uma política contabilística, podendo as entidades optar entre:

- (i) Registrar o custo com juros e o proveito relativo ao retorno esperado dos ativos do plano em resultados financeiros e o custo do serviço corrente em custos com benefícios aos empregados; ou
- (ii) Apresentar o custo total líquido na rubrica de custos com benefícios aos empregados.

Desde a transição para as IFRS, o Grupo EDP e a EDP Distribuição têm vindo a apresentar de forma consistente estes custos de acordo com a segunda opção, isto é apresentando na rubrica de custos com benefícios aos empregados o efeito líquido em resultados do ano dos seus planos de benefícios definidos.

No entanto, a EDP Distribuição decidiu alterar a política contabilística que vinha adoptando. Desta forma, a EDP Distribuição passou a apresentar em custos com benefícios aos empregados apenas o valor correspondente ao custo com o serviço corrente e o efeito das reformas antecipadas e em resultados financeiros o custo com juros e o proveito relativo ao retorno esperado dos ativos.

Com referência a 31 de dezembro de 2011, o efeito desta alteração implicou o registo de 57.651 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 59.308 milhares de Euros) na rubrica de resultados financeiros por contrapartida de uma redução nos custos com benefícios aos empregados. Com referência a 31 de dezembro de 2010 é efetuada uma reexpressão para efeitos meramente comparativos do custo com benefícios aos empregados, originando um decréscimo de cerca de 59.308 milhares de Euros por contrapartida de resultados financeiros no mesmo montante (ver Nota 9,13 e 29).

b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

c) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

d) Investimentos financeiros em filiais e associadas

Os investimentos em filiais e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

e) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

f) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de janeiro de 2009, a empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com os IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a empresa. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Ao abrigo do regime do DL 344-B/82	10 a 30
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento de transporte	3 a 7
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	10 a 50

Nos termos previstos pelas IFRS, a estimativa das vidas úteis dos ativos deve ser revista se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos ativos diferirem das estimativas anteriores. As alterações que decorram nomeadamente nas amortizações do exercício, são contabilizadas de forma prospetiva.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais não afetos à concessão são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos, na rubrica de passivo não corrente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a empresa irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a empresa por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

O valor bruto de subsídios e participações de investimento imobilizado obtidos relativos a ativos afetos a concessões foi considerado como uma dedução ao valor bruto de ativos fixos intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12 e a amortização destes subsídios e participações foi considerada na amortização acumulada de ativos fixos intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12.

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela empresa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de software efetuados pela empresa, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados diretamente afetos aos projetos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

Direitos de concessão na distribuição de eletricidade

Os direitos de concessão relativos à distribuição de eletricidade, são registados como ativos intangíveis e amortizados de acordo com a vida útil dos ativos inerentes, como se segue:

	Número de anos
Equipamento básico:	
Distribuição de eletricidade	10 a 30

A política contabilística relativa aos ativos intangíveis afetos a concessões é descrita na Nota 2 f).

h) Locações

A empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados na demonstração da posição financeira como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

i) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

j) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

k) Benefícios aos empregados

Pensões

A EDP Distribuição atribui benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

O plano de benefícios definidos do Grupo EDP, que inclui a EDP Distribuição, é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

Os planos de pensões existentes na empresa correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

De acordo com o IFRS 1, a empresa optou, na data da transição de 1 de janeiro de 2009, por reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas atuariais diferidas existentes a essa data.

As responsabilidades da empresa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas.

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

Tal como referido na Nota 2 a), a EDP Distribuição reconhece como um custo operacional, na sua demonstração de resultados, o custo do serviço corrente e o efeito das reformas antecipadas. O custo dos juros e o rendimento esperado dos ativos do fundo são reconhecidos como resultado financeiro.

Os ativos do plano seguem as condições de reconhecimento previstas na IFRIC 14 - IAS 19 e os requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

Planos de contribuição definida

A EDP Distribuição dispõe ainda de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efetuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano.

Outros benefícios

Planos de cuidados médicos e outros

A EDP Distribuição concede benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas na demonstração da posição financeira da empresa. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

Os acionistas da sociedade aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

l) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

m) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O réditio compreende os montantes faturados na venda de acessos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

A faturação de vendas de acessos é efetuada numa base mensal. As faturas mensais de acessos são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos respeitantes a acessos a faturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data de balanço, são registados por estimativa efetuada com base na média dos últimos consumos.

As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

n) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

o) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, a empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

(i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e

(ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

p) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas da EDP Distribuição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela empresa.

q) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

r) Desvios tarifários

Nas atividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado ano às tarifas de anos futuros. Os desvios tarifários registados nas demonstrações financeiras da EDP Distribuição correspondem à diferença entre os valores efetivamente faturados (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em dezembro do ano anterior) e os proventos permitidos calculados com base em valores reais. Os desvios tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade e acessos aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 165/2008 de 21 de agosto veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos desvios tarifários enquadrando-os num regime idêntico ao do défice tarifário. Consequentemente, a Empresa regista em resultados do período na rubrica de Vendas de acessos, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos desvios tarifários por contrapartida da rubrica de Outros devedores. De acordo com o referido Decreto-Lei, os ajustamentos tarifários apurados em cada ano que sejam devidos às empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da atividade que cada uma das entidades, devendo a ERSE adotar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os desvios tarifários, através das tarifas de energia elétrica.

s) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os pagamentos ao pessoal incluem os pagamentos aos colaboradores pertencentes ao quadro de pessoal, bem como aos colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

t) Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da EDP Distribuição, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que a empresa adotou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de janeiro de 2009. Nos termos definidos pela IFRIC 12, esta norma foi aplicada prospetivamente considerando a impraticabilidade de uma aplicação retrospectiva. De referir que a aplicação retrospectiva teria um efeito equivalente à aplicação prospetiva.

A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão. As concessões da EDP Distribuição enquadram-se neste modelo.

No âmbito dos contratos de concessão da EDP Distribuição enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a EDP Distribuição não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos a concessões, pelo que o réditio e os encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante (ver Nota 6).

Os ativos intangíveis afetos a concessões são amortizados de acordo com a respetiva vida útil durante o período da concessão.

A empresa procede a testes de imparidade relativamente aos ativos intangíveis afetos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As participações recebidas de clientes relativas aos ativos afetos a concessões são entregues à empresa a título definitivo e, portanto, não são reembolsáveis. Estas participações são deduzidas ao valor dos ativos afetos a cada concessão.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, custos e proventos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos custos e proventos reais.

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela empresa são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela empresa é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela EDP Distribuição os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Desvios tarifários

Nas atividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificados num determinado ano às tarifas dos anos futuros. Os desvios tarifários registados nas demonstrações financeiras da EDP Distribuição correspondem à diferença entre os valores efetivamente faturados pela empresa (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os desvios tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade e acessos aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

Considerando a legislação atualmente em vigor que estabelece a incondicionalidade por parte dos operadores regulados à recuperação ou devolução dos desvios tarifários, a empresa registou nos resultados do exercício na rubrica de Vendas de eletricidade, os efeitos decorrentes do reconhecimento do desvio tarifário, por contrapartida das rubricas Outros devedores/Outros credores. No âmbito da legislação em vigor as empresas reguladas podem ainda ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia elétrica, os desvios tarifários.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da empresa.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos de proveitos/rédito

Os proveitos das vendas de acessos são reconhecidos quando as faturas mensais são emitidas, baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos relativos a acessos a faturar, por consumos ocorridos e não lidos, até à data do balanço são registados com base em estimativas, que consideram fatores como médias de consumo verificadas em períodos anteriores e as análises relativas ao balanço energético da atividade desenvolvida.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderá resultar num nível diferente de proveitos e, consequentemente, em diferentes impactos nos resultados da empresa.

Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A empresa pertence ao Grupo de sociedades integradas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) da EDP - Energias de Portugal, S.A. em Portugal. As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela EDP Distribuição durante um período de quatro anos para exercícios a partir de 2010 e seis anos para os exercícios anteriores, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da EDP Distribuição de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Gestão do risco de taxa de juro

A política de gestão do risco da taxa de juro tem como objetivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição ao risco de taxa de juro resultante de flutuações de mercado. Desta forma, a exposição da empresa ao risco de taxa de juro é apenas indireta e na medida em que esta exposição afete os financiamentos obtidos junto da acionista (suprimentos).

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez encontra-se centralizada na direção de Gestão Financeira do Grupo EDP. Neste contexto, são contratadas e mantidas linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras, nacionais e internacionais, que permitem o acesso imediato a fundos, conforme as necessidades das empresas do Grupo. A EDP Distribuição como parte integrante do Grupo EDP, tem acesso a estes meios de financiamento imediato, por via da obtenção de suprimentos concedidos pela EDP, S.A.

5. VOLUME DE NEGÓCIOS

A análise do Volume de negócios por atividade, é a seguinte:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Vendas por atividade:		
Acessos	3.407.429	3.237.507
Outros	2.513	2.820
	3.409.942	3.240.327
Prestação de serviços por atividade:		
Associados a vendas de acessos	1.899	1.912
Consultadoria e serviços de gestão e engenharia	12.741	12.039
Outros	60	148
	14.700	14.099
	3.424.642	3.254.426
Volume de negócios:		
Acessos	3.409.328	3.239.419
Consultadoria e serviços de gestão e engenharia	12.741	12.039
Outros	2.573	2.968
	3.424.642	3.254.426

A rubrica de **Vendas** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Acessos:		
- Em muito alta tensão	30.076	12.211
- Em alta tensão	134.336	65.458
- Em média tensão	564.728	373.882
- Em baixa tensão (>39,6 KVA)	223.132	191.094
- Em baixa tensão	1.981.954	2.008.734
- Em baixa tensão (Iluminação Pública)	81.386	79.150
Desvio tarifário	42.247	-179.240
Transferência déficit tarifário gerado entre 2006 e 2009	-160.650	-173.873
Diferencial tarifa social	-445	-123
Recuperação através da REN referente à tarifa social do acesso às redes	4.308	-
Sustentabilidade de mercados	445.870	822.214
Diferencial de extinção tarifas	2.467	-
Sobreproveito	53.729	-
Correção hidráulicidade	8.036	41.272
Comparticipação PPDA (Planos Promoção Desempenho Ambiental)	-3.745	-3.272
	3.407.429	3.237.507
Outras Vendas:		
	2.513	2.820
	2.513	2.820
	3.409.942	3.240.327

A rubrica desvio tarifário e recuperação/atualização detalha-se como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Recuperação e atualização do desvio tarifário gerado em 2009 e 2008, respetivamente	16.833	-119.619
Atualização do desvio tarifário gerado em 2009	-	1.936
Desvio tarifário de 2010	-	-61.557
Atualização do desvio tarifário gerado em 2010	-1.754	-
Desvio tarifário de 2011	31.239	-
Atualização do desvio tarifário gerado em 2011	-4.071	-
	42.247	-179.240

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

A rubrica "Transferência défice tarifário gerado entre 2006 e 2009" refere-se à transferência para os titulares dos ativos do valor recuperado em 2010 e 2011 pela EDP Distribuição, na tarifa de Uso Global de Sistema.

No âmbito da sustentabilidade do mercado livre e do mercado regulado a EDP Distribuição procedeu durante o exercício de 2011 à devolução do valor líquido dos ajustamentos referente aos custos decorrentes da atividade da compra e venda da energia elétrica do CUR, relativos ao ano de 2009 e previsionais para 2010, no montante de 445.870 milhares de Euros. Este mecanismo encontra-se definido pela ERSE nos termos do Regulamento Tarifário, através da tarifa de UGS a aplicar pelo operador da rede de distribuição (EDP Distribuição), em benefício de todos os clientes. Deste modo, durante o exercício de 2011 a EDP Distribuição entregou aos seus clientes através das tarifas de acessos o referido montante, tendo-o faturado à EDP Serviço Universal.

A entidade reguladora definiu para 2011 uma tarifa transitória a aplicar aos clientes MAT, AT, MT e BTE, que já não podendo estar na tarifa regulada, ainda não escolheram um comercializador em mercado. Esta tarifa dá origem a um sobreprojeito recuperado pelo CUR e que será repercutido por todos os consumidores através da tarifa de UGS aplicada pelo Operador da Rede de Distribuição, nos respetivos níveis de tensão. O valor desta componente ascende a 53.729 milhares de Euros, transferida pela EDP SU para a EDP Distribuição.

As rubricas de Custos com acessos e Variação nos inventários e custo das matérias-primas e consumíveis são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Custos com acessos		
Custos com acessos	2.236.391	2.022.650
Variação dos inventários e custo das matérias primas e consumidas		
- Outros custos	88.891	84.281
- Trabalhos para a própria empresa - consumo de materiais	-83.133	-77.448
	5.758	6.833
	2.242.149	2.029.483

6. RÉDITO ASSOCIADO A ATIVOS AFETOS A CONCESSÕES

No âmbito dos contratos de concessão da EDP Distribuição enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a EDP Distribuição não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante, sendo analisados como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Ativos afetos a concessões:		
Rédito associado a ativos afetos a concessões	266.462	234.841
Encargos com a aquisição de ativos afetos a concessões		
Subcontratos e materiais diversos	-191.573	-168.728
Custos com pessoal capitalizados (Nota 9)	-69.530	-59.226
Juros de empréstimos obtidos capitalizados	-5.359	-6.887
	-266.462	-234.841
	-	-

Os movimentos do exercício dos ativos afetos a concessões encontram-se divulgados na Nota 16 - Ativos Intangíveis.

7. OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO

A rubrica de **Outros proveitos de exploração** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Aluguer de equipamentos	3.703	3.898
Comparticipação de colaboradores em despesas de saúde	3.270	3.264
Subsídios à exploração	438	777
Ganhos em imobilizações	22.092	1.252
Reversão de imparidades		
- Cobranças duvidosas de clientes (nota 21)	8.992	5.424
- Devedores e outros ativos de atividades comerciais (nota 22)	-	2.500
Cedências de pessoal	13.193	9.874
Valores em excesso de participações de clientes	5.922	7.312
Recuperação de custos	2.731	1.923
Outros proveitos de exploração	13.376	8.801
	73.717	45.025

Os Ganhos em imobilizações incluem a mais-valia de aproximadamente 20,6 milhões de Euros, resultante da venda à EDP, S.A. de terrenos e edifícios em Lisboa.

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Fornecimentos e serviços :		
Água, eletricidade e combustíveis	7.394	7.138
Utensílios e material de escritório	817	708
Rendas e alugueres	18.881	17.306
Comunicações	4.480	3.936
Seguros	9.735	10.245
Transportes, deslocações e estadias	3.320	2.569
Comissões e honorários	38	66
Conservação e reparação	54.806	57.434
Publicidade e propaganda	1.288	1.486
Vigilância e Segurança	2.044	1.966
Trabalhos especializados:		
- Atividade Comercial	84.775	71.376
- Serviços de Informática	7.198	7.268
- Serviços Jurídicos	435	742
- Serviços de Consultoria	1.666	2.183
- Serviços partilhados	22.127	25.742
- Serviços de gestão (EDP, S.A.)	10.281	11.906
- Outros Serviços	4.245	3.841
Cedência de Pessoal	7.636	5.990
Outros fornecimentos e serviços	1.395	1.468
Trabalhos para a própria empresa	-8.279	-4.680
	234.282	228.690

9. CUSTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de **Custos com o pessoal e benefícios aos empregados** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Custos com pessoal:		
Remuneração dos órgãos sociais	495	528
Remuneração dos colaboradores	126.965	130.953
Encargos sobre remunerações	31.328	31.217
Custos com indemnizações	-	721
Prémios de desempenho, assiduidade e antiguidade	18.037	18.282
Outros custos	7.095	6.303
Trabalhos para a própria empresa		
- Afetos a concessões	-69.530	-59.226
- Outros	-581	-2.165
	113.809	126.613
Benefícios aos empregados:		
Custos com plano de pensões	10.422	10.019
Custos com plano médico e outros benefícios	3.964	2.860
Custos com racionalização de recursos humanos	2.397	29.448
Outros	-3.808	663
	12.975	42.990
	126.784	169.603

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2011 e 2010 por cargos de direção/dirigentes e categoria profissional é apresentado como segue:

Nº empreg.	Dez 2011	Dez 2010
Órgãos sociais	5	3
Dirigentes	84	79
Quadros superiores	538	540
Quadros médios	21	20
Quadros intermédias	38	44
Profissionais altamente qualificados e qualificados	2.716	2.772
Profissionais semi-qualificados	40	68
Contratados a prazo	8	1
	3.450	3.527

Os custos com planos de pensões incluem 8.083 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 7.911 milhares de Euros) relativos a planos de benefícios definidos (ver nota 29) e 2.339 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 2.108 milhares de Euros) relativos a planos de contribuição definida. Os custos com plano médico e outros benefícios, no montante de 3.964 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 2.860 milhares de Euros) respeitam a dotação do exercício, líquidos das reduções do exercício.

Os custos com racionalização de recursos humanos decorrem de novos acordos de pré-reforma de 6 trabalhadores da EDP Distribuição, S.A (130 trabalhadores em 2010).

As componentes financeiras relativas às responsabilidades com pensões e com actos médicos e outros benefícios, nos montantes de 29.257 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 30.591 milhares de Euros) e 28.394 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 28.717 milhares de Euros) respetivamente, foram reclassificadas da rubrica de custos com pessoal e benefícios aos empregados para a rubrica de custos financeiros (ver notas 13 e 29).

10. OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

A rubrica de **Outros custos de exploração** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Rendas de concessões pagas às autarquias	242.357	238.363
Impostos diretos	269	244
Impostos indiretos	1.331	2.155
Imparidade para créditos de cobrança duvidosa (nota 21)	1.572	3.988
Imparidade para devedores e outros ativos de atividades comerciais (nota 22)	207	1.791
Dívidas incobráveis	5	41
Perdas em imobilizações	401	343
Donativos	2.518	2.165
Outros custos e perdas operacionais	5.962	5.553
	254.622	254.643

A rubrica Rendas de concessão pagas às autarquias corresponde às rendas pagas pela EDP Distribuição às autarquias no âmbito dos contratos de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.

A Imparidade para créditos de cobrança duvidosa e para devedores e outros ativos é analisada nas Notas 21 e 22 às demonstrações financeiras, respetivamente.

11. PROVISÕES DO EXERCÍCIO

A rubrica de **Provisões do exercício** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Dotação de provisões (Nota 30)	11.061	6.178
Redução de provisões (Nota 30)	-8.000	-1.584
	3.061	4.594

As dotações de provisões, no montante global de 11.061 milhares de Euros, incluem 7.498 milhares de Euros relativos às provisões para processos judiciais (31 de dezembro de 2010: 1.221 milhares de Euros) e 3.563 milhares de Euros para as provisões para outros riscos e encargos (31 de dezembro de 2010: 4.957 milhares de Euros), conforme referido na nota 30 abaixo. A redução de provisões respeita na sua maioria, 6.841 milhares de Euros, às provisões para processos judiciais.

12. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

A rubrica de **Amortizações do exercício** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Amortização de ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	1.528	1.180
Equipamento de transporte	4.632	4.748
Equipamento administrativo e utensílios	11.559	10.973
Outros ativos tangíveis	272	1.450
	17.991	18.351
Amortização de ativos fixos intangíveis:		
Amortização de intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12	226.647	224.821
	244.638	243.172
Compensação de amortizações:		
Ativos fixos tangíveis	-98	-
	244.540	243.172

A rubrica Amortização de intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12 diz respeito à amortização dos direitos de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão e em média/alta tensão em Portugal, contabilizados de acordo com a respetiva política contabilística.

13. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

A rubrica de **Proveitos e Custos financeiros** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Proveitos financeiros		
Juros de gestão de tesouraria	10.673	1.708
Outros juros obtidos	-	2.205
Juros de desvios tarifários	2.502	3.133
Outros ganhos financeiros	724	620
	13.899	7.666
Custos financeiros		
Juros de suprimentos contraídos à EDP, S.A.	70.172	39.861
Juros de gestão de tesouraria	13.011	8.195
Serviços bancários	18	13
Imparidade para Investimentos Financeiros e Partes de Capital	262	-
Juros de Desvio Tarifário	2.404	808
"Unwinding" nas responsabilidades com pensões (nota 29)	29.257	30.591
"Unwinding" nas responsabilidades com atos médicos e outros benefícios (nota 29)	28.394	28.717
Outras perdas financeiras	-378	310
TPE's - Juros de empréstimos obtidos capitalizados	-5.652	-7.480
	137.488	101.015
Resultados financeiros	-123.589	-93.349

A rubrica "Juros de empréstimos obtidos capitalizados" inclui os juros de empréstimos capitalizados em ativos fixos em curso, conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2 f). As taxas de juro consideradas estão de acordo com as taxas de mercado.

A rubrica "Outros juros obtidos" em 2010 respeita a um valor indemnizatório resultado do atraso da Administração Fiscal no reembolso de IVA referente aos anos entre 2002 e 2006.

As rubricas de Juros de gestão de tesouraria respeitam aos encargos / ganhos financeiros que resultam da utilização do sistema financeiro do Grupo (cashpooling) e são calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio das necessidades de fundo de maneo no âmbito da política de gestão de tesouraria do Grupo.

As rubricas de Juros obtidos e suportados de desvio tarifário (Ajustamento tarifário) dizem respeito à atualização financeira desses ativos a receber/passivos a pagar.

As componentes financeiras de "Unwinding" relativas às responsabilidades com pensões e actos médicos e outros benefícios nos montantes de 29.257 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 30.591 milhares de Euros) e 28.394 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 28.717 milhares de Euros), respetivamente, foram reclassificadas da rubrica de custos com pessoal e benefícios aos empregados para a rubrica de custos financeiros (ver notas 9 e 29).

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

14. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

A EDP Distribuição, como empresa do Grupo EDP, é tributada em sede de IRC, pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS), conforme autorização concedida pelo Ministério das Finanças.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal, esse período é de 4 anos (5 para a Segurança Social), sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2007.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos 4 anos seguintes (6 anos até 2009).

A análise da rubrica de **Impostos sobre lucros** é a seguinte:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Imposto corrente		
Relativo ao exercício	-30.608	-99.849
Relativo a exercícios anteriores	9.272	2.093
Imposto diferido	-26.094	64.223
	-47.430	-33.533

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 2011, é analisada como segue:

Milhares de Euros	Taxa %	Dez 2011	
		Base Fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	29,00%	269.332	78.106
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	-1,66%	-15.428	-4.474
Pensões e outros benefícios de reforma	-2,56%	-23.779	-6.896
Diferença entre mais e menos valias contabilísticas e fiscais	-1,29%	-11.962	-3.469
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à coleta	1,25%	11.593	3.362
Alterações de taxa	-3,49%	-32.434	-9.406
Efeito da aplicação da derrama estadual	-0,02%	-172	-50
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	-3,62%	-33.597	-9.743
Taxa e imposto efetivo sobre os lucros	17,61%	163.552	47.430

No decurso de 2011, a EDP Distribuição efetuou uma análise e documentação dos investimentos realizados nos exercícios de 2009 e 2010 tendo verificado a elegibilidade de alguns investimentos no âmbito do RFAI. Com base nas conclusões desta análise, no decurso do mês de maio de 2011, a EDP Distribuição entregou declaração de substituição do Modelo 22 de 2009, deduzindo à coleta os montantes do RFAI elegíveis para este ano no montante de 8.698 milhares de Euros, determinando um efeito positivo na rubrica de impostos sobre lucros relativos a exercícios anteriores. Esse impacto encontra-se incluído na rubrica Outros ajustamento e alterações de estimativas.

A Lei n.º 12-A/2010 publicada em 30 de junho de 2010, aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), nomeadamente a introdução de uma derrama estadual, a qual, até 31 de dezembro de 2011, incide sobre a parcela dos lucros tributáveis superiores a 2 milhões de Euros à taxa de 2,5%. Consequentemente, a taxa de imposto total aplicável em Portugal às entidades cujo lucro tributável excedesse aquele montante passou a ser de 29%.

A Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro, (Lei do Orçamento do Estado para 2012) veio alterar a taxa acima referida, passando a derrama estadual a incidir (i) sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 10 milhões de Euros, à taxa de 3%, e (ii) sobre a parcela do lucro tributável superior a 10 milhões de Euros, à taxa de 5%. Refira-se que, de acordo com o n.º 4 do artigo 116.º da Lei n.º 64-A/2011, esta alteração aplica-se nos dois períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2012. Assim, durante 2012 e 2013, a taxa de imposto total aplicável em Portugal às entidades cujo lucro tributável exceda 10 milhões de Euros, passou a ser de aproximadamente 31,5%.

Os efeitos destas alterações da taxa de imposto foram considerados na determinação da estimativa de imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como no cálculo dos impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras. Os respetivos impactos encontram-se divulgados nas rubricas Efeito da alteração da taxa de imposto (efeito em impostos diferidos) e Efeito da aplicação da derrama estadual (efeito em imposto corrente).

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC em 2010, é analisada como segue:

Milhares de Euros	Taxa %	Dez 2010	
		Base Fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,50%	275.917	73.118
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	2,60%	27.094	7.180
Pensões e outros benefícios de reforma	-4,82%	-50.136	-13.286
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à coleta	0,15%	1.551	411
Alterações de estimativas	-11,67%	-122.570	-32.481
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	-0,51%	-5.316	-1.409
Taxa e imposto efetivo sobre os lucros	12,2%	126.540	33.533

Em 31 de dezembro de 2010, o montante registrado em alterações de estimativas respeita, na sua maioria, à atualização dos impostos diferidos ativos e passivos tendo por base a alteração na taxa de derrama estadual que determinou um acréscimo na taxa de imposto de 26,5% para 29%.

15. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	4.130	5.118
Edifícios e outras construções	59.587	62.518
Equipamento de transporte	35.025	36.810
Equipamento administrativo e utensílios	159.115	149.153
Outros ativos fixos tangíveis	13.714	13.578
Ativos fixos tangíveis em curso	14.508	17.258
	286.079	284.435
Amortizações acumuladas:		
Amortizações do exercício (Nota 12)	-17.991	-18.351
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-173.483	-163.066
	-191.474	-181.417
Valor líquido contabilístico	94.605	103.018

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2011, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31 dezembro
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	5.118	-	-1.909	-	921	4.130
Edifícios e outras construções	62.518	-	-6.368	1.963	1.474	59.587
Equipamento de transporte	36.810	2.197	-3.982	-	-	35.025
Equipamento administrativo e utensílios	149.153	811	-91	9.242	-	159.115
Outros ativos fixos tangíveis	13.578	-	-	136	-	13.714
Ativos fixos tangíveis em curso	17.258	8.591	-	-11.341	-	14.508
	284.435	11.599	-12.350	-	2.395	286.079

Milhares de Euros	Saldo em 1 janeiro	Amortização do exercício e imparidade	Alienações/Abates	Regularizações	Saldo em 31 dezembro
Amortizações acumuladas:					
Edifícios e outras construções	-35.747	-1.528	4.493	-503	-33.285
Equipamento de transporte	-22.968	-4.632	3.708	-	-23.892
Equipamento administrativo e utensílios	-110.370	-11.559	86	-	-121.843
Outros ativos fixos tangíveis	-12.332	-272	-	150	-12.454
	-181.417	-17.991	8.287	-353	-191.474

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2010, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31 dezembro
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	5.118	-	-	-	-	5.118
Edifícios e outras construções	68.836	13	-62	288	-6.557	62.518
Equipamento de transporte	38.392	4.301	-5.883	-	-	36.810
Equipamento administrativo e utensílios	141.406	1.371	-60	6.436	-	149.153
Outros ativos fixos tangíveis	13.479	61	-	38	-	13.578
Ativos fixos tangíveis em curso	17.600	6.420	-	-6.762	-	17.258
	284.831	12.166	-6.005	-	-6.557	284.435

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Milhares de Euros	Saldo em 1 janeiro	Amortização do exercício e imparidade	Alienações/ Abates	Regularizações	Saldo em 31 dezembro
Amortizações acumuladas:					
Edifícios e outras construções	-37.263	-1.180	46	2.650	-35.747
Equipamento de transporte	-23.711	-4.748	5.491	-	-22.968
Equipamento administrativo e utensílios	-99.452	-10.973	55	-	-110.370
Outros ativos fixos tangíveis	-10.882	-1.450	-	-	-12.332
	-171.308	-18.351	5.592	2.650	-181.417

Os saldos de abertura a 1 de janeiro de 2010 incluem o efeito da aplicação da IFRIC 12.

À data de 31 de dezembro de 2011, o valor bruto dos ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira ascende a 3.726 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 3.280 milhares de Euros), a amortização acumulada é de 1.500 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 970 milhares de Euros) e as respetivas rendas vincendas ascendem a 2.034 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 2.167 milhares de Euros). A análise dos contratos de locação financeira é apresentada na Nota 34.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Valor bruto:		
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	9.281.521	9.140.460
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	102.016	61.388
	9.383.537	9.201.848
Amortizações acumuladas:		
Amortizações do exercício de ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12) - (Nota 12)	-226.647	-224.821
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores (IFRIC 12)	-6.840.653	-6.610.877
	-7.067.300	-6.835.698
Valor Líquido	2.316.237	2.366.150

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o ano de 2011, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31 dezembro
Valor bruto:						
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	9.140.460	870	-2.991	145.576	-2.394	9.281.521
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	61.388	265.592	-	-232.957	7.993	102.016
	9.201.848	266.462	-2.991	-87.381	5.599	9.383.537

Milhares de Euros	Saldo em 1 janeiro	Amortização do exercício e imparidade	Alienações/ Abates	Regularizações	Saldo em 31 dezembro
Amortizações acumuladas:					
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	-6.835.698	-226.647	2.737	-7.692	-7.067.300
	-6.835.698	-226.647	2.737	-7.692	-7.067.300

As transferências de ativos intangíveis afetos a concessões no valor de 87.381 milhares de Euros (2010: 33.567 milhares de Euros) são referentes à transferência para Devedores e outros ativos de atividades comerciais do valor correspondente aos aumentos do ativo financeiro associado ao IFRIC12.

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o ano de 2010, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 dezembro
Valor bruto:					
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	8.893.401	-	-2.274	249.333	9.140.460
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	109.447	234.841	-	-282.900	61.388
	9.002.848	234.841	-2.274	-33.567	9.201.848

Milhares de Euros	Saldo em 1 janeiro	Amortização do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 dezembro
Amortizações acumuladas e imparidades:					
Ativos intangíveis afetos a concessões	-6.608.935	-224.821	708	-2.650	-6.835.698
	-6.608.935	-224.821	708	-2.650	-6.835.698

Os saldos de abertura a 1 de janeiro de 2010 incluem o efeito da aplicação da IFRIC 12.

17. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS FILIAIS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011 Valor Líquido	Dez 2010 Valor Líquido
Partes de capital em empresas filiais	105.605	105.200
Perdas por imparidade em partes de capital em empresas filiais	-262	-
	105.343	105.200

O detalhe dos investimentos financeiros em filiais para a empresa, é analisado como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011 Valor Líquido	Dez 2010 Valor Líquido
Empresas filiais:		
EDP - Serviço Universal, S.A.	105.100	105.100
SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede de Mobilidade Elétrica, S.A.	193	50
EDP MOP - Operações de Pontos de Carregamento de Mobilidade Elétrica, S.A.	50	50
	105.343	105.200

A variação na rubrica de investimentos financeiros em empresas filiais (143 milhares de Euros), resulta do aumento de capital realizado na empresa SGORME no montante de 405 milhares de Euros e do registo de uma perda por imparidade para essa mesma participação no valor de 262 milhares de euros.

A principal informação financeira das empresas filiais da sociedade é analisada como segue:

Milhares de Euros	Sede	Total do Ativo 31/dez/11	Capitais Próprios 31/dez/11	Resultado Líquido 31/dez/11	% Participação
EDP - Serviço Universal, S.A.	Lisboa	1.971.565	39.880	5.975	100%
SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede de Mobilidade Elétrica, S.A.	Lisboa	313	30	(320)	91%
EDP MOP - Operações de Pontos de Carregamento de Mobilidade Elétrica, S.A.	Lisboa	1.262	(29)	(64)	100%
		1.973.140	39.881	5.591	

18. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Edifícios e outras construções	18	19
	18	19

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

19. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

A empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

Milhares de Euros	Impostos Diferidos Ativos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo Líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2011	Dez 2010	Dez 2011	Dez 2010	Dez 2011	Dez 2010
Provisões	292.969	296.170	-	-	292.969	296.170
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	81.778	96.815	-	-	81.778	96.815
Mais-Valias reinvestidas	-	-	4.157	4.338	-4.157	-4.338
Desvio tarifário do ano	-	28.663	10.034	-	-10.034	28.663
Anulação de desvios de anos anteriores	20.480	-	-	6.011	20.480	-6.011
Reavaliações contabilísticas	-	-	19.919	23.473	-19.919	-23.473
Outras diferenças temporárias	-	1.345	-	-	-	1.345
	395.227	422.993	34.110	33.822	361.117	389.171

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os exercícios de 2011 e 2010, são os seguintes:

Milhares de Euros	Impostos Diferidos	
	Dez 2011	Dez 2010
Saldo em 1 de janeiro	389.171	312.301
Dotação a resultados (Nota 14)	-26.094	64.223
Dotação a reservas	-1.960	12.647
Saldo em 31 de dezembro	361.117	389.171

A análise do **Imposto reconhecido em reservas** é a seguinte:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Imposto diferido		
Ganhos e perdas atuariais	-1.960	12.647
	-1.960	12.647

20. INVENTÁRIOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Materiais diversos e outros	24.338	17.465
Imparidade de inventários	-83	-95
	24.255	17.370

21. CLIENTES

A rubrica de **Clientes** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Clientes - Corrente:		
Setor empresarial e particulares:		
Setor empresarial e particulares	248.110	294.064
Estimativa de vendas não faturadas	318.762	331.198
Setor Público:		
Estado e organismos oficiais	375	379
Autarquias locais	8.761	7.463
	576.008	633.104
Clientes de cobrança duvidosa	12.271	15.067
Perdas por imparidade	-11.542	-13.752
	576.737	634.419
Clientes - Não Corrente:		
Setor Público:		
Autarquias locais	127.252	132.432
	127.252	132.432
Clientes de cobrança duvidosa	5.005	5.005
Perdas por imparidade	-49.528	-54.739
	82.729	82.698
	659.466	717.117

A rubrica de perdas por imparidade inclui a imparidade dos ativos a receber das autarquias com acordo de pagamento que, no final de 2011, ascende a 44.681 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 49.889 milhares de Euros), dos quais 44.523 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 49.733 milhares de Euros) são não correntes e 158 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 156 milhares de Euros) são correntes. Este ajustamento destina-se a cobrir a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor atualizado da mesma à data de 31 de dezembro de 2011, considerando os prazos de pagamento previstos nos acordos com as autarquias.

Durante o exercício de 2011, os movimentos das perdas por imparidade, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo 1 janeiro	Dotação do exercício	Reversões	Utilizações	Regularizações	Saldo 31 dezembro
Setor empresarial e particulares	4.792	1.572	-3.611	-1	8.068	10.820
Setor público	63.699	-	-5.381	-	-8.068	50.250
	68.491	1.572	-8.992	-1	-	61.070

Durante o exercício de 2010, os movimentos das perdas por imparidade, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo 1 janeiro	Dotação do exercício	Reversões	Utilizações	Regularizações	Saldo 31 dezembro
Setor empresarial e particulares	9.986	230	-5.424	-	-	4.792
Setor público	59.941	3.758	-	-	-	63.699
	69.927	3.988	-5.424	-	-	68.491

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

22. DEVEDORES E OUTROS ATIVOS DE ATIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de Devedores e outros ativos de atividades comerciais é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Devedores e outros ativos de atividades comerciais - Corrente:		
Adiantamentos a fornecedores	966	226
Outros devedores:		
- Adiantamentos a pensionistas por conta de Inst. Previdência Social	1.943	1.830
- Adiantamentos a pensionistas por conta do Fundo de Pensões	10.084	-
- Dívidas referentes a pessoal	518	1.208
Valores a receber por desvios tarifários	-	20.727
Devedores por fornecimento outros bens e serviços - empresas do Grupo	72.999	78.539
Devedores por fornecimento outros bens e serviços - Outros	2.565	1.664
Encargos com concessões	1.333	2.485
Seguros	2.825	2.594
Rendas de instalações	535	523
Outros custos diferidos	-	186
Valores a receber no âmbito do PPEC	3.670	912
Outros devedores e operações diversas	33.641	42.206
	131.079	153.100
Imparidade para Devedores - Corrente	-7.393	-7.204
	123.686	145.896
Devedores e outros ativos de atividades comerciais - Não Corrente:		
Valores a receber por desvios tarifários	31.859	-
Ativos fixos tangíveis em integração compensados	2.894	2.894
Valores a receber por Concessões IFRIC 12	357.431	270.050
	392.184	272.944
Imparidade para Devedores - Não Corrente	-2.876	-2.858
	389.308	270.086
	512.994	415.982

Os ativos fixos tangíveis em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de dezembro de 1988 compensadas com os respetivos patrimónios em integração (Ativos fixos tangíveis do regime do DL 344-B/82.). A transferência destes valores para ativos fixos tangíveis está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a empresa e as Autarquias.

A rubrica "Desvio Tarifário", no valor de 31.859 milhares de Euros, incluindo juros no montante de 620 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 20.727 milhares de Euros, incluindo juros no montante de 450 milhares de Euros), regista a diferença entre os proveitos permitidos e a margem real, a qual é recuperada pelas tarifas futuras de acessos, de acordo o Regulamento Tarifário e a legislação aplicável.

A rubrica Valores a receber por concessões IFRIC 12, no montante de 357.431 milhares de euros refere-se ao ativo financeiro a receber pela EDP Distribuição no âmbito das concessões de distribuição de eletricidade, decorrente da aplicação do modelo misto.

Nos termos do Decreto-Lei nº344-B/82, a concessão da distribuição elétrica em baixa tensão compete aos municípios, os quais podem exercê-la em regime de exploração direta ou em regime de concessão. Assim nos termos do Decreto-Lei, a empresa procedeu à celebração de contratos de concessão com todas as autarquias de Portugal Continental por um prazo de 20 anos, renováveis por iguais períodos de tempo, os quais não envolvem a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes. O montante registado na rubrica Encargos de concessões respeita ao diferimento dos custos com a prorrogação dos contratos de concessão celebrados com as autarquias de Braga, Santo Tirso e Vila do Conde, pelo período do referido contrato.

O movimento do período na rubrica Valores a receber por desvios tarifários (Corrente e Não corrente) é analisado como segue:

Milhares de Euros	Corrente	Não corrente
Saldo em 1 de janeiro de 2010	116.936	-
Recebimento através da tarifa de energia elétrica	-119.619	-
Constituição do desvio de 2009	20.277	-
Encargos financeiros	3.133	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	20.727	-
Recebimento através da tarifa de energia elétrica	-22.609	-
Desvio tarifário do período	-	31.239
Encargos financeiros	1.882	620
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	31.859

Em 2011, os movimentos da Imparidade para Devedores - Corrente, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo 1 janeiro	Dotação do exercício	Reduções	Regularizações	Saldo 31 dezembro
Outros devedores	-7.204	-207		18	-7.393
	-7.204	-207	-	18	-7.393

Em 2011, os movimentos da Imparidade para Devedores - Não Corrente, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo 1 janeiro	Dotação do exercício	Reduções	Regularizações	Saldo 31 dezembro
Outros devedores	-2.858			-18	-2.876
	-2.858	-	-	-18	-2.876

Em 2010, os movimentos da Imparidade para Devedores - Corrente, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo 1 janeiro	Dotação do exercício	Reduções	Regularizações	Saldo 31 dezembro
Outros devedores	-7.932	-1.791	2.500	19	-7.204
	-7.932	-1.791	2.500	19	-7.204

Em 2010, os movimentos da Imparidade para Devedores - Não Corrente, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo 1 janeiro	Dotação do exercício	Reduções	Regularizações	Saldo 31 dezembro
Outros devedores	-2.839	-	-	-19	-2.858
	-2.839	-	-	-19	-2.858

23. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ATIVOS

A rubrica de Outros devedores e outros ativos é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Outros devedores e outros ativos - Corrente:		
Créditos sobre o Estado e concedentes	-	26.276
Empresas do Grupo (i)	52.238	-
Outros devedores e operações diversas	107	122
	52.345	26.398
Outros devedores e outros ativos - Não Corrente:		
Empréstimos a empresas do Grupo (ii)	600.000	-
Cauções e depósitos vinculados	2.189	2.190
	602.189	2.190
	654.534	28.588

(i) A rubrica "Empresas do Grupo - Corrente" diz respeito ao montante a receber relativo ao Sistema Financeiro do Grupo EDP - Cashpooling.

(ii) A rubrica "Empréstimos a empresas do Grupo - Não corrente" diz respeito ao suprimento concedido à EDP - Serviço Universal, no montante de 600.000 milhares de Euros. Este suprimento respeita a um suprimento único concedido em 31 de dezembro de 2011, reembolsável em 31 de dezembro de 2016, que vence juros semestrais à taxa mid Swap 5Y (1,76%) acrescido de um spread (8%).

24. IMPOSTOS A RECEBER

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Estado e outros entes públicos:		
- Retenções na fonte	46	4.114
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	153	1.638
	199	5.752

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

25. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Depósitos bancários:		
- Depósitos à ordem	91	788
- Depósitos a prazo	26	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido	117	788

26. CAPITAL E PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES

A 31 de dezembro de 2011, o capital social da EDP Distribuição encontra-se totalmente subscrito e realizado, ascendendo a 200 milhões de Euros sendo representado por 40.000.000 ações ordinárias de valor nominal de 5 Euros. O seu capital social é detido a 100% pela EDP - Energias de Portugal, S.A., empresa mãe do Grupo EDP.

As rubricas de capital social e prestações suplementares são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	
	Capital Social	Prestações suplementares
Saldo em 31 de dezembro de 2010	200.000	95.000
Movimentos do ano	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	200.000	95.000

Os resultados por ação (EPS) atribuíveis aos acionistas da EDP Distribuição são analisados como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Resultado líquido (Euros)	221.902.326	242.383.538
Nº médio de ações durante o exercício	40.000.000	40.000.000
Resultado por ação (Euros)	5,55	6,06

27. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Reserva legal	40.657	40.657
Outras reservas e resultados acumulados	51.737	23.317
	92.394	63.974

Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os Estatutos da EDP Distribuição, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Reserva para Cobertura Variação Justo Valor

Para regularização dos impactos resultantes da aplicação das IFRS o Conselho de Administração da EDP Distribuição decidiu constituir em 2010 a "Reserva para a cobertura de variações negativas de justo valor" para cobertura de variações negativas derivadas de responsabilidades atuariais e de perdas de justo valor de instrumentos financeiros em resultado da entrada em vigor do novo normativo contabilístico, cujo período de transição teve início em 1 de janeiro de 2009.

No decurso do exercício de 2010 a EDP Distribuição atribuiu dividendos antecipados à acionista única EDP, S.A. no montante de 115.000 milhares de Euros. No exercício de 2011, a EDP Distribuição efetuou uma distribuição de reservas no montante de 7.000 milhares de Euros (56.000 milhares de Euros em 2010) e dividendos relativos ao exercício anterior no montante de 127.000 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 93.000 milhares de Euros).

28. DÍVIDA FINANCEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Empréstimos - Corrente		
Depósitos à ordem - descobertos bancários	1	-
Juros a pagar		
Suprimentos obtidos - EDP, S.A.	12.242	7.188
	12.243	7.188
Empréstimos - Não corrente		
Empréstimos de empresas relacionadas		
Suprimentos obtidos - EDP, S.A.	2.028.125	1.428.125
	2.028.125	1.428.125
Outros empréstimos	200	147
	200	147
	2.028.325	1.428.272
	2.040.568	1.435.460

As condições associadas aos suprimentos obtidos à EDP, S.A. resumem-se da seguinte forma:

Data Emissão	Data Reembolso	Taxa Juro	Montante (Euro'000)
31/05/2001	31/05/2013	Mid Swaps 5A + 0,80% (Fixa)	178.125
01/10/2008	01/10/2013	Mid Swaps 5A + 0,80% (Fixa)	450.000
30/06/2010	30/06/2015	Mid Swaps 5A + 1,25% (Fixa)	300.000
31/12/2010	30/12/2015	Mid Swaps 5A + 2,5% (Fixa)	500.000
31/12/2011	30/12/2016	Mid Swaps 5A + 8% (Fixa)	600.000
			2.028.125

A análise da rubrica de **Empréstimos de empresas relacionadas e juros a pagar**, por maturidade, é a seguinte:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Empréstimos de empresas relacionadas e juros a pagar:		
Até 1 ano	12.242	7.188
De 1 ano a 5 anos	2.028.125	1.428.125
	2.040.367	1.435.313

O justo valor da dívida da EDP Distribuição é analisado como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	
	Valor Contabilístico	Valor de Mercado
Empréstimos de empresas relacionadas	2.040.367	1.869.018
	2.040.367	1.869.018

29. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	655.619	743.064
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	562.356	578.221
Outros	9.282	11.330
	1.227.257	1.332.615

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

A rubrica de "Outros" diz respeito aos encargos estimados com a prestação de serviços por terceiros no âmbito do plano de racionalização de recursos humanos. O movimento do ano refere-se exclusivamente a utilizações dessa provisão no montante de 2.048 milhares de Euros.

O movimento da **Provisão para responsabilidades e benefícios sociais** é analisado como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Saldo no início do exercício	743.064	763.622
Dotação do exercício	37.340	38.502
Contribuição para o fundo de pensões	-	-25.760
Pré-reformas ("curtailments")	2.305	27.722
(Ganhos) / Perdas atuariais	-16.021	50.998
Utilizações de provisões	-111.069	-112.020
Saldo no fim do exercício	655.619	743.064

A rubrica Pré-reformas ("curtailments") compreende os custos com a racionalização de recursos humanos, decorrentes de novos acordos de pré-reforma de 6 trabalhadores da EDP Distribuição, S.A.

O movimento da **Provisão para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios** é analisado como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Saldo no início do exercício	578.221	566.856
Dotação do exercício	32.358	32.798
Pré-reformas ("curtailments")	92	1.726
(Ganhos) / Perdas atuariais	-20.975	4.816
Utilizações de provisões	-29.894	-30.490
Outros movimentos	2.554	2.515
Saldo no fim do exercício	562.356	578.221

Conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2 k), a empresa optou na transição para as IFRS, reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas atuariais diferidas existentes a essa data para os vários planos de benefícios aos empregados. Nos exercícios seguintes, de acordo com a política contabilística adotada, foram diretamente reconhecidos em reservas os ganhos e perdas atuariais verificados nesses planos.

Planos de benefícios aos empregados

A EDP Distribuição atribui aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características e das empresas por eles abrangidas, bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo EDP resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um plano de benefícios sociais parcialmente financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica. O Fundo de Pensões da EDP Distribuição é gerido pela Pensõesger, subcontratando a gestão de ativos a entidades gestoras de ativos externas.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas. As responsabilidades com pré-reformas não estão cobertas pelos ativos do fundo sendo adequadamente provisionadas através de provisão específica.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes abrangidos pelos planos de pensões e obrigações similares a pensões de reforma era o seguinte:

	2011	2010
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	14.791	15.016
Pessoal no ativo	3.689	3.774
	18.480	18.790

No apuramento das responsabilidades associadas aos planos de pensões e obrigações similares a pensões na empresa, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e atuariais:

	2011	2010
Pressupostos		
Taxa de rendimento dos ativos	5,00%	5,60%
Taxa de desconto	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	3,70%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	2,70%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2012 - 0% // após 2012 - 1,9%	1,90%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Tábua de mortalidade	Nasc<1950 -- TV88/90; Nasc>=1950 -- TV99/01	Idade >60 -- TV88/90; Idade <=60 anos -- TV99/01
Tábua de invalidez	50%EKV 80	50%EKV 80
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	(a)

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade). Os pressupostos utilizados no apuramento das responsabilidades associadas ao plano de benefícios definido a empregados, foram atualizados considerando as evoluções ocorridas nos mercados financeiros em 2011.

Os pressupostos utilizados no apuramento das responsabilidades associadas aos planos de benefícios definidos a empregados foram atualizados considerando as evoluções ocorridas nos mercados financeiros em 2011.

As responsabilidades da empresa com pensões de reforma e respetivas coberturas, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Provisão para Planos de Pensões		
Responsabilidades no fim do exercício	1.406.803	1.544.834
Ativos dos Fundos no fim do exercício	-751.184	-801.770
Valor da provisão no fim do exercício	655.619	743.064

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades por serviços passados associadas a estes planos de pensões eram as seguintes:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Evolução das Responsabilidades		
Responsabilidades no início do exercício	1.544.834	1.565.846
Custo dos serviços correntes	8.083	7.911
Custo dos juros	72.859	77.347
Benefícios pagos	-158.435	-157.287
"Curtailments" / "Settlements"	2.305	27.722
Perdas e ganhos atuariais	-62.843	23.295
Responsabilidades no fim do exercício	1.406.803	1.544.834

Os componentes do custo líquido reconhecido no exercício com estes planos são os seguintes:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Custo do exercício		
Custo dos serviços correntes	8.083	7.911
Custo dos juros	72.859	77.347
Retorno dos ativos dos Fundos	-43.602	-46.756
"Curtailments" / "Settlements"	2.305	27.722
Custo líquido do exercício	39.645	66.224

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

A evolução dos ativos dos Fundos de Pensões foi a seguinte:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Fundos de Pensões		
Valor dos ativos no início do exercício	801.770	802.224
Contribuições da empresa	-	25.760
Pensões pagas no exercício	-47.366	-45.267
Rendimento dos Fundos	43.602	46.756
Ganhos / (Perdas) atuariais	-46.822	-27.703
Valor dos ativos fim do exercício	751.184	801.770

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição verificada na carteira do fundo em Portugal é analisada como segue:

Milhares de Euros	Caixa	Obrigações	Ações	Imóveis	Outros	Total
31 de dezembro de 2011	1,11%	55,76%	20,71%	16,98%	5,44%	100,00%
31 de dezembro de 2010	1,90%	54,09%	23,00%	16,32%	4,69%	100,00%

Pressupostos relativos à taxa de desconto e à taxa de retorno esperado dos ativos

As taxas de desconto utilizadas para o plano de pensões foram selecionadas tendo por referência uma análise das taxas de rendimento, disponíveis à data, das obrigações consideradas mais adequadas. Foram selecionadas as obrigações cuja maturidade e "rating" foram considerados como apropriados atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

A taxa de retorno esperada dos ativos para os anos de 2012 e seguintes, de acordo com as perspetivas em janeiro de 2012, foi determinada tendo por base os objetivos de investimento por classe de ativos e as melhores estimativas do retorno no longo prazo de cada classe, como segue:

Ativos	2011		Taxa de retorno esperada para 2012 e anos seguintes	
	Peso	Rentabilidade esperada classe ativo	Peso	Rentabilidade esperada classe ativo
Ações	20,70%	8,00%	23,60%	6,80%
Obrigações	55,80%	4,10%	55,40%	2,90%
Fundos de "Hedge Funds"	3,10%	5,70%	3,10%	3,90%
Imobiliário	17,00%	6,40%	16,00%	4,50%
Outros ativos	3,40%	8,30%	1,90%	6,50%
Total	100,0%	5,6%	100,0%	5,0%

A taxa de retorno real dos ativos do fundo de pensões em 2011 foi negativa em 1,39% (2010: positiva em 2,55%).

Em 2011, o valor das pensões pagas pelo Fundo em Portugal imputável à EDP Distribuição ascendeu a 47.366 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 45.267 milhares de Euros).

II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

A EDP Distribuição dispõe de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos colaboradores das Empresas, do tipo Contribuição Definida, efetuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos e outros benefícios - Tipo Benefício Definido

A empresa dispõe de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontram incluídas a totalidade destas responsabilidades.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios são apresentados como segue:

Pressupostos	Dez 2011	Dez 2010
Taxa de desconto	5,00%	5,00%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4,00%	4,00%
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	200	175
Tábua de mortalidade	Nasc<1950 -- TV88/90; Nasc>=1950 -- TV99/01	Idade >60 - TV88/90; Idade <=60 anos - TV99/01
Tábua de invalidez	50% EKV 80	50% EKV 80
% expetável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	a)	a)

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes abrangidos pelos planos de cuidados médicos e outros benefícios era o seguinte:

	2011	2010
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	14.791	15.003
Pessoal no ativo	3.689	3.774
	18.480	18.777

A evolução das responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos e outros benefícios é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Evolução das Responsabilidades		
Responsabilidades no início do exercício	578.221	566.856
Custo dos serviços correntes	3.964	4.081
Custo dos juros	28.394	28.717
Benefícios pagos	-29.894	-30.490
"Curtailments"/"Settlements"	92	1.726
(Ganhos) / Perdas atuariais	-20.975	4.816
Outras variações (mútua)	2.554	2.515
Responsabilidades no fim do exercício	562.356	578.221
Valor da provisão no fim do exercício	562.356	578.221

As responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas da empresa através de provisões que cobrem integralmente as responsabilidades, conforme apresentado em cima.

Os componentes do custo líquido reconhecido no exercício com este plano são os seguintes:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Custo do exercício		
Custo do serviço	3.964	4.081
Custo de juro	28.394	28.717
"Curtailment"	92	1.726
Custo líquido do exercício	32.450	34.524

A 31 de dezembro de 2011, no âmbito da alteração de política contabilística descrita na nota 2 a), a EDP Distribuição reconhece como um custo operacional, na sua demonstração de resultados, o custo do serviço corrente e o efeito das reformas antecipadas. O custo dos juros e o rendimento esperado dos ativos do fundo são reconhecidos como resultado financeiro.

As componentes financeiras relativas às responsabilidades com pensões e com actos médicos e outros benefícios nos montantes de 29.257 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 30.591 milhares de Euros) e 28.394 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 28.717 milhares de Euros), respectivamente, foram reclassificadas da rubrica de custos com pessoal e benefícios aos empregados para a rubrica de custos financeiros (ver notas 9 e 13).

30. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	27.594	26.937
Provisão para outros riscos e encargos	31.617	30.030
	59.211	56.967

O movimento da **Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências** é analisado como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Saldo no início do exercício	26.937	27.300
Dotação do exercício	7.498	1.221
Redução da provisão	-6.841	-1.584
Saldo no final do exercício	27.594	26.937

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

A rubrica Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências, no montante 27.594 milhares de Euros, refere-se a provisões para processos judiciais em curso e outras contingências laborais.

A administração da EDP Distribuição com base na informação prestada pelos seus assessores jurídicos e na sua análise dos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso.

As provisões para processos judiciais em curso contra a EDP Distribuição, incluem os seguintes processos:

i) Em anos anteriores a C.M. da Póvoa do Varzim intentou uma ação judicial contra a EDP Distribuição, no valor de 5.703 milhares de Euros, para devolução por parte da EDP Distribuição de verbas do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro). Esta ação foi contestada pela EDP Distribuição, tendo esta efetuado pedido reconvenicional de cerca de 11.200 milhares de Euros. Ambos os pedidos foram julgados improcedentes pelo Tribunal, tendo sido apresentado recurso por ambas as partes. Entretanto, foi reiniciado o processo negocial com a autarquia, tendo em vista a possibilidade de se pôr termo ao litígio por acordo.

ii) A C.M. do Seixal intentou três ações judiciais contra a EDP Distribuição, as duas primeiras no valor de 3.172 milhares de Euros cada e a última (realizada em 2011) no valor de 3.826 milhares de euros, relativas a divergências quanto a taxas de ocupação da via pública nos anos de 2004 a 2008.

iii) Durante o ano de 2011, o Banco Comercial Português intentou uma ação contra a EDP Distribuição no valor de 2.467 milhares de Euros referente à reclamação de créditos de factoring de um prestador de serviços, que o BCP alega ter a receber da EDP Distribuição.

Os restantes processos judiciais em curso dizem essencialmente respeito a indemnizações por incêndios, por interrupção do fornecimento de energia, bem como outros danos causados.

O movimento da **Provisão para outros riscos e encargos** é analisado como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Saldo no início do exercício	30.030	29.881
Dotação do exercício	3.563	4.957
Redução da provisão	-1.159	-
Utilização da provisão	-817	-4.808
Saldo no final do exercício	31.617	30.030

31. CREDORES E OUTROS PASSIVOS DE ATIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de Credores e outros passivos de atividades comerciais é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Credores e outros passivos de atividades comerciais - Corrente:		
Fornecedores	342.136	264.578
Fornecedores de imobilizado	8.854	11.292
Adiantamentos de clientes	235.965	-
Férias, subsídios férias e outros encargos	39.994	41.558
Valores a pagar por desvios tarifários	64.959	37.225
Acréscimos de custos		
- Acessos à rede de transporte	17.569	30.464
- Outros	2.470	19.477
Outros credores		
- Colaboradores	43	78
- Fornecimento de outros bens e serviços	-	-
- Rendas de concessão	5.589	3.705
Outros credores e operações diversas	19.721	44.248
	737.300	452.625
Credores e outros passivos de atividades comerciais - Não corrente:		
Conta de Regularização - (Reg. DL 344-B/82)	264	362
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	596	651
Fornecedores de imobilizado	1.928	2.080
Valores a pagar por desvios tarifários	-	61.557
	2.788	64.650
	740.088	517.275

O valor registado na rubrica Adiantamentos de Clientes respeita ao valor entregue pela EDP Serviço Universal à EDP Distribuição relativamente aos acessos cobrados pela EDP SU aos clientes de conta certa, cuja facturação por parte da EDP Distribuição se encontra pendente, nos termos dos planos comerciais a 31 de dezembro de 2011.

O movimento do período na rubrica Valores a pagar por desvios tarifários (Corrente e Não corrente) é analisada como segue:

Milhares de Euros	Corrente	Não corrente
Saldo em 1 de janeiro de 2010	-	18.076
Constituição desvio tarifário de 2009	18.341	-
Desvio tarifário do exercício	-	61.557
Encargos financeiros	808	-
Transferência da parcela de não corrente para corrente	18.076	-18.076
Saldo em 31 de dezembro de 2010	37.225	61.557
Pagamento através da tarifa de energia elétrica	-37.981	-
Constituição desvio tarifário de 2010	-	1.754
Encargos financeiros	2.404	-
Transferência da parcela de não corrente para corrente	63.311	-63.311
Saldo em 31 de dezembro de 2011	64.959	-

32. OUTROS CREDITORES E OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros credores e outros passivos é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Credores e outros passivos - Corrente:		
Empresas do Grupo (i)	-	36.943
IRC a pagar à EDP, S.A. (consolidado fiscal)	17.412	99.849
Dividendos atribuídos	-	171.000
	17.412	307.792

(i) A rubrica "Empresas do Grupo - Corrente" diz respeito ao montante a pagar relativo à utilização do Sistema Financeiro do Grupo EDP (Cashpooling).

33. IMPOSTOS A PAGAR

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Estado e outros entes públicos:		
- Retenções na fonte	4.265	4.268
- Contribuições para a Segurança Social	4.402	4.702
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	23.351	-
- Outras tributações	3.035	3.718
	35.053	12.688

34. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pela empresa que não figuram no balanço, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Tipo		
Garantias recebidas		
De clientes	46.243	7.957
De fornecedores	27.951	30.928
	74.194	38.885
Garantias de caráter operacional		
A outras entidades	20.518	16.107
Total	94.712	54.992

As garantias recebidas de clientes dizem respeito a cauções dos comercializadores externos do mercado livre. As garantias de caráter operacional incluem 1.928 milhares de Euros de garantias bancárias e 18.590 milhares de Euros de seguros-caução.

No final do exercício encontravam-se por satisfazer encomendas relativas a aquisições de imobilizado e serviços conexos nos seguintes montantes:

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Milhares de Euros		
Tipo	Dez 2011	Dez 2010
De materiais	16.991	8.957
De serviços	16.253	30.928
Total	33.244	39.885

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os compromissos por dívidas financeiras correntes e não correntes, as rendas vincendas de locações financeiras e os outros passivos não correntes são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Rendas vincendas de locações financeiras	2.034	847	1.090	97	-
	2.034	847	1.090	97	-

Milhares de Euros	Dez 2010				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Rendas vincendas de locações financeiras	2.167	783	1.132	252	-
	2.167	783	1.132	252	-

As rendas vincendas de locações financeiras estão relacionadas com os ativos fixos tangíveis cuja aquisição pela empresa foi financiada através de contratos de locação financeira. Estes valores incluem capital em dívida e juros.

35. PARTES RELACIONADAS

Principais acionistas

A única acionista da EDP Distribuição, S.A., com referência a 31 de dezembro de 2011, é a EDP S.A.:

	N.º ações	% Capital	% Voto
EDP - Energias de Portugal, S.A.	40.000.000	100,00%	100,00%
	40.000.000	100,0%	100,0%

Remunerações a órgãos sociais

As remunerações a órgãos sociais no exercício resumem-se como segue:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Conselho de Administração	495	528
Fiscal Único/ROC	156	160
	651	688

Saldos e transações com empresas do Grupo

Os créditos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2011 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Mov. Financeiros Intra-Grupo	Empréstimos Concedidos	Outros Créditos Detidos	Total
Empresas				
EDP Produção	-	-	1.697	1.697
EDP Comercial	-	-	48.849	48.849
EDP, S.A.	-170.355	-	32.974	-137.381
EDP Soluções Comerciais	85	-	623	708
EDP Renováveis Portugal	-	-	1.475	1.475
EDP Serviço Universal	222.177	600.000	532.356	1.354.533
EDP Serviner	-	-	268	268
EME2	-	-	849	849
Inovgrid ACE	-	-	620	620
EDP MOP	460	-	806	1.266
SGORME	-129	-	-	-129
Labelec	-	-	797	797
Sávida	-	-	3.825	3.825
EDP Valor	-	-	1.379	1.379
Outras	-	-	486	486
	52.238	600.000	627.004	1.279.242

Os créditos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2010 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Mov. Financeiros Intra-Grupo	Empréstimos Concedidos	Outros Créditos Detidos	Total
Empresas				
EDP Produção	-	-	58	58
EDP Comercial	-	-	31.351	31.351
EDP, S.A.	-	-	43.590	43.590
EDP Soluções Comerciais	-	-	150	150
EDP Renováveis Portugal	-	-	1.201	1.201
EDP Serviner	-	-	223	223
EDP Serviço Universal	-	-	639.111	639.111
EME2	-	-	2.727	2.727
Inovgrid ACE	-	-	2.757	2.757
Sávida	-	-	3.447	3.447
Outras	-	-	549	549
	-	-	725.164	725.164

Os débitos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2011 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Mov. Financeiros Intra-Grupo	Empréstimos Obtidos	Outros Débitos Detidos	Total
Empresas				
EDP Produção	-	-	343	343
EDP Comercial	-	-	2.424	2.424
EDP Estudos e Consultoria	-	-	1.671	1.671
EDP, S.A.	-	2.040.367	40.292	2.080.659
EDP Imobiliária e Participações	-	-	736	736
EDP Soluções Comerciais	-	-	19.621	19.621
EDP Serviço Universal	-	-	354.679	354.679
EDP Valor	-	-	12.397	12.397
EME2	-	-	1.266	1.266
Inovgrid ACE	-	-	722	722
Labelec	-	-	3.325	3.325
Sávida	-	-	4.480	4.480
Outras	-	-	444	444
	-	2.040.367	442.400	2.482.767

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Os débitos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2010 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Mov. Financeiros Intra-Grupo	Empréstimos Obtidos	Outros Débitos Detidos	Total
Empresas				
EDP Estudos e Consultoria	-	-	744	744
EDP, S.A.	218.008	1.435.313	287.052	1.940.373
EDP Imobiliária e Participações	-	-	624	624
EDP Soluções Comerciais	2	-	16.429	16.431
EDP Serviço Universal	-181.067	-	71.742	-109.325
EDP Valor	-	-	11.713	11.713
EME2	-	-	3.912	3.912
Inovgrid ACE	-	-	3.616	3.616
Labelec	-	-	1.753	1.753
Sávida	-	-	2.455	2.455
Outras	-	-	181	181
	36.943	1.435.313	400.221	1.872.477

As transações em rubricas de custos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2011 são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo	Juros de Empréstimos Obtidos	Outros Custos	Total
Empresas				
EDP Produção	-	-	-9	-9
EDP Comercial	-	-	-8	-8
EDP Estudos e Consultoria	-	-	-7.592	-7.592
EDP, S.A.	-13.009	-70.172	-35.702	-118.883
EDP Imobiliária e Participações	-	-	-598	-598
EDP Soluções Comerciais	-	-	-65.261	-65.261
EDP Serviço Universal	-	-	-1.031.201	-1.031.201
EDP Valor	-	-	-24.508	-24.508
EME2	-	-	-2.923	-2.923
SGORME	-2	-	-	-2
Labelec	-	-	-3.879	-3.879
Sávida	-	-	-23.370	-23.370
Outras	-	-	-256	-256
	-13.011	-70.172	-1.195.307	-1.278.490

As transações em rubricas de custos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2010 são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo	Juros de Empréstimos Obtidos	Outros Custos	Total
Empresas				
EDP Estudos e Consultoria	-	-	-4.371	-4.371
EDP, S.A.	-7.245	-39.861	-37.318	-84.424
EDP Imobiliária e Participações	-	-	-305	-305
EDP Soluções Comerciais	-	-	-56.174	-56.174
EDP Serviço Universal	-950	-	-807.498	-808.448
EDP Valor	-	-	-28.143	-28.143
EME2	-	-	-2.096	-2.096
Inovgrid ACE	-	-	-277	-277
Labelec	-	-	-3.627	-3.627
Sávida	-	-	-23.704	-23.704
Outras	-	-	-51	-51
	-8.195	-39.861	-963.564	-1.011.620

As transações em rubricas de proveitos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2011 são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo	Juros de Empréstimos Concedidos	Outros Proveitos	Total
Empresas				
EDP Produção	-	-	1.290	1.290
EDP Comercial	-	-	402.435	402.435
EDP, S.A.	-	-	11.080	11.080
EDP Soluções Comerciais	-	-	2.006	2.006
EDP Renováveis Portugal	-	-	1.273	1.273
EDP Serviço Universal	10.667	-	2.677.370	2.688.037
EDP Valor	-	-	296	296
EME2	-	-	769	769
Inovgrid ACE	-	-	528	528
EDP MOP	6	-	774	780
Outras	-	-	593	593
	10.673	-	3.098.414	3.109.087

As transações em rubricas de proveitos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2010 são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo	Juros de Empréstimos Concedidos	Outros Proveitos	Total
Empresas				
EDP Comercial	-	-	286.797	286.797
EDP, S.A.	-	-	10.224	10.224
EDP Soluções Comerciais	-	-	1.785	1.785
EDP Renováveis Portugal	-	-	33	33
EDP Serviço Universal	1.708	-	3.074.826	3.076.534
EDP Valor	-	-	631	631
EME2	-	-	300	300
Inovgrid ACE	-	-	1.093	1.093
Sávida	-	-	162	162
Outras	-	-	253	253
	1.708	-	3.376.104	3.377.812

36. EVENTOS RELEVANTES OU SUBSEQUENTES

Após a data do balanço não ocorreram eventos que originem ajustamento às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 ou que requeiram divulgação.

37. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitida que entraram em vigor e que a EDP Distribuição aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 24 (Revista) - Divulgações de Partes Relacionadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em novembro de 2009 a IAS 24 (Revista)–Divulgações de Partes Relacionadas com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2011, sendo a sua adoção antecipada permitida.

A versão revista da IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas , simplifica os requisitos de divulgação para as entidades ligadas à administração pública e clarifica a definição de uma parte relacionada. Desde modo, a norma exige que as entidades divulguem nas suas demonstrações financeiras as informações relativas às transações com as partes relacionadas. Em termos gerais, duas partes estão relacionadas entre si, se uma delas controla ou influencia a outra.

As principais alterações são as seguintes:

- isenção parcial dos requisitos de divulgação do parágrafo 18 no que respeita às transações e saldos pendentes com entidades ligadas à administração pública.
- simplificação da definição de “parte relacionada”.

A Empresa não obteve quaisquer impactos significativos da adoção desta alteração.

IFRIC 14 (alterada) - Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em novembro de 2009, alterações à IFRIC 14 – Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo , com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2011, sendo a sua adoção antecipada permitida. Estas alterações foram adotadas pela União Europeia em julho de 2010.

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

A alteração à IFRIC 14, é em si uma interpretação da norma IAS 19 Benefícios dos Empregados. A alteração aplica-se quando uma entidade está sujeita a requisitos de financiamento mínimos e faz um pagamento antecipado de contribuições para cobrir essas necessidades. A alteração permite que uma entidade trate o benefício de um pagamento antecipado como um ativo.

A Empresa não obteve quaisquer impactos significativos da adoção desta interpretação.

Annual Improvement Project

Alteração à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, efetiva a partir de 1 de janeiro de 2011. A alteração efetuada a esta norma simplifica as divulgações quantitativas uma vez que deixa de ser necessário: (i) divulgar a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou em imparidade; e (ii) descrever as garantias colaterais devedas pela entidade a título de caução e outras melhorias da qualidade de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor relacionadas com os ativos financeiros renegociados.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Empresa

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em dezembro de 2011, alterações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Com esta alteração, as divulgações dos instrumentos financeiros passam a incluir informações que permitirão avaliar o efeito ou o potencial efeito dos acordos de compensação, incluindo os direitos de compensação reconhecidos como ativos financeiros e passivos financeiros na Demonstração da Posição Financeira.

A adoção desta norma apenas terá impacto ao nível das divulgações nas notas às demonstrações financeiras da Empresa.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2015, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma, que foi alterada em outubro de 2010, não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de ativos financeiros. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efetuada no momento inicial de reconhecimento dos ativos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses ativos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada ativo financeiro;
- apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses ativos financeiros com o objetivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor; e
- os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.
- a exceção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- as alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de opção de justo valor ("fair value option") serão reconhecidas em Redimento integral do exercício. As restantes variações de justo valor associados a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados no rendimento integral do exercício nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta norma.

IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma substitui a IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e introduz um conjunto de alterações na contabilização dos investimentos conjuntamente controlados, sendo o principal aspeto a eliminação da opção de consolidação de empreendimentos conjuntos pelo método de consolidação proporcional, as quais passam a ser obrigatoriamente registadas pelo método de equivalência patrimonial.

Nos termos desta norma, a estrutura de um acordo conjunto deixa de ser o principal fator na determinação do modelo contabilístico a adotar. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias.

A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta norma.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma requer que seja divulgada informação que permita avaliar a natureza e os riscos associados nas participações em outras entidades e os efeitos dessas participações nas demonstrações financeiras. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- nas participações em subsidiárias, deve ser divulgado: (i) a composição do grupo; (ii) interesses não controláveis; (iii) restrições sobre a capacidade de aceder ou utilizar os ativos e liquidar os passivos da subsidiária; (iv) a natureza e as alterações nos riscos associados às participações; e (v) alterações na participação devida que pode ou não resultar numa perda de controle durante o exercício.

A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta norma.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação. No entanto, não altera os requisitos para a mensuração ou divulgação pelo justo valor.

A Empresa não espera impactos significativos com a adoção desta norma.

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em junho de 2011, alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: Rendimento integral, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2012, sendo a sua adoção antecipada permitida. Estas alterações não foram ainda adotadas pela União Europeia.

Esta alteração consiste no seguinte:

- mantém a opção de apresentar os resultados e o rendimento integral numa única demonstração financeira, ou em demonstrações financeiras separadas mas consecutivas;
- os montantes apresentados na demonstração do rendimento integral e o seu respetivo efeito fiscal devem ser agrupados entre aqueles que vão ou não ser posteriormente reclassificados para resultados.

A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta norma.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios aos empregados

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em junho de 2011, alterações à IAS 19 – Benefícios aos empregados, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida. Estas alterações não foram ainda adotadas pela União Europeia.

A alteração à IAS 19, consiste no seguinte:

- eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecido como “método de corredor”, melhorando a comparabilidade e fidelidade da informação divulgada;
- racionalizar a divulgação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefício definido, onde as mensurações subsequentes devem ser apresentadas em “outros rendimentos integrais” separando essas mudanças das operações decorrentes da atividade operacional da entidade.
- melhoria dos requisitos de divulgação dos planos de benefícios definidos: as suas características e os riscos a que as entidades estão expostos através da participação nestes planos.

A Empresa não espera impactos significativos com a adoção desta norma.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Individuais

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IAS 27 (Alterada) – Demonstrações Financeiras Individuais, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adotada pela União Europeia.

A Empresa não espera impactos significativos com a adoção desta norma.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Joint Ventures

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IAS 28 (Alterada) – Investimentos em Associadas e Joint Ventures, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma veio alterar a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adotar pelo investidor dos investimentos em associadas e em “joint ventures” definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para “joint ventures”.

A Empresa não espera impactos significativos com a adoção desta norma.

38. MATÉRIAS AMBIENTAIS

As despesas de caráter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de caráter ambiental, que decorram da atividade normal da empresa.

As despesas de caráter ambiental são registadas nos custos do exercício, exceto se se qualificarem para reconhecimento como um ativo, conforme determinado pelo IAS 16.

Os investimentos de caráter ambiental reconhecidos em ativos fixos durante os exercícios de 2011 e 2010, na empresa, decompõem-se nos seguintes domínios:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Proteção do ar e do clima	-	33
Proteção da biodiversidade e paisagem	4.223	8.645
Gestão de resíduos	2	11
Redução de ruído e vibrações	1	3
	4.226	8.692

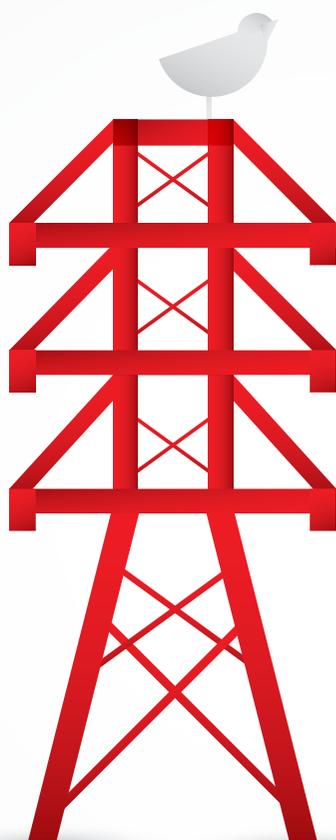
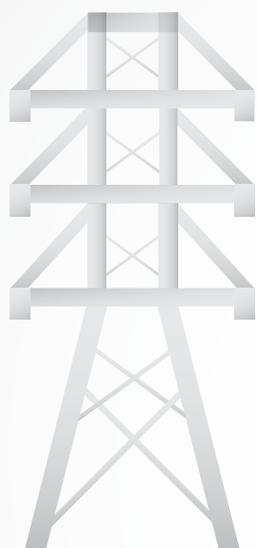
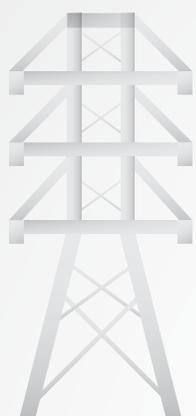
notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

A empresa reconheceu ainda despesas em resultados do exercício, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

Milhares de Euros	Dez 2011	Dez 2010
Proteção do ar e do clima	59	93
Proteção da biodiversidade e paisagem	3.403	1.049
Gestão de resíduos	336	295
Proteção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	2.997	1.057
Outras atividades de gestão e proteção do ambiente	165	106
Outras despesas	87	182
	7.047	2.782

Os proveitos ambientais reconhecidos no exercício de 2011 estão relacionados com a venda de subprodutos de natureza ambiental no valor de 5 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 46 milhares de Euros) e venda de resíduos de natureza ambiental no valor de 632 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 1.143 milhares de Euros).

Ao nível dos incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental, foram registados em 2011, 3.745 milhares de Euros como participação de investimentos de caráter ambiental, ao abrigo do PPDA (Plano Promoção do Desenvolvimento Ambiental).



extrato da ata da assembleia geral dos acionistas

O Presidente da Mesa passou a ler a ordem do dia acima transcrita e deu início aos trabalhos. De seguida, no âmbito do **ponto primeiro** – “*Apreciação e votação do relatório de gestão e dos demais documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e onze*” – o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Eng. João José Saraiva Torres, fez uma exposição sobre os principais desenvolvimentos da actividade da empresa no exercício findo. Terminada a exposição, a accionista única apreciou o relatório e demais documentos de prestação de contas de 2011, e procedeu à respectiva aprovação. -----

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **EDP Distribuição – Energia S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 4.728.885 milhares de euros e um total de capital próprio de 609.296 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 221.902 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IFRS”), que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **EDP Distribuição – Energia, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 8 de Março de 2012

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º189)
representada por
Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
EDP Distribuição – Energia, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da EDP Distribuição – Energia, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da EDP Distribuição – Energia, S.A., relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2011.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do período findo em 31 de Dezembro de 2011, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem a Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 8 de Março de 2012

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º189)
representada por
Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)

Impresso em papel elaborado com celulose ECF – Elementary Chlorine Free
– em fábricas com Certificação ISO 9001, Gestão Ambiental ISO 14001
e com Certificação Florestal FSC. Papel proveniente de florestas que são
objecto dum processo científico e sustentado de reflorestação.

Edição

EDP Distribuição – Energia, S.A.
Rua Camilo Castelo Branco, 43
1050-044 Lisboa

Paginação happy brands

Impressão Dilazo - Artes Gráficas, Lda

Tiragem 1500 exemplares

Depósito Legal 257267/07

junho 2012

